

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS**

Daniela Pegoraro

**TRANSPARÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO
SUL: UMA ANÁLISE SOB A ÓPTICA DOS DIFERENTES
*STAKEHOLDERS***

Santa Maria, RS
2019

Daniela Pegoraro

**TRANSPARÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: UMA
ANÁLISE SOB A ÓPTICA DOS DIFERENTES *STAKEHOLDERS***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kelmara Mendes Vieira

Santa Maria, RS
2019

Pegoraro, Daniela
TRANSPARÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO
SUL: UMA ANÁLISE SOB A ÓPTICA DOS DIFERENTES STAKEHOLDERS
/ Daniela Pegoraro.- 2019.
168 p.; 30 cm

Orientador: Kelmara Mendes Vieira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS, 2019

1. Transparência pública 2. Percepção 3. Instituição de
Ensino Superior 4. Instituto Federal do Rio Grande do
Sul I. Mendes Vieira, Kelmara II. Título.

Daniela Pegoraro

**TRANSPARÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: UMA
ANÁLISE SOB A ÓPTICA DOS DIFERENTES *STAKEHOLDERS***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas.**

Aprovada em 22 de março de 2019:

Kelmara Mendes Vieira, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Monize Sâmara Vicentini, Dr. (UFFS)

Nelson Guilherme Machado Pinto, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

A minha mãe Vânia Pillon, cujo
sorriso iluminou essa jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por me manter sempre forte diante de todos obstáculos.

À minha mãe Vânia Maria Pillon, aos meus irmãos Júlian e Gabriel, ao meu cunhado Gustavo e ao meu sobrinho Miguel pelo apoio constante, pelo auxílio emocional, por entender minhas ausências e principalmente, pelo amor incondicional.

Ao Itacir dos Santos Cavalheiro Jr., pelo seu apoio em todos os momentos, entendendo minhas ausências e me incentivando sempre.

Aos colegas da Pró-reitoria de Assuntos Institucionais (PRODI) pelo apoio e por “segurarem as pontas” nos dias que eu estava em aula. Sem vocês, não seria possível concluir esta etapa.

À Anelise Foschiera, por ajudar a compreender os caminhos da transparência institucional.

À minha orientadora Prof.^a Kelmara Mendes Vieira, por acreditar em mim, pelos desafios propostos, excelentes ensinamentos e amizade. Com certeza, sua competência e dedicação são inspirações para minha vida.

À banca examinadora, por aceitarem o convite e fornecer sugestões para a melhoria do trabalho.

A todos os colegas e professores da linha de Ferramentas de Avaliação e Controle na Gestão Pública, muito obrigada pelo companheirismo e pelos excelentes ensinamentos. Em especial aos que se tornaram amigos durante esta jornada: Andréia Severo, Elisane da Cás, Greice Pontelli, João Pereira dos Santos, Miguel Barreiro e Rafael Kreutz.

Aos colegas do grupo de pesquisa. Obrigada pela parceria e pela ajuda que sempre dispuseram.

A todos que auxiliaram na coleta e tabulação dos questionários e as pessoas que se disponibilizaram a respondê-los. Muito obrigada! Sem vocês esta pesquisa não seria possível.

Aos grandes amigos, de forma especial, Adriana, Cintia, Érica, Ricardo e Rosângela pela amizade e por entenderem minhas ausências, que não foram poucas. Obrigada!

Imenso carinho a Prof. Dra. Suzi Scalcon (*in memoriam*), que faz parte dessa caminhada.

À Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, pela oportunidade de aprendizagem.

Enfim, a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, muito obrigada!

RESUMO

TRANSPARÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE SOB A ÓPTICA DOS DIFERENTES *STAKEHOLDERS*

AUTOR: Daniela Pegoraro
ORIENTADORA: Kelmara Mendes Vieira

O objetivo deste estudo foi analisar a percepção de transparência no Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Sul (IFRS), a partir das diferentes partes interessadas (*stakeholders*). Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa. Para tanto foram aplicados 1.070 questionários, analisados através de estatística descritiva, análise fatorial exploratória, testes de diferença de média e análise de regressão. Os principais resultados revelam que entre os *stakeholders* 40,6% participam de atividades ligadas ao IFRS, 65,9% não participam de trabalhos voluntários e 70,6% não são filiados, nem simpatizantes de qualquer partido político, e grande parte deles não conhece a Lei de Acesso a Informação (LAI), porém 40,7% consideram muito relevante a transparência do IFRS. Quanto ao nível de interesse dos *stakeholders* em relação as informações disponibilizadas pelo IFRS, 40,1% buscam informações relativas a horários de atendimento ao público nas unidades e setores do IFRS. Em relação a percepção quanto as informações divulgadas no IFRS, 40,5% considera confiáveis, e 27,0% acessíveis e apenas 1,2% imprecisas e incompletas. A maioria 82% considera a transparência das ações do IFRS importante na comunicação com a sociedade. Numa escala de zero a dez, os entrevistados atribuíram, em média, nota 7,22 para a transparência no IFRS. Dentre os que utilizaram e-sic ou e-ouv para fazer uma reclamação, denúncia ou solicitação 67,6% recebeu a resposta no prazo estabelecido. A maioria considerou que a informação foi fácil de ser compreendida (média 3,88) e grande parte da amostra atribuiu nota 10, demonstrando satisfação quanto a resposta recebida considerando a organização e utilidade. A nota geral para satisfação com a resposta foi 7,43. Quanto ao fator impactos da transparência, de forma geral a maioria associa a transparência do IFRS a resultados positivos como confiança e responsabilidade. Igualmente em relação a resposta recebida, o que denota que os níveis de transparência do IFRS apresentam alto grau de satisfação, logo a transparência segue através da institucionalização das práticas, atingindo um alto grau de maturidade. Entretanto, a satisfação social apresenta níveis intermediários. Ainda, constatou-se que os *stakeholders* do sexo feminino, casados ou com união estável possuem maior satisfação em relação aos impactos da transparência e níveis de transparência. Os resultados evidenciam também que a satisfação dos discentes é menor que a dos docentes e TAES, ainda que a satisfação dos docentes prevaleça sobre os TAES. Os *stakeholders* com formação em ciências exatas e da terra são mais satisfeitos àqueles com formação nas demais áreas em relação aos impactos da transparência. Desse modo, é possível identificar que os *stakeholders* que possuem qualificação média ou técnica apresentam uma satisfação menor do que aqueles com graduação, especialização ou doutorado. Além disso, percebeu-se uma influência positiva do impacto da transparência, do nível de transparência e da participação social na percepção de transparência. Em síntese, os diferentes *stakeholders* indicaram uma percepção satisfatória com a transparência do IFRS, entretanto algumas ações ainda podem ser planejadas e executadas com vistas a ampliar e melhorar algumas ações de transparência da instituição com vistas ao alcance de níveis de excelência, comparativamente a outras instituições federais de ensino.

Palavras-chave: Transparência pública. Percepção. Instituição de Ensino Superior. Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

TRANSPARENCY AT THE FEDERAL INSTITUTE OF RIO GRANDE DO SUL (IFRS): AN ANALYSIS UNDER THE VIEWPOINT OF DIFFERENT STAKEHOLDERS

AUTHOR: Daniela Pegoraro
THESIS ADVISOR: Kelmara Mendes Vieira

The purpose of this study was to analyze the perception of transparency in the Federal Institute of Education of Rio Grande do Sul (IFRS) according to different stakeholders. This is a descriptive research, with a quantitative approach. In order to do so, 1.070 questionnaires were applied, analyzed through descriptive statistics, exploratory factorial analysis, tests for difference of means and regression analysis. The main results show that among the stakeholders 40.6% participate in activities related to IFRS, 65.9% do not participate in voluntary work and 70.6% are neither affiliated nor sympathetic to any political party, and most of them are not aware of the Law on Access to Public Information. However, 40.7% consider the transparency of the IFRS to be very relevant. Regarding the level of interest of the stakeholders in relation to the information provided by the IFRS, 40.1% seek information regarding the opening hours for the public in the IFRS units and departments. Regarding the perception of the information communicated by IFRS, 40.5% considered it to be reliable, 27.0% accessible and only 1.2% imprecise and incomplete. Most 82% consider the transparency of IFRS actions important in communicating with society. On a scale of zero to ten, respondents attributed, on average, note 7.22 for transparency in IFRS. Among those who used e-sic or e-ouv to make a complaint or request, 67.6% received the response within the established deadline. The majority considered that the information was easy to understand (average 3.88) and a large part of the sample attributed note 10, showing satisfaction with the response received considering organization and utility. The overall score for satisfaction with the response was 7.43. As for the impact of transparency, the majority generally associate the transparency of IFRS with positive results such as trust and responsibility. Moreover, in relation to the response received, which indicates that the levels of transparency of the IFRS have a high degree of satisfaction, so transparency follows through the institutionalization of practices, reaching a high degree of maturity. However, social satisfaction has intermediate levels. Furthermore, it was found that female, married or stable union stakeholders are more satisfied with the impact and levels of transparency. The results also show that students' satisfaction is lower than teachers' and TAES', even though teachers' satisfaction is higher than TAES'. Stakeholders from Exact and Earth Sciences are more satisfied than those from the other areas in relation to the impacts of transparency. In this way, it is possible to identify that the stakeholders that have medium or technical qualification present a lower satisfaction than those with graduation, specialization or doctorate titles. In addition, there was a positive influence of the impact of transparency level and social participation on the perception of transparency. In summary, the different stakeholders have indicated a satisfactory perception with the transparency of the IFRS. However some actions can still be planned and implemented aiming at broadening and improving some transparency actions of the institution in order to reach levels of excellence compared to other federal education institutions.

Keywords: Public transparency. Perception. Higher Education Institution. Federal Institute of Rio Grande do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As quatro direções da transparência.....	35
Figura 2 – Fases do processo de pesquisa	53
Figura 3 – Árvore de codificação do NTP.....	70
Figura 4 – Distribuição de frequência da medida das variáveis “nada transparente/totalmente transparente”	81
Figura 5 – Distribuição de frequência para a satisfação com a resposta recebida.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições para o termo transparência no período de 2002 a 2018.....	26
Quadro 2 – Detalhamento dos atributos de transparência	29
Quadro 3 – Degraus de transparência pública	30
Quadro 4 – Cronologia da legislação brasileira relacionada à transparência (1988-2017).....	31
Quadro 5 – Classificação da transparência.....	36
Quadro 6 – Dimensões da transparência pública.....	37
Quadro 7 – Aplicações do e-Gov	40
Quadro 8 – Dimensões das organizações e os seus fatores	41
Quadro 9 – Estágios do e-Gov.....	42
Quadro 10 – Potencialidades e dificuldades do e-Gov.....	43
Quadro 11 – Classificação dos <i>stakeholders</i> com base <i>Salience Model</i>	47
Quadro 12 – Síntese do instrumento de coleta de dados	61
Quadro 13 – Variáveis independentes oriundas da análise fatorial.....	64
Quadro 14 – Resumo das técnicas de análise dos fatores e finalidade de sua aplicação.....	65
Quadro 15 – Ferramentas para a mensuração da transparência no IFRS	68
Quadro 16 – Plano de ação para melhorar a gestão de transparência no IFRS	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População x amostra obtida	57
Tabela 2 – <i>Ranking</i> geral dos Institutos Federais de Educação	71
Tabela 3 – Pesos e proporções de dimensões do NTP do IFRS	72
Tabela 4 – Distribuição amostral	72
Tabela 5 – Perfil dos <i>stakeholders</i> segundo as variáveis: sexo, idade, estado civil, ano de posse/ingresso, área de formação e nível de escolaridade	73
Tabela 6 – Conhecimento e participação dos <i>stakeholders</i>	74
Tabela 7 – Nível de interesse dos <i>stakeholders</i> quanto as informações disponibilizadas pelo IFRS	75
Tabela 8 – Percepção dos <i>stakeholders</i> quanto as informações divulgadas do IFRS	77
Tabela 9 – Percepção dos <i>stakeholders</i> quanto a transparência no IFRS	78
Tabela 10 – Nota atribuída para o nível de transparência do IFRS	81
Tabela 11 – Classificação da resposta recebida pelos <i>stakeholders</i> que utilizaram e-sic ou ouvidoria, para fazer uma reclamação, denúncia ou solicitação	82
Tabela 12 – Percepção dos entrevistados que utilizaram e-sic ou ouvidoria, para realizar uma reclamação, denúncia, solicitação quanto a informação recebida	82
Tabela 13 – Satisfação dos <i>stakeholders</i> quanto a resposta recebida	84
Tabela 14 – Nota atribuída para satisfação com a resposta recebida	84
Tabela 15 – Fatores da transparência: Impactos na transparência, nível de transparência e participação social	86
Tabela 16 – Estatística descritiva dos fatores percepção de transparência	88
Tabela 17 – Valor e significância do teste t para variável sexo, estado civil e partidos políticos em relação aos fatores	89
Tabela 18 – Valor e significância da ANOVA para o grupo vínculo, área de formação, nível de escolaridade, renda em relação aos fatores	91
Tabela 19 – Resultados da regressão múltipla por Mínimos Quadrados Ordinários pelo método <i>Stepwise</i> , estimada para a percepção de transparência	93

LISTA DE ABREVIATURAS

AFC	Análise Fatorial Confirmatória
ANOVA	Análise de Variância
CGU	Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
CF	Constituição Federal
e-Sic	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
e-Ouv	Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
IES	Instituição(ões) de Ensino Superior
IF	Instituto(s) Federal(is) de Educação, Ciência e Tecnologia
IFE	Instituição(ões) Federal(is) de Ensino
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
LAI	Lei de Acesso à Informação
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MPF	Ministério Público Federal
NTP	Nível de Transparência Pública
OECD	Organization for Economic Co-operation and Development
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPGOP	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas
SCF	Survey of Consumer Finance
SPSS	Software Packages Social Science
TLI	Tucker-Lewis Index
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA.....	20
1.2	OBJETIVO GERAL.....	23
1.2.1	Objetivos específicos.....	23
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	24
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
2.1	CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES DA TRANSPARÊNCIA.....	25
2.1.1	Transparência pública e aspectos legais.....	30
2.1.2	Classificação e as dimensões da transparência pública.....	34
2.1.3	Relação entre Governo Eletrônico (e-Gov) e Transparência.....	39
2.2	STAKEHOLDERS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	45
2.3	EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO.....	48
3	MÉTODO DE PESQUISA.....	53
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	53
3.2	CENÁRIO DA PESQUISA.....	54
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	56
3.4	ASPECTOS ÉTICOS.....	58
3.4.1	Riscos e benefícios.....	58
3.5	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	59
3.6	FORMA DE COLETA DOS DADOS.....	61
3.7	TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	62
4	RESULTADO E DISCUSSÕES.....	67
4.1	PANORAMA DA TRANSPARÊNCIA NO IFRS.....	68
4.2	ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	72
4.3	ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA DOS CONSTRUTOS.....	85
4.4	ANÁLISE DA DIFERENÇA DAS VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS.....	89
4.5	ANÁLISE DE REGRESSÃO.....	92
4.6	PROPOSTA DE MELHORIAS NA GESTÃO DE TRANSPARÊNCIA DO IFRS.....	94
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
	REFERÊNCIAS.....	103
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	133
	APÊNDICE B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	135
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO.....	137
	APÊNDICE D – ESTUDOS SOBRE O TEMA TRANSPARÊNCIA.....	143

1 INTRODUÇÃO

A temática transparência na gestão pública vem ganhando destaque nos últimos anos, sendo o acesso à informação reconhecido por importantes organismos da comunidade internacional como um direito humano fundamental (CGU, 2013). Além disso, envolve um conjunto de processos que combinam relacionamentos entre opacidade e publicidade, segredo e notícias, Estado e *stakeholders*, claro, escuro, centralismo, burocracia, liberdades individuais e coletivas, e isonomia que demonstram como o poder público é concebido e implantado. Esse processo fortalece a transparência como política pública, fazendo parte das demandas e respostas da sociedade moderna.

O termo transparência se refere à propriedade de ser transparente, ou seja, ser claro. Geralmente aparece acompanhado por outras palavras e expressões como abertura, democracia, cidadãos, prestação de contas e eficiência (DYRBERG, 1997). Ser transparente é publicar espontaneamente informações relevantes e confiáveis relacionadas a gestão pública, enquanto a transparência indica um diálogo aberto com as partes interessadas (AMARAL, 2007; PINHO, 2008). Portanto, a promoção de uma administração pública transparente leva em consideração aspectos como a natureza das informações fornecidas pela instituição, a forma como as partes interessadas percebem essa informação, e a facilidade em que o público a entende (CHRISTENSEN; CORNELISSEN, 2015).

Na gestão pública, a transparência é uma qualidade exigida do administrador, como o propósito de avultar a divulgação das ações governamentais, caracterizada pela possibilidade do fortalecimento da democracia, além de ampla publicidade das informações referentes à administração da coisa pública (GUERRA, 2003). Também está relacionada ao direito de acessar informações governamentais, essenciais para a participação democrática, prevenção da corrupção, tomada de decisão, precisão, entre outras funções (BERTOT *et al.*, 2010).

A transparência é considerada um caminho para evitar a opacidade e a corrupção, já que ajuda evitar a ocorrência de conflitos de interesse, minimiza as possíveis consequências de sua existência, promove a integridade de cargos públicos e impede acordos informais, fora do âmbito oficial e canais públicos de decisão (ARROWSMITH; LINARELLI; WALLACE, 2000; KAUFMANN; BELLVER, 2005; VILLORIA, 2012). Ainda, refere-se às incertezas, complexidades e diferentes tipos de conhecimento que são elucidados e integrados durante os

processos, garantindo clareza sobre quem tomou a decisão, os meios e sua justificativa (LOCKWOOD *et al.*, 2010; BUIJZE, 2013).

No entanto, esta conotação positiva não é a única. A transparência, em algumas situações, acaba aparecendo associada a termos negativos, como déficit democrático, opacidade e corrupção, sendo os dois últimos considerados grandes ameaças ao funcionamento e legitimidade da administração pública (DE MINGO; MARTÍNEZ, 2018). A opacidade é o que impede a passagem da luz e é vista como algo escuro e fechado, está diretamente associado à inacessibilidade de informação, falta de transparência, desconfiança e mentira (COLLADO, 2015). Já a corrupção, pode ser definida como a prática de utilizar as funções e os recursos da administração pública para obter vantagem (CERRILLO; MARTÍNEZ, 2016).

Nesse contexto, o Estado nos últimos anos, apresentou avanços significativos na busca pela transparência pública, através da implementação de diversas leis e normativas, entre as quais merecem destaque a Lei Complementar nº 131/2009, a Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527/2011, e o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 (BRASIL, 2000, 2009, 2011, 2016).

A Lei Complementar n.º 131/2009 foi um imperativo na criação de páginas eletrônicas de transparência, em todos entes da federação, com intenção de divulgar e disseminar informações sobre a execução orçamentária e financeira das ações governamentais, possibilitando uma gestão mais democrática dos recursos públicos. Ainda estabeleceu que os entes da federação devam aplicar soluções tecnológicas que visem melhores condições para o compartilhamento de informações que observem, preferencialmente, os padrões de interoperabilidade do Governo Eletrônico (e-Gov). A Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) foi inserida no cenário brasileiro, estabelecendo a divulgação e transparência nas ações governamentais. Com o advento dessa lei, o Brasil deu um importante passo em relação à criação de mecanismos de divulgação e de garantia a sociedade quanto a disponibilização de dados e informações da gestão governamental, além do fomento à transparência e a promoção da *accountability*, provocando um ciclo de mudanças na relação entre o cidadão e gestor público, no que se refere à transparência.

Já a política de dados abertos foi estabelecida pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Trata-se de uma política que consiste em colocar os dados administrados pelas instituições públicas à livre disposição de qualquer usuário, sem nenhum tipo de restrição e em formatos que permitam sua reutilização com qualquer finalidade. Entretanto, a promulgação e aplicação das normativas e leis é apenas um primeiro passo na

construção da transparência pública, para que se torne efetiva é indispensável que as informações divulgadas sejam compreensíveis pela sociedade como um todo, úteis, de qualidade e ativas. Quanto à compreensibilidade, a informação deve incorporar a capacidade de interpretação da realidade e construção de sentido pela parte interessada (FRADE, 2002) englobando apresentação visual e a linguagem acessível e orientada para os usuários (PLATT NETO, 2017).

Com relação à qualidade da informação divulgada depende, em parte, da sofisticação do leitor que a recebe, no sentido de que todo o informe para o usuário precisa ser ao mesmo tempo, adequado, justo e pleno, pelo menos no que se refere ao detalhe que está sendo evidenciado (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; IUDÍCIBUS, 2000). Sua utilidade está intrinsecamente relacionada à relevância, a qual pode ou não ser útil às partes interessadas (PLATT NETO *et al.*, 2011).

As partes interessadas necessitam assimilar os dados que estão sendo apresentados. Com isso, compete aos órgãos públicos apresentar de forma clara e de fácil entendimento, reduzindo as possíveis dúvidas a respeito da comunicação dada, de maneira que sejam expostas as informações mais expressivas que atendam as reais necessidades do público, pois uma informação é vista como transparente quando contempla o conjunto dessas características (FIGUEIREDO; SANTOS, 2013).

Outra dimensão da qualidade da informação que impacta a transparência é a divulgação, no que tange à natureza do acesso público. Organizações transparentes devem compartilhar informações que auxiliem as partes interessadas, internas e externas, na tomada de decisões. Isso não significa que eles devem compartilhar todas as informações, mas aquelas que são substanciais e úteis para as partes interessadas (STRATHERN, 2000).

Dessa forma, a instituição pública deve estar disposta a fornecer informações aos seus *stakeholders* para serem consideradas transparentes (KUNDELIENE; LEITONIENE, 2015); ocultar informações produz situações tendenciosas (GRANADOS; GUPTA; KAUFFMAN, 2010). Logo, a transparência no viés público deve ser ativa, ou seja, evidenciada de forma, espontânea, proativa, independentemente de qualquer solicitação, como definido em lei (BRASIL, 2012). Assim, as instituições do governo em todas esferas, veem-se obrigadas a implementar os instrumentos de transparência e acesso às informações públicas, seja por meio de portais de transparência, seja por investimentos em sistemas de informação (GAMA; RODRIGUES, 2016).

Quanto aos possíveis interessados na transparência, incluem-se como auditores todas as partes envolvidas, ou seja, *stakeholders*, usuários, agentes públicos, cidadãos, sociedade em geral (KANAANE, *et al.* 2010), incumbidos pela qualidade e eficiência dos serviços públicos. Assim, ao usufruírem dos direitos de acesso à informação os interessados legitimam o controle social, fiscalizam as instituições públicas, exigem a institucionalização da transparência dos resultados governamentais, cobram racionalização na condução das políticas públicas, ou seja, participam ativamente do processo de construção e ampliação da transparência pública. Esse movimento sugere aos gestores públicos a buscar por ferramentas que forneçam respostas às demandas de todas as partes interessadas. Dentre as ferramentas disponíveis, destaca-se o uso intensivo das tecnologias, como instrumento para o planejamento, inovação e transparência. Sem dúvidas, as tecnologias de informação e comunicação (TICs)¹ mudaram drasticamente a face da administração pública, pois propiciam aos *stakeholders* informações de forma alternativa, fato este que torna mais efetiva a necessidade de informações oportunas e validadas.

De maneira geral, o objetivo do governo federal com o uso das TICs é o aumento da efetividade, eficácia e eficiência dos serviços públicos, seja na realização, seja no provimento dos serviços (CEPIK *et al.*, 2011). Em outras palavras, o avanço das TICs vem provocando mudanças em todos os segmentos, inclusive viabilizando o apoio às ações do Governo Eletrônico (e-Gov). Além disso, oportunizam serviços, antes prestados ao cidadão de forma presencial, por meio de canais digitais, como a internet. Os padrões de uso dessas tecnologias assumiram papel relevante no desenvolvimento de sítios ou portais² de informações, apoiando de maneira mais rápida, eficiente e customizada a execução da transparência e uma relação, mais próxima entre estado e sociedade (BARBOSA, 2010). Assim, o e-Gov assimila o potencial das TICs na transformação da administração pública, com substancial melhoria na transparência e no relacionamento com os *stakeholders*, de forma a aprimorar a qualidade dos serviços prestados, promover a interação com empresas e indústrias e fortalecer a participação cidadã por meio do acesso a informação (DE OLIVEIRA *et al.*, 2017).

¹ Tecnologias da comunicação e informação: dizem respeito aos recursos tecnológicos que permitem o trânsito de informações, que podem ser os diferentes meios de comunicação (jornalismo impresso, rádio e televisão), os livros, os computadores etc. Apenas uma parte representa os meios eletrônicos, que surgiram no final do século XX, com as primeiras transmissões radiofônicas e de televisão, na década de 1920 (BRASIL, 1998).

² O sítio ou site compreende um conjunto de páginas com formato de hipertexto, acessíveis através da internet, considerando-se que o conjunto de todos os sítios integra a *World Wide Web*, ou simplesmente *web*. Portais, por sua vez, são sítios que congregam conteúdos, informações e serviços em um único local (RAMPELOTTO, *et al.* 2015).

Desse modo, compete às instituições públicas identificar aquilo que é mais demandado pela sociedade e disponibilizar proativamente na internet e/ou outros meios, a fim de facilitar que os *stakeholders* encontrem essa informação evitando custos para ambas as partes (ZORZAL, 2016). Além disso, é recomendado que a administração pública, seja orientada a verificar o atendimento as necessidades dos *stakeholders*, ou seja, deve avaliar a percepção sobre os diferentes aspectos de transparência, com intuito de validar as expectativas das partes interessadas (SPINA; GIRALDI; OLIVEIRA, 2013; MANSONI, 2018).

Dentre as organizações públicas, as instituições de ensino são consideradas comunidades excepcionais, dado o papel formador de cidadania. Uma vez que a sociedade espera que preparem seus profissionais para problematizar a realidade social, econômica e cultural, mantendo as características que a distinguem como academia (FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ, 2011). Essas instituições são geradoras de consciência política e cidadã, tendo em vista que formam opinião a partir de constantes discussões internas e resultado dos seus estudos, pesquisas e discussões que são trazidos ao público em congressos, mobilizações e meios de comunicação em geral (ZORZAL, 2016).

Destaca-se ainda que os movimentos das instituições de ensino público federal na última década promoveram a interiorização do ensino, que veio a atender a demandas reprimidas locais e regionais, oportunizando acesso ao ensino superior, técnico e tecnológico, através da criação de estruturas *multicampi* a partir das instituições de ensino existentes e da criação de novas instituições. Assim, a educação profissional e tecnológica escreve um novo cenário, fundamentado em uma política de expansão dessa modalidade, mediante a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (PEGORARO, *et al.* 2018).

Especificamente os Institutos Federais (IF's) têm características próprias que os diferenciam das Universidades ou de qualquer outra instituição que já tenha sido implantada ao longo da história da educação profissional no Brasil. Na estruturação dos IFs destacam-se características como verticalização, articulação do ensino, pesquisa e extensão, autonomia, entre outras. Esses institutos possuem autonomia financeira e funcional e estão inseridos na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2008). A autonomia administrativa dos *campi* que constituem um IF garante sua inserção na realidade local, sem descaracterizar sua vinculação a uma instituição maior que possui unidade e características próprias, em que os poderes decisórios exigem a participação de todos (WOLF, 2017).

Portanto, é perceptível a importância da transparência nas instituições de ensino (IE). Entretanto, apesar de existirem muitas pesquisas sobre transparência pública, ainda são poucas as que tratam do tema em contexto de IE, que visem contextualizar a percepção das partes interessadas. Além disso, o fato do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) ser uma instituição nova cria um cenário propício para a análise, ou seja, trata-se de obter o *feedback* dos *stakeholders* e propor melhorias na gestão de transparência da instituição.

1.1 PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA

A procura por informações tem interessado aos cidadãos, e suas instituições representativas, tal interesse tem sido provocado juntamente com a cobrança por uma administração pública eficiente e transparente. A sociedade quer saber o que o Estado está fazendo, como está gastando as receitas arrecadadas e como está abordando maneiras de melhorar os interesses públicos que afetam direta e indiretamente a vida de todos (NEWBOLD, *et al.*, 2015).

Além disso, a confiança baseada na transparência vem aumentando no contexto das transformações globais (PESSOA, 2013). Essa relação entre os *stakeholders* e o governo mudou com o advento da internet, pois permitiu que os dados disponíveis pudessem ser manipulados, dependendo da necessidade do usuário. De tal modo, o acesso a informação está criando uma sociedade democrática com cidadãos participativos e capazes de compreender e a utilizar a informação que lhes está acessível (HOLZNER B.; HOLZNER L., 2006). Desse modo, vale dizer que não existe transparência pública se não houver abertura à participação, pois a transparência só emerge na sociedade se for além da publicidade dispondo da ampla participação dos cidadãos e do governo.

Assim, a gestão pública considera importante aumentar a confiança dos cidadãos em relação aos portais, pois presume-se que sentir-se-ão com maior segurança quanto ao uso e acesso dos meios eletrônicos de informação, tornando esse estudo importante na medida em que certos requisitos da informação façam a diferença quando efetivamente aproximam-se do esperado pelos *stakeholders* (PÉREZ; LÓPEZ; SALMONES, 2017). Nesse sentido, os governos estão empenhados em promover uma cultura de transparência ativa dos atos da administração pública através dos portais eletrônicos, com destaque ao acompanhamento, como a publicação de relatórios e demonstrações, além de outras formas de análise que propiciem a participação do cidadão na gestão pública (CRUZ, *et al.* 2012).

Em vista disso, as organizações públicas estão desenvolvendo e implantando critérios de mensuração de informações, disponibilizadas em portais eletrônicos, que levem em consideração parâmetros de análise que estejam determinados pela legislação, devido ao fato de que os dados públicos devem ser acessíveis à sociedade (MOREIRA, 2016). Contudo, as informações públicas divulgadas poderão ter repercussão na sociedade, caso esta dispuser de meios para interpretá-la e, por consequência participar das ações governamentais. A participação dos *stakeholders* pauta-se na perspectiva de que possam desempenhar funções importantes, relacionados a soberania do indivíduo sobre si mesmo, da aceitação das decisões coletivas e principalmente de sentimento de pertencimento a sociedade.

Nesse cenário, a busca por metodologias de avaliação tem ganhado destaque no contexto das boas práticas em gestão pública, quando o assunto se refere à abertura dos conteúdos informacionais disponibilizados em sítios eletrônicos de divulgação. O objetivo desta metodologia é estimular as instituições públicas a exercerem os princípios da administração pública constante no art. 37 da CF, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, disponibilizando informações à sociedade e transparência as ações institucionais.

Dessa forma, é preciso considerar o relevante papel social das IES, as quais são parte do setor público. Essas detêm a missão de geração e disseminação do conhecimento, e sua vocação é vista como um potencial gerador de transformações sociais (OLIVEIRA *et al.*, 2013). Pois, mais do que garantir o atendimento das normas legais, as iniciativas de transparência nas IES constituem igualmente uma política de gestão responsável que favorece o exercício da cidadania pela população. Potencialmente, a atitude poderá servir de estímulo aos estudantes, professores e demais servidores, contribuindo no hábito de solicitar esclarecimentos às entidades governamentais (PLATT NETO, *et al.*, 2011).

Nessa perspectiva, o estudo em análise é a transparência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), sob a ótica dos diferentes *stakeholders*. O estudo nasceu da necessidade interna de afirmação do processo das democracias modernas, e para cultivar e profissionalizar os instrumentos e práticas de transparência da instituição. De qualquer forma, o estudo também está associado às tecnologias de comunicação e pretende o aumento na transparência e maior agilidade na prestação de serviços de disponibilização de informações, estreitando a relação entre a instituição e as partes interessadas. Ainda, o portal e-Gov do IFRS é considerado uma ferramenta de apoio que representa uma alternativa real para ampliar a troca de informações, compartilhamento as ações que envolvam os interesses da sociedade.

Nesse panorama, o Regimento Geral do IFRS também contempla a Ouvidoria, estabelecida através do art. 13, na qual estabelece o serviço de atendimento à comunidade acadêmica e externa de natureza mediadora, sem caráter administrativo, executivo, judicativo, exercendo suas funções junto a todas suas unidades, para atingir seus fins. Em 2017, os números de manifestações encaminhadas à Ouvidoria do IFRS, através do sistema e-ouv, foram os seguintes: 45 denúncias, 8 sugestões, 103 reclamações, 9 elogios e 109 solicitações de informações, totalizando 274 manifestações. Quanto à estatística de acessos no portal da instituição, em média, nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, foram 907.000 (novecentos e seta mil acessos) (IFRS, 2017).

As estatísticas de acesso ao e-SIC demonstram o crescimento vertiginoso dessa forma de interação entre administração pública e cidadãos. De acordo com o relatório da CGU, foram registrados em todos os órgãos federais 658.666 pedidos, compreendendo perguntas e solicitações, na série histórica de 2012 a 2017 (CGU, 2018). Atualmente a principal forma de atuação entre o IFRS e as partes interessadas se dá através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) instituído com base na LAI. No ano de 2017, foram recebidos 124 pedidos de acesso as informações entre solicitações, denúncias, reclamações, sugestões. Já nos anos de 2013 a 2016, totalizaram 276 solicitações (IFRS, 2017).

O IFRS é considerado a 5ª instituição de ensino com maiores níveis de transparência do Brasil, através de um mapeamento que compara 104 instituições, através da pontuação mensurada através de um indicador Nível de Transparência Passiva (NTP), essa informação é construída com base na legislação vigente aplicável ao tema e nos indicadores do Ministério Público Federal (MPF) e da CGU, como também em requisitos da legislação vigente (LC nº 101/2000, LC nº 131/2009, Decreto nº 7.185/2010, Lei nº 12.527/2011, Decreto nº 7.724/2012, Decreto nº 8.777/2016), que determinaram a divulgação dos atos administrativos das entidades públicas (KLEIN, 2018).

Cruz *et al.* (2015) discorrem que há poucos estudos dedicados a analisar a transparência do governo local e raras pesquisas científicas propondo melhorias de gestão desse quesito. Desse modo, a relevância desse estudo está em contribuir, também como um subsídio a gestão da instituição como incentivo ou motivação para a busca da criação de uma melhor estrutura, que possibilite atingir um degrau maior de eficiência na transparência institucional. Esta pode ser considerada como a maior contribuição prática desta pesquisa.

Em face dessas considerações e para fins desta pesquisa, foi formulado o seguinte problema:

Qual a percepção dos diferentes *stakeholders* sobre as práticas de transparência no IFRS?

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar a percepção da transparência no IFRS, a partir das diferentes partes interessadas.

1.2.1 Objetivos específicos

Para que o objetivo geral seja atingido, os seguintes objetivos específicos foram definidos:

- Analisar o cumprimento da legislação sobre a transparência pública, aplicável ao IFRS a partir do último relatório do TCU (Tribunal de contas da União);
- Fazer uma análise comparativa das informações publicadas por diferentes instituições públicas. Comparar as informações sobre transparência divulgadas pelo IFRS com outros institutos federais a partir do indicador Nível de Transparência Pública (NTP);
- Apresentar o perfil e a percepção de transparência dos respondentes;
- Analisar a estrutura de inter-relações entre as variáveis, definindo e validando os fatores relativos à transparência;
- Avaliar possíveis diferenças de percepção de transparência segundo o perfil dos entrevistados;
- Identificar a influência dos fatores na percepção de transparência;
- Propor melhorias na gestão de transparência no IFRS.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo é apresentada uma visão geral do tema a ser estudado, a definição do problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa.

No segundo capítulo tem-se a fundamentação teórica: Conceitos e classificações, transparência pública e aspectos legais, classificação e as dimensões da transparência pública, relação entre governo eletrônico e transparência, e por fim as evidências empíricas sobre transparência no setor público.

No terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa, apresentando o delineamento do estudo, o cenário de pesquisa, a população e amostra, os aspectos éticos e as técnicas de análise de dados. Por fim, o quarto capítulo expõe a análise dos resultados e o capítulo cinco, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo aborda os pressupostos teóricos deste trabalho. O objetivo é discutir a transparência pública a partir de diferentes aspectos: conceitos e classificações, aspectos legais, e evidências empíricas. São também feitas considerações sobre o e-Gov como instrumento para a transparência e a participação dos *stakeholders*.

2.1 CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES DA TRANSPARÊNCIA

O conceito de transparência tem evoluído nos últimos anos, da simples divulgação de dados para uma cobrança de atitudes proativas dos agentes que representam o Estado, ao fornecer informações, com qualidade e quantidade, que estimulem a democracia (MATIAS-PEREIRA, 2010). Nesse sentido, a gestão pública toma como prática ações voltadas para liderança, integridade, compromisso, responsabilidade de prestar contas, integração e transparência.

Assim, a transparência refere-se à medida em que uma instituição revela informações sobre seus processos decisórios, procedimentos, funcionamento e desempenho. Em termos gerais, pode se referir a um conjunto de práticas organizacionais que facilitam a boa governança e processos (CHRISTENSEN; CHENEY, 2015). Essas práticas garantem a promoção dos direitos da sociedade, fortalecem a democracia, ampliam o exercício da cidadania, ajudam a fomentar o controle social, inibem a corrupção e geram melhorias na gestão pública (MARSHALL, 1967). Ainda, mostra-se como fundamental para o controle e participação da sociedade nos caminhos da coletividade (CARVALHO, 2004; BENEVIDES, 1991; JAHNS; RAUPP, 2016).

Casali (2014) e Angélico (2012) defendem que a transparência tem como função deixar visível, indo muito além da disponibilização de informações, sendo necessária a possibilidade de interação entre o que se divulga e as partes interessadas. Geralmente, a participação social nos assuntos do Estado, se dá com o objetivo de fiscalizar, ponderar e corrigir atos considerados ilegítimos, ilegais ou antieconomicos (KOPPELL, 2005; FILGUEIRAS, 2011; MOREIRA, 2016).

Não existe uma definição comum para o termo transparência (KAUFMANN; BELLVER, 2005). Dependendo do enfoque, a transparência poderá ser explicada pelas relações

de comércio (JEHIEL, 2014), do mercado econômico-financeiro público (MUÑOZ; BOLÍVAR; HERNÁNDEZ, 2015) e da gestão pública (PIOTROWISK; VAN RYZIN, 2007; BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015), conforme apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Definições para o termo transparência no período de 2002 a 2018

(continua)

Autor	Conceitos e definições
Holland <i>et al.</i> (2018)	A transparência é definida como a extensão em que uma entidade divulga informações relevantes sobre seus próprios processos de decisão, procedimentos, desempenho, e funcionamento, ainda pode ser definida como um requisito de informação ou pedido entre as partes interessadas.
Baraibar-Diez, Odriozola e Fernández (2017)	O principal foco ao estudar a transparência é a unanimidade de pesquisadores, instituições, reguladores e agentes de opinião sobre qual a transparência importante e desejável para o desenvolvimento eficiente da atividade econômica.
Código das melhores práticas de governança corporativa (2015)	Define transparência como sendo a disponibilidade de informações às partes interessadas de forma a atender não só as disposições legais e regulamentares sobre a divulgação de informações, mas também os fatores norteadores da ação gerencial que conduzem à preservação e a otimização do valor da instituição.
Valencia, Queiruga e González-Benito (2015)	A transparência é o grau de informação prestado, que é influenciado por variáveis como os valores organizacionais, atividade e os destinatários do processo, a cultura participativa da instituição ou do ambiente social.
Pessoa (2013)	A transparência é oposta a opacidade e a obscuridade, haja visto que a transparência proporciona clareza para com algo ou alguma coisa, sendo sua função básica deixar estar visível. Transparência pública é a divulgação e acesso a informações econômicas, sociais e políticas relevantes, referentes ao governo e/ou às suas instituições, direcionadas ao cidadão, que o capacitem para participar das decisões políticas e permitam que ele avalie o governo e/ou suas instituições.
Gruman (2012)	O acesso a informação é operacionalizado por meio da transparência, é um instrumento para que a sociedade possa ter conhecimento acerca do funcionamento, das políticas, das decisões e dos gastos do Estado. Assim a finalidade da transparência sé é alcançada por meio da conversão da informação em instrumento de ação do cidadão. Essa conversão pode ser alcançada, por exemplo, por meio da linguagem cidadã e da diminuição da exclusão digital.
Scholtes (2012)	Define transparência como: acesso público, legitimidade, participação, boa governança, confiança, <i>accountability</i> , comunicação, reputação, privacidade, audibilidade, poder, entre outros.
Angélico (2012)	Transparência é central para boa governança é pré-requisito essencial para a <i>accountability</i> entre estados e cidadão. Basicamente a governança transparente significa uma abertura dos sistemas de governança através de processos e procedimentos claros e fácil acesso à informação pública por parte dos cidadãos, estimulando a consciência ética, no serviço público através do compartilhamento de informações, o que em última instância assegura <i>accountability</i> para o desempenho dos <i>stakeholders</i> e organizações que são responsáveis por recursos públicos ou ocupam cargos públicos.
Rapoport (2011)	A transparência é um dos mecanismos centrais de prestação de contas das organizações, permitindo o fluxo de dados entre elas e os <i>stakeholders</i> por meio de relatórios e sistemas de informação, fornecendo aos doadores informações, geralmente de natureza contábil, sobre a utilização dos recursos arrecadados.
Braga (2011)	Pode-se definir transparência da gestão como a atuação do órgão público no sentido de tornar sua conduta cotidiana – e os dados dela decorrentes acessíveis ao público geral.

Quadro 1 – Definições para o termo transparência no período de 2002 a 2018

(conclusão)

Autor	Conceitos e definições
Hage (2010)	A transparência é um instrumento acessório a disposição da população para que ela acompanhe a gestão pública.
Lindstedt e Naurin (2010)	O conceito de transparência capta a acessibilidade da informação e permite o acesso a algo, de modo que ser transparente é possibilitar a outrem ver o que está efetivamente acontecendo dentro da instituição.
Santos (2009)	A transparência deve ser garantir ao cidadão, de forma individual, o acesso às informações que transmitam o desempenho dos governantes, explicitando as ações que estão em andamento, as executadas em períodos anteriores e as que estão em fase de planejamento.
Bennis <i>et al.</i> , (2008)	Considera uma palavra abrangente e fascinante, que inclui franqueza, integridade, honestidade, ética, clareza, exposição completa, conformidade legal e uma série de outros adjetivos.
Culau e Fortis (2006)	A transparência não se confunde com o tradicional princípio jurídico da publicidade, que fundamenta o moderno Estado de direito. As duas noções são distintas, ainda que a publicidade garanta ao poder público uma certa transparência. A diferença é a exigência da publicidade é atendida com a publicação dos atos do poder público no veículo oficial da imprensa, ao passo que a transparência não se satisfaz com o mero cumprimento de formalidades.
Koppell (2005)	Transparência significa o controle da burocracia, é o sinônimo de respeito e aderência às leis, ou ainda, como responsividade às demandas do cidadão.
Kim <i>et al.</i> (2005)	Transparência significa que a informação está disponível gratuitamente e diretamente acessível àqueles que serão afetados pelas decisões e que informações suficientes são fornecidas em formas e mídias facilmente compreensíveis. Isso requer que as decisões sejam tomadas e aplicadas de maneira a seguir regras e regulamentos. A palavra "transparência" traz consigo um poderoso conjunto de associações morais e políticas, incluindo honestidade, indelicadeza e abertura.
Piechocki (2004)	A divulgação de informações é considerada a forma de gerenciar as necessidades informativas de vários tipos de <i>stakeholders</i> , estruturando ações sociais de modo a tornar o negócio mais lucrativo, incorporando valores éticos, sociais e ambientais no processo de tomada de decisões.
Bushman, Piotroski e Smith (2003)	A acessibilidade da informação para as partes interessadas.

Fonte: Elaboração própria, com base nos autores citados.

Para Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015), o termo transparência tem sua origem no século XIX, mas é no século XX que seu uso tomou o significado atual, relacionado à política e, mesmo que seu conceito seja cada vez mais encontrado na literatura acadêmica, ainda permanece fluido, pelo fato dessa concepção ser usada em vários aspectos relacionados ao fluxo de informações. Segundo esses autores, o conceito aplicado ao campo da administração pública entende-se como a gestão dos assuntos públicos para o público, e concluem os autores que a definição de transparência está em construção.

Nesse entendimento, a conceituação de transparência como mero “acesso à informação” falha em considerar as necessidades e preocupações de direcionar o desejo do público de ter acesso a essas informações. As partes interessadas precisam mais do que apenas maiores

quantidades de informação; eles precisam de informações mais úteis e inteligíveis (HOLLAND *et al.*, 2018). Em suma, pode-se explicitar que para que exista a verdadeira transparência, o Estado não pode colocar as ações públicas no espaço do mistério, do sigilo total. Em outras palavras, a informação deve estar disponível a qualquer tempo, sendo que um governo transparente não se limita apenas em disponibilizar informações relacionadas a sua gestão, mas também a deixar disponíveis informações de gestão anteriores a sua, para que as partes interessadas tenham a possibilidade de traçar um paralelo que lhes permita acompanhar a evolução da máquina pública (SANTOS, 2017).

Entretanto, existe uma lacuna denominada de ilusão de transparência que se acentua na medida em que as organizações, principalmente numa tentativa de atender exigências legais, passam a disponibilizar um turbilhão de dados em seus sítios eletrônicos sem se preocupar com a compreensibilidade dos mesmos pela sociedade (HEALD, 2006). Nesse sentido, a transparência pode não ser atingida tão somente com a divulgação das informações, haja vista que transparência não se dá somente disponibilizando informação, mas, principalmente, fazendo com que a informação divulgada seja compreensível (FUNG; GRAHAM; WEILD, 2007; ARAÚJO; CAPPELLI; LEITE, 2010). Assim, para existir de fato a transparência efetiva se faz necessário que os receptores das informações tenham a capacidade de processá-las, compreendê-las e usá-las (JAHNS; RAUPP, 2016).

A transparência efetiva diminui assimetrias de informação, aumenta a previsibilidade e a credibilidade da política, melhora a eficácia e reforça a confiança das partes interessadas, por isso a importância de medir o nível de transparência em vez de tratá-lo dicotomicamente (BORDIGNON; MINELLI, 2001; SHAMBAUGH; SHEN, 2018). O nível de transparência sobre os atos da administração pública está relacionando a elementos, sociopolíticos, regras de planejamento, execução orçamentária e normas de apresentação de relatórios financeiros externos, a atenção da mídia, pressão de grupos externos, influência política, capacidade organizacional, quantitativo de informação, inteligibilidade, pressupondo robustez de informação, acessibilidade sincrônica e inexistência de barreiras cognitivas ao cidadão comum (ICERMAN; SINASON, 1996; DA SILVA, 2010; GRIMMELIKHUIJSEN; WELCH, 2012).

Além dessas teorias, diversos estudos relacionam o nível de transparência ativa a outros elementos, como é o caso dos níveis de receitas de transferências intergovernamentais, do volume de receitas próprias arrecadadas e do comprometimento dos gastos com pessoal, com educação e com saúde (MOTA *et al.*, 2017). O Quadro 2 apresenta os níveis de transparência

organizados segundo suas dimensões, além disso, é exibida a definição de cada atributo de transparência.

Quadro 2 – Detalhamento dos atributos de transparência

Atributos		Descrição do atributo
Acessibilidade	Portabilidade	Capacidade de ser usado em diferentes ambientes.
	Disponibilidade	Capacidade de ser utilizado no momento necessário.
	Publicidade	Capacidade de ser apresentado.
	Uniformidade	Capacidade de manter uma única forma.
Usabilidade	Simplicidade	Capacidade de não apresentar dificuldades ou obstáculos.
	Operabilidade	Capacidade de ser operacional.
	Intuitividade	Capacidade de ser utilizado sem aprendizado prévio.
	Desempenho	Capacidade de operar adequadamente.
	Adaptabilidade	Capacidade de mudar de acordo com as circunstâncias.
	Amigabilidade	Capacidade de utilização sem esforço.
	Clareza	Capacidade de nitidez e compreensão.
Informatividade	Completeza	Capacidade de não faltar nada do que pode ou deve ter.
	Corretude	Capacidade de ser isento de erros.
	Atualidade	Capacidade de estar no estado atual.
	Comparabilidade	Capacidade de ser comparado.
	Consistência	Capacidade de resultado aproximado de várias medições de um mesmo item.
	Integridade	Capacidade de correto e imparcial.
	Acurácia	Capacidade de execução isenta de erros sistemáticos.
	Concisão	Capacidade de ser resumido.
Entendibilidade	Compositividade	Capacidade de construir ou formar a partir de diferentes pares.
	Divisibilidade	Capacidade de ser particionado.
	Detalhamento	Capacidade de descrever em minúcias.
	Dependência	Capacidade de identificar a relação entre as partes de um todo.
	Validável	Capacidade de ser testado por experimento para identificar se o que está sendo feito é correto.
Auditaabilidade	Controlabilidade	Capacidade de domínio.
	Verificabilidade	Capacidade de identificar se o que está e o que deve ser feito.
	Rastreabilidade	Capacidade de seguir o desenvolvimento de um processo, suas mudanças e justificativas.
	Explicável	Capacidade de informar a razão de algo.

Fonte: Adaptado de Cappelli (2009).

Os níveis de transparência apresentam uma hierarquia classificada em degraus de acessibilidade, usabilidade, informativo, entendimento e auditabilidade, porém não é necessário o cumprimento de todas as características de uma determinada hierarquia para passar para o próximo degrau, como outros modelos de estrutura hierárquica (ARAÚJO; CAPPELLI; LEITE, 2010). O Quadro 3 sintetiza as denominações hierárquicas dos degraus, relacionados com a transparência.

Quadro 3 – Degraus de transparência pública

Níveis	Denominações hierárquicas
DEGRAU 1 – Acessibilidade	A transparência é realizada através da capacidade de acesso do cidadão, sendo identificada por meio da aferição de práticas que efetivem características de portabilidade, disponibilidade e publicidade na instituição.
DEGRAU 2 – Usabilidade	A transparência é realizada através das facilidades de uso. Essa capacidade é identificada por intermédio da aferição de práticas que perfaçam características de uniformidade, simplicidade, operacionalidade, intuitividade, desempenho, adaptabilidade e amigabilidade na instituição.
DEGRAU 3 – Informativo	A transparência é realizada através da qualidade da informação, sendo identificada na aferição de práticas que evidenciem características de clareza, completeza, correteza, atualidade, comparabilidade, consistência, integralidade e acuarria na instituição.
DEGRAU 4 – Entendimento	A transparência é realizada através do entendimento. Ela é identificada por meio de práticas que possuam características de concisão, compositividade, divisibilidade, detalhamento e dependência na instituição.
DEGRAU 5 – Auditabilidade	A transparência é realizada através da auditabilidade, sendo identificada pela realização de características de validade, controlabilidade, verificabilidade, rastreabilidade e explicação na instituição.

Fonte: Adaptado Araújo, Cappelli e Leite, (2010).

Cada um dos graus de transparência pode ser estabelecido através da institucionalização das práticas, de modo que a instituição pública possa atingir gradativamente o mais alto grau de maturidade. Porém, esta estrutura não preconiza a necessidade de alcance completo de todas as características de um determinado grau para que se possa passar para um próximo (ARAÚJO; CAPPELLI; LEITE, 2010).

2.1.1 Transparência pública e aspectos legais

A transparência e o acesso à informação pública estão previstos como direitos do cidadão e deveres do Estado na Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988) e em outras legislações, a qual estabeleceu o acesso à informação um direito fundamental, reforçando a publicidade como princípio imprescindível para uma nova administração pública, além de

difundir canais de participação dos cidadãos nos processos decisórios das ações governamentais.

Entre os diversos instrumentos considerados marco na história da Administração Pública brasileira: a Lei nº 9,755, de 16 de dezembro de 1998 (Brasil, 1998), que criou na Internet o Portal de Contas Públicas; a Lei Complementar 101, Lei de Responsabilidade Fiscal de 4 de maio de 2000, que estabeleceu normas para a gestão fiscal responsável, e o Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005 (Brasil, 2005), que criou na Internet o portal da transparência (Ferreira *et al.*, 2014). Porém, nos últimos anos outros instrumentos ganharam relevância na tentativa de regulamentar o tema transparência e acesso às informações públicas. O Quadro 4 sintetiza alguns desses instrumentos.

Quadro 4 – Cronologia da legislação brasileira relacionada à transparência (1988-2017)

(continua)

Ano	Legislação	Assunto
1988	Constituição Federal do Brasil.	Carta Magna do País, organiza as relações entre a sociedade e o estado, quanto aos direitos e obrigações de ambas as partes.
1991	Lei nº. 8.159.	Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Em seus arts. 22 a 24, dispunha do acesso e do sigilo dos documentos públicos (revogados pela Lei nº 12.527/2011, a LAI).
2000	Decreto Presidencial sem número, de 3 de abril de 2000 (BRASIL, 2000b).	Cria Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação. Estabelece o Governo Eletrônico (e-Gov).
2000	Lei Complementar nº. 101.	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
2002	Decreto nº. 4.5553.	Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da administração pública federal.
2003	Lei nº. 10.683.	Criação da CGU – órgão responsável por assistir o Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo, sejam relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção, combate à corrupção e ouvidoria, entre outros assuntos.
2005	Lei nº. 11.111.	Regulamenta a excessão ao livre acesso às informações pelos órgãos governamentais, estabelecido pelo inciso XXXIII do Art. 5º da CF.
2005	Decreto nº. 5.482.	Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal por meio da internet.
2009	Lei Complementar nº. 131.	Determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizem, em meio eletrônico e tempo real, informações pormenorizadas sobre sua execução orçamentária e financeira (Brasil, 2009).
2010	Decreto nº. 7.185.	Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Integrado (SI) a administração financeira e de controle, no âmbito de cada ente da federação (Brasil, 2010a).

Quadro 4 – Cronologia da legislação brasileira relacionada à transparência (1988-2017)

(conclusão)

Ano	Legislação	Assunto
2011	Decreto de 15-09-2011.	Institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto e dá outras providências (Brasil, 2011 a).
2011	Lei nº. 12.527.	Regulamenta a LAI, ou seja, o direito de acesso a informações públicas previsto na CF/1988 (BRASIL, 1988).
2012	Decreto nº. 7.724.	Regulamenta no âmbito do Poder Executivo Federal os procedimentos para garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo conforme a Lei 12.527/2011 (Brasi, 2012).
2012	Portaria interministerial nº 233.	Disciplina, no âmbito do Poder Executivo federal, o modo de divulgação da remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões.
2013	Portaria da CGU nº. 227.	Institui o Programa Brasil Transparente que tem por objetivo apoiar Estados e Municípios na implementação da LAI, (Brasil, 2013a).
2014	Lei nº. 12.965.	Conhecida como o Marco Civil da Internet.
2016	Lei nº 13.341.	Cria o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – GGU.
2016	Decreto nº 8.777.	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.
2017	Decreto nº 9.094.	Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário.

Fonte: Elaboração própria, com base nas legislações citadas.

Dentre os instrumentos apresentados no Quadro 4, destaca-se a CF de 1988, na qual estabelece, em seu artigo 5º inciso XXXIII, que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível a segurança da sociedade e do Estado”. Além disso, o mesmo artigo 5º determina que “LX-a Lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou interesse social o exigirem”.

Nesse sentido, as disposições da legislação infraconstitucional vêm dar efetividade aos direitos vistos acima, inclusive com o estabelecimento de padrões e procedimentos para a divulgação de informações públicas (AMORIM; MENEZES, 2016).

A LRF, em seus artigos 48 e 48A, exige a divulgação de informações acerca das leis orçamentárias, das receitas e das despesas públicas, na Internet em tempo real, além da divulgação, por meios eletrônicos, prestação de contas, parecer prévio e, ainda dos relatórios

de gestão fiscal e de execução orçamentária (BRASIL, 2000). Em complemento a isto, é prescrito ao Poder Executivo Federal que estabeleça o padrão mínimo de qualidade do Sistema que realize a divulgação de informações, o que foi atendido com o Decreto 7.185/2010 (BRASIL, 2010).

A Lei 12.527/11 credenciou a política de acesso às informações públicas com foco na transparência e no controle social, consagrando e disciplinando o que já estava previsto na Constituição Federal de 1988 (GAMA; RODRIGUES, 2016). O seu artigo 3º institui as diretrizes de transparência, como: “I – observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção” e “III – utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia”. Ainda, a LAI indica informações mínimas que devem ser disponibilizadas, bem como requisitos técnicos das ferramentas de divulgação (BRASIL, 2011).

A referida Lei define um número mínimo obrigatório de informações a serem divulgadas, dentre as quais as contábeis, financeiras e orçamentárias como objeto de transparência ativa, ainda, nos arts. 7º e 8º preveem, dentre outros, dados pertinentes a repasses ou transferências de recursos financeiros, despesas públicas, administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos, além de informação relativa ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo do governo (GAMA; RODRIGUES, 2016).

Já o Decreto nº 7.724/2012, regulamenta os procedimentos previstos na LAI no Executivo Federal, possui dois capítulos classificando a transparência em dois tipos, ativa e passiva. Segundo a CGU, a transparência ativa:

É a divulgação de dados por iniciativa do próprio setor público, ou seja, quando são tornadas públicas informações, independente de requerimento, utilizando principalmente a Internet. Um exemplo de transparência ativa são as seções de acesso às informações dos sites dos órgãos e entidades. Os portais de transparência também são um exemplo disso. (CGU, [2011a]).

Enquanto a transparência passiva seria:

É a disponibilização de informações públicas em atendimento a demandas específicas de uma pessoa física ou jurídica. Por exemplo, a resposta a pedidos de informação registrados para determinado Ministério, seja por meio do SIC físico do órgão ou pelo e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão). (CGU, 2011a).

De acordo com a CGU (2013), a transparência passiva se dá quando algum órgão ou ente é compelido a prestar informações que sejam de interesse geral ou coletivo, desde que não sejam resguardados por sigilo. Ocorre mediante provocação, no sentido de requerimento de interessado, perante algum órgão ou ente público para prestar informações que sejam de interesse geral ou coletivo, desde que não sejam resguardadas por sigilo, conforme obrigação estipulada pela LAI em seu art. 10.

Já em 11 de maio de 2016, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.777, sancionou a política de dados abertos, que compreende, também, o conjunto de legislações fundamentais garantidoras do acesso à informação pela sociedade brasileira, aprimorando, assim, a cultura da transparência pública, conforme o estabelecido no inciso II do art. 1º. do referido projeto. Nesse sentido, a transparência e acesso a informação é considerado medida indispensável ao fortalecimento das democracias modernas, uma vez que possibilita que o poder público seja exercido de forma aberta e as vistas dos cidadãos (Relatório sobre a implementação da Lei de Acesso a Informação, 2012).

Por fim, Decreto nº 9.094 dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, e institui a Carta de Serviços ao Cidadão, na qual trata-se de um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos com o atendimento e os padrões de atendimento estabelecidos (GESPÚBLICA, 2017).

2.1.2 Classificação e as dimensões da transparência pública

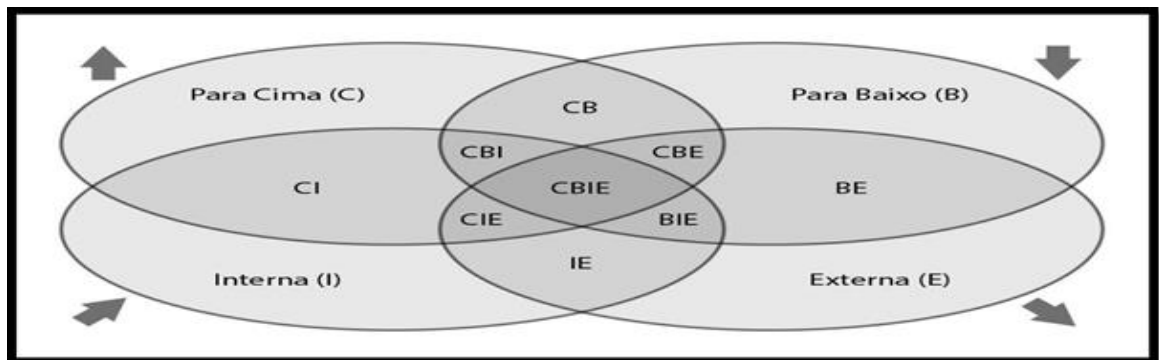
Além do aspecto legal que classifica a transparência pública como ativa e passiva, existem outras classificações abordadas em estudos, sobretudo, internacionais. Essa classificação faz a diferenciação em conformidade com a iniciativa das organizações públicas, seja de forma proativa, seja por meio de solicitações diretas dos cidadãos (YAZIGI, 1999; MENDIETA, 2012).

A transparência ativa e passiva está embasada nos estudos empreendidos por Yazigi (1999) que faz a diferenciação em conformidade com a iniciativa das organizações públicas, seja de forma proativa, seja por meio de solicitações diretas das partes interessadas. Mendieta (2012) trata dos tipos de transparências opaca e clara que estão intimamente relacionados com a intenção dos agentes públicos.

Em relação as direções, nos debates relacionados aos benefícios e custos desta transparência para o Estado, devem ser consideradas quatro direções (HELD, 2006). As duas primeiras, transparência para cima e transparência para baixo referem-se ao que o autor denominou de transparência vertical, enquanto a transparência de fora para dentro e a transparência de dentro para fora se referem ao que o autor denominou de transparência horizontal (JENSEN; MECKLING, 1976; HEALD, 2006; ZUCCOLOTTO *et al.*, 2015).

As direções não são excludentes, podendo coexistir em qualquer nível de governo, pois quando ocorre a convergência entre duas direções de transparência, diz-se que ocorre a transparência vertical simétrica e, ocorrendo o oposto, observa-se ausência ou assimetria de transparência vertical, ou seja, indisponibilidade de informações entre o Estado e as partes interessadas (ZUCCOLOTTO *et al.*, 2015). Na Figura 1, adaptada de Heald (2006), pode-se visualizar com mais nitidez as quatro direções e as relações existentes entre elas.

Figura 1 – As quatro direções da transparência



Fonte: Adaptado de Heald (2006).

Quando um governo ou instituição pratica todas as direções delineadas, localizando-se no estágio CBIE, conforme a Figura 1, concretiza-se o que Heald (2006) denomina de transparência simétrica completa. Tendo em vista a limitação da representação bidimensional da figura, as possíveis relações direcionais entre CE e BI não podem ser evidenciadas (SILVA, 2017).

Importante destaque deve ser dado à relação existente entre essas duas últimas direções da transparência, uma vez que, para que se veja além da transparência para fora, é necessário que tanto o ente quanto os seus pares permitam-se serem vistos, transparência para dentro, e disso resulta grande parte das regulações sobre exigências mínimas de mecanismos e regras de transparência (ZUCCOLOTTO *et al.*, 2015). Ainda, caso, ocorrer a interseção das quatro

direções da transparência tem-se a transparência completamente simétrica. Neste estágio nenhuma avaliação normativa do desejo das diferentes áreas será feita e isso explica porque as visões sobre transparência são, frequentemente, ambivalentes na prática (HOOD, 2006).

Quanto as variações da transparência, existem três relações dicotômicas: transparência de eventos *versus* de processos, transparência retroativa *versus* tempestiva e transparência nominal *versus* efetiva (HEALD, 2006). Em relação à visibilidade da informação, é uma das duas condições necessárias para a transparência, ou seja, para ser visível, a informação deve ser razoavelmente completa e encontrada com relativa facilidade (MICHENER; BERSCH, 2011).

Dessa forma, a visibilidade da informação é uma das duas condições necessárias para a transparência, para ser visível a informação deve ser razoavelmente completa e encontrada com relativa facilidade (ZUCCOLOTTO *et al.*, 2015). Nesse sentido, se a transparência diz respeito à informação e, se a informação não é visível perde sua relevância. No entanto, só porque algo é público, não significa que seja visível, uma vez que, para ser visível, a informação deve refletir um grau elevado de integridade (MICHENER; BERSCH, 2011). O Quadro 5 descreve sobre a classificação da transparência, conforme o entendimento de alguns autores.

Quadro 5 – Classificação da transparência

(continua)

Autores	Classificação	Descrição
Yazigi (1999)	Ativa	A transparência ativa consiste na difusão periódica e sistematizada de informações sobre a gestão estatal, resulta de ações voluntárias dos gestores públicos ou de obrigações legais impostas aos órgãos do Estado, determinando que sejam publicadas informações necessárias e suficientes para que a sociedade possa avaliar o desempenho governamental.
	Passiva	A transparência passiva, por sua vez, refere-se à obrigação do Estado em conceder a todos os cidadãos que o requeiram o acesso tempestivo aos documentos oficiais, salvo aqueles que estiverem legalmente protegidos por motivo de segurança nacional, investigação pública, direito de terceiros.
Mendieta (2012)	Opaca	Consiste na disponibilização de um grande volume de dados desconexos, incompletos, que dificultam a compreensão por parte do cidadão. Muitos órgãos públicos praticam essa modalidade para passar uma imagem de transparentes, mas na verdade não são.
	Clara	Expressa a real preocupação dos órgãos públicos no tocante à compreensão dos dados e informações disponibilizados. As informações são fornecidas de forma integral.
Jensen e Meckling (1976); Heald (2006); Hood (2006); Zuccolotto e Teixeira, Riccio, (2015)	Quanto às direções	Vertical (para cima) – As ações dos subordinados são transparentes e podem ser acompanhadas por seus superiores.
		Vertical (para baixo) – Os superiores agem de forma transparente possibilitando o acompanhamento de suas ações por seus subordinados.
		Horizontal (externa) – Ocorre quando um órgão subordinado consegue analisar outro órgão superior que está no ambiente externo.
		Horizontal (interna) – Ocorre o inverso da externa, ou seja, o MEC consegue ver o que ocorre no IFRS porque este age de forma transparente.

Quadro 5 – Classificação da transparência

(conclusão)

Autores	Classificação	Descrição
Heald (2006); Zuccolotto, Teixeira e Riccio, (2015)	Quanto às variações	Transparências de eventos versus de processos – Tomando como referência a geração de serviços públicos, revela a diferença entre a transparência de processos e de eventos, onde se denomina de eventos as entradas, saídas e resultados que são ligados pelos processos de transformação (entradas em saídas) e de ligação (saídas em resultados).
		Transparência retroativa versus tempestiva – A retroativa tem como característica a disponibilização das informações inerentes à gestão governamental ou organizacional de forma ex post. A transparência em tempo real, por sua vez, é a divulgação contínua dos processos internos da instituição de maneira a permitir possíveis alterações significativas nas ações dos gestores públicos.
		Transparência nominal versus efetiva - A nominal se refere a transparência que um determinado órgão julga praticar e a efetiva é, de fato, o que ele pratica. Para se ter transparência efetiva é necessário que as informações permitam aos seus receptores a capacidade de processá-las, compreendê-las e usá-las.
Michener e Bersch (2011)	Quanto à <i>visibility</i> e <i>inferability</i>	<p><i>Visibility</i> – A informação disponibilizada precisa ter uma certa completude e relativa facilidade de ser acessada. O fato de uma determinada informação ser pública, não significa necessariamente que ela é visível.</p> <p><i>Inferability</i> – Remete ao grau de inferência das informações, à capacidade de as informações serem úteis para a formulação de conclusões. Está intimamente relacionada à qualidade das informações.</p>

Fonte: Adaptado de Silva (2017).

As dimensões em relação ao alcance da transparência pública foram definidas levando-se em consideração estudos em organismos internacionais como a Instituição das Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional e o *International Budget Partnership*, que se dedicaram a avaliar os níveis de transparência, tanto no contexto nacional, como no internacional (PINHO, 2008; CRUZ *et al.*, 2012; RIBEIRO; ZUCCOLOTTO, 2014; ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2014), conforme sintetizados no Quadro 6.

Quadro 6 – Dimensões da transparência pública

(continua)

Perspectiva	Conceito
Orçamentária	Consiste na evidenciação de todas as informações orçamentárias relevantes de maneira sistemática e tempestiva e que permitam ao cidadão, além de visualizá-las, fazer inferências a partir delas.
Contábil	A transparência consiste na evidenciação de todas as informações patrimoniais e financeiras de maneira sistemática e tempestiva, de forma que o usuário possa, além de acessá-las, avaliar as capacidades econômica, financeira e patrimonial dos entes.

Quadro 6 – Dimensões da transparência pública

(conclusão)

Perspectiva	Conceito
Institucional ou Organizacional	Consiste na evidenciação de todas as informações sobre a instituição do Estado, cargos e responsabilidades, além de normas e relatórios. Uma vez que os Estados possuem uma estrutura organizacional ampla e complexa, pode-se recorrer a duas possibilidades. A primeira consiste em evidenciar os órgãos centrais de governos para em seguida, uma vez acessado o órgão desejado, conecta-se aos órgãos subordinados. Isso poderia se dar por meio de <i>links</i> para cada órgão componente do órgão central.
Social ou Cívica	Consiste na existência de mecanismos de informação e atenção ao cidadão e compromisso com a cidadania. Assim, além de informações sobre atividades culturais e cívicas, é importante que os governos desenvolvam e estimulem canais para sugestão, denúncias e participação do cidadão e da sociedade civil organizada.
Processo licitatório	Consiste na divulgação de informações sobre a contratação de obras, materiais e serviços por parte dos governos, bem como informações sobre o fluxo desse processo, valores, concorrentes e resultados. A finalidade é permitir que a sociedade civil acompanhe os processos de compras, monitore-o e avalie-o ao final do processo.
Contratos e convênios	Consiste na divulgação dos contratos, convênios, termos de parceria e de cooperação estabelecidos por um governo. O objetivo dessa perspectiva da transparência é permitir à sociedade conhecer as partes envolvidas nos contratos, as responsabilidades de cada uma das partes, as ferramentas de monitoramento, a forma de avaliação de desempenho, as penalidades, etc.
Midiática	A transparência consiste na avaliação de uma ou mais dimensões da transparência descritas anteriormente, todavia em meio eletrônico de acesso público. Esses meios podem variar desde a divulgação em páginas da Web até aplicativos para celulares, smartphones e tablets.

Fonte: Adaptado de ZUCCOLOTTO *et al.*, (2015).

A transparência da gestão financeira e fiscal dos entes da federação deve ser inteligível, enfatizando que a simples apresentação dos dados do orçamento e das finanças públicas não significa intrinsecamente transparência, pois, é fundamental que as informações espelhem de forma fiel o que ocorre, denotando correção e aumentando a confiança dos *stakeholders* (CRUZ, *et al.* 2012). Dessa forma, considera-se que a divulgação de informações acerca dos atos da gestão pública não deve se limitar aos relatórios já previstos em dispositivos legais, mas também de informações qualitativas que reportem desempenho, projetos e atingimento de metas em áreas relevantes para a sociedade, tais como saúde, educação, cultura, transporte, saneamento e outras (JAHNS; RAUPP, 2016).

Nessa perspectiva, a importância da dimensão da transparência das informações públicas no processo democrático, permite a reação da sociedade especialmente quando disponibilizadas as informações referentes às finanças públicas, pois a transparência efetiva da coisa pública e de sua gestão é a garantia mais concreta da democracia participativa contra a violação dos direitos republicanos e a privatização da república (BRESSER-PEREIRA, 1997).

2.1.3 Relação entre Governo Eletrônico (e-Gov) e Transparência

A materialização do e-Gov como instrumento de interação entre os órgãos públicos e a sociedade ocorreu por intermédio de projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Governo Eletrônico Brasileiro. Especificamente, em relação ao fornecimento de informações e prestação de serviços por meios eletrônicos, destaca-se o Portal Rede Governo e o Projeto Padrões Brasil. O objetivo do Portal Rede Governo é colocar os serviços e informações públicas ao alcance do cidadão, de forma rápida e segura, com apenas dois cliques no mouse, onde também estão reunidas as informações que o cidadão precisa sobre o funcionamento do Governo Federal e respostas para questões práticas do dia-a-dia (CEPIK, 2011). Já o Projeto Padrões Brasil, tem como objetivo principal normatizar os sítios oficiais a servir o cidadão da melhor forma possível, desde a concepção, desenvolvimento, estrutura, até a gestão, independente das condições e meios de acesso (BRASIL, 2009).

No Brasil, o termo e-Gov ingressou nas agendas governamentais como assunto de grande relevância entre os anos 1990 e 2000, notadamente associado aos movimentos de reforma do Estado e transformações da administração pública na era da informação a expansão da oferta de serviços públicos ao cidadão, e com a edição do Livro Verde, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, consolidando as aplicações por meio do uso das TICs, em particular pela internet (FERNANDES, 2006; PRZEYBILOVICZ *et al.*, 2015; RAMPELOTTO *et al.*, 2015).

Nesse sentido, a evolução das TICs nas ações de e-Gov são fundamentais no modo como o governo interage com o seu público, pois torna as comunidades remotas em comunidades conectadas em todos os cantos do globo (BARAIBAR-DIEZ, *et al.*, 2018). Essas ações possibilitam a disponibilização de informações cada vez mais rápidas e transparentes, através das ferramentas de transformação, computadores, satélite, *web* e internet (MANOHARAN; HOLZER, 2012). Assim, a maior potencialização de uso das TICs no e-Gov faz insurgir uma maior transparência, logo, uma maior informação, participação e controle popular (LANGNER; ZULIANI, 2015).

Desde então, o e-Gov reinventa o funcionamento do governo, priorizando a ferramenta internet para oferta de serviços, para a participação cidadã ao encontro do desenvolvimento de competências aprimoradas, para o Estado (EVANS; YEN, 2006; AL-MASHARI, 2007; GIL-GARCIA; MARTINEZ-MOYANO, 2007; POLIZELLI; OZAKI, 2008; MELLO; SLOMSKI, 2010; SHAREEF *et al.*, 2011). Nesse contexto, é improvável a existência de uma instituição de

governo que não tenha se preocupado em ocupar o espaço virtual com a oferta de informação que, ao menos, amplie sua visibilidade (ROTHBERG, 2010).

O principal objetivo do Estado através do e-Gov é a modernização da gestão pública, amparando aspectos sociais, técnicos, econômicos, políticos, administrativos, socioeconômicos e públicos, contribuindo efetivamente para a melhoria da administração pública, remetendo a uma nova relação entre as partes interessadas e o Estado (PALACO, 2019). Dessa forma, as ações do e-Gov também são tratadas por um viés finalístico, isto é, tornar o governo mais eficiente, prover melhores serviços aos cidadãos e melhorar os processos democráticos de participação popular (WEILL; ROSS, 2006; PLATT NETO; MENEZES, 2013).

No que tange às definições do e-Gov, é comum a associação do uso da internet com a prestação do serviço público ou a utilização na gestão dos processos internos na administração pública. Em suma, o e-Gov promove o uso de novas tecnologias de informação entre entidades governamentais, com vistas a melhorar a eficiência e economia das operações do governo (RELYEA, 2002). No entanto, o conceito relaciona-se muito mais ao aperfeiçoamento do relacionamento entre governo e cidadãos (PRADO; RIBEIRO; DINIZ, 2012).

O Quadro 7 demonstra a síntese dos tipos de relacionamento do e-Gov, conceituando a atividade chave no âmbito do processo de interação entre as partes interessadas, isso pressupõe a efetividade da operacionalização do e-Gov, uma vez que as atividades só são viabilizadas por intermédio da democratização e disponibilização das informações (SILVA, *et al.* 2017).

Quadro 7 – Aplicações do e-Gov

Relações eletrônicas	Definições
Governo – negócios (<i>Government-to-business</i>)	Que atuam com atividades de acesso à informação, pagamentos de taxas e impostos e compras eletrônicas.
<i>Negócios de Governo</i> (<i>Business-to-Government</i>)	Nesse tipo de modalidade de relação eletrônica, o agente que oferece o serviço ou produto é uma empresa, enquanto que o agente que o está adquirindo é algum ente governamental.
Governo – cidadãos (<i>Government-to-citizen</i>)	Onde são verificadas atividades de acesso à informação, pagamentos de taxas e impostos, prestação de serviços, concessão de feedback, canais de participação popular, e exercício da cidadania.
Governo – investidores (<i>Government-to-investor</i>)	Canais de participação popular, e exercício da cidadania.
Governo – Pessoas interessadas (<i>Government-to-employee</i>)	Os <i>stakeholders</i> têm, de alguma forma, interesse no desenvolvimento do ente governamental, como servidores públicos e empregados, com atividades de acesso à informação, capacitação das equipes, gestão dos recursos humanos e <i>accountability</i> .
Governo - governo (<i>Government-to-government</i>)	Atividades de acesso à informação, compartilhamento de bancos de dados, e integração de fluxos e processos.

Fonte: Adaptado de Silva *et al.* (2017).

O e-Gov é o alicerce para o serviço digital ou eletrônico e depende de uma infraestrutura tecnológica adequada a fim de automatizar os serviços do governo. O serviço eletrônico aparece em diversos tamanhos e formas dentro dos governos locais e nacionais e pode incluir o fornecimento de acesso, a conexão a um serviço ou a um processo, facilidade na consulta e a participação das partes interessadas (CASALI, 2014).

Além disso, a implementação do e-Gov por si só, não garante melhorias de gestão. Por isso, Nurdin, Stockdale e Scheepers (2011) apresentam quatro dimensões cruciais que podem influenciar positiva ou negativamente na eficiência e no uso do e-Gov, ou seja, fatores que representam premissas fundamentais para auxiliar o desenvolvimento (Quadro 8).

Quadro 8 – Dimensões das organizações e os seus fatores

Dimensões da instituição	Fatores
Envolvimento	Participação, compromisso, parceria, responsabilidade.
Adaptabilidade	Gestão da mudança, transparência, confiança, aprendizagem organizacional.
Missão	Visão, objetivo, estratégia.
Burocracia	Hierarquia / estrutura, regulação, coordenação.

Fonte: Adaptado de Nurdin Stockdale e Scheepers (2011).

A implementação do e-Gov não pode ser improvisada e requer um conjunto de processos, valores, competências, estratégias e, sobretudo fazer com que a própria realidade contextual com os requisitos da aplicação do e-Gov (HEEKS, 2006). O projeto do e-Gov é um desafio, na medida em que proporciona um maior desempenho governamental, minimiza o custo do serviço, traz maior flexibilidade, permite maior transparência, maior interação, melhor prestação de serviços contas e transações mais rápidas (ALAWNEH, 2013).

Para o e-Gov se transformar em uma ferramenta mais amadurecida e consolidada, de forma totalmente funcional, os programas passam por estágios de implantação (GALINDO, 2010). Corroborando esta visão, Lechakoski e Tsunoda (2015) informam que existem diversos modelos de maturidade para o governo eletrônico, sendo que cada um deles avalia critérios específicos para o contexto de determinada localidade ou realidade, apresentando diferentes níveis de maturidade e distintas especificações dentro de cada nível, conforme sintetiza o Quadro 9. A evolução do e-Gov, geralmente, passa por quatro estágios que norteiam o nível de maturidade das TICs nas organizações públicas considerando o nível de transparência (KAWAGUTI, 2013).

Quadro 9 – Estágios do e-Gov

Categorização dos estágios	Conceitos
Primeiro estágio	Consiste na criação de sites, para a disseminação de informações sobre os diversos órgãos e departamentos dos diferentes níveis de governo, nessa etapa, eventualmente, esses sites são reunidos em um único portal, o qual parece apenas uma espécie de catálogo.
Segundo estágio	Inicia-se uma troca de informações, sendo permitido aos <i>stakeholders</i> , também inserir dados no site, de forma interativa. Um contribuinte, por exemplo, pode enviar a sua declaração de imposto de renda, ou informar qualquer tipo de alteração.
Terceiro estágio	Passam a ser inseridos também valores qualificáveis. Nessa etapa, podem ser realizadas operações como pagamentos de contas e impostos, matrículas na rede pública, marcação de consultas médicas, compra de materiais, educação a distância, etc.
Quarto estágio	A implantação do e-Gov é desenvolvida um tipo de portal que não é mais um simples índice de sites do governo com centenas de endereços, mas, um lugar de convergência de todos s serviços prestados pelo governo.

Fonte: Adaptado de Kawaguti (2013).

Cada um dos estágios é a base necessária para os seguintes, ou seja, é necessário satisfazer minimamente as metas genéricas de um estágio para alcançar o próximo, em um trabalho evolutivo (PAULA FILHO, 2011). Nesse sentido, é necessário que os diferentes estágios de oferta de um serviço sejam atingidos: simplesmente informações sobre o que é o serviço, o que é necessário para obtê-lo e onde ir para obtê-lo, a possibilidade de contato com as pessoas para a aquisição de mais informações, o *download* e possibilidade de ter em mãos formulários para serviços, finalmente, o estágio no qual é possível executar de fato o serviço completo (MORENO, 2014).

O e-Gov é um meio que permite a melhoria da governança e traz deste modo muitos benefícios as partes interessadas não só pela prestação de serviço público eletrônico, mas também porque proporciona uma sociedade de informação e conhecimento, porém, o e-Gov possui vantagens e dificuldades (MORENO, 2014). Existem, no entanto, muitas barreiras a considerar, apesar dos benefícios do e-gov. West (2004) identifica várias dificuldades, como a preocupação dos cidadãos com relação à privacidade e segurança oferecidas pelo sites do governo; falta de recursos para atender às necessidades de populações especiais, como pessoas com deficiências ou quem não fala inglês; falta de computadores ou acesso à Internet; a necessidade de educar os cidadãos em relação à disponibilidade de serviços e informações online; e o custo das infra-estruturas de governo eletrônico.

Ao estudar o e-Gov no Brasil, Rothberg (2010) salienta que ainda existem inúmeros pontos a serem melhorados, as dificuldades, e um melhor uso como ferramenta política é

essencial, desde que realizado de forma sistemática e clara. O Quadro 10 elenca algumas vantagens e dificuldades do governo eletrônico.

Quadro 10 – Potencialidades e dificuldades do e-Gov

(continua)

Autores	Vantagens	Dificuldades
Ntaliani (2019)	Aumentar a eficiência; aumentar o valor institucional; é um bem estratégico substancial.	—
Diniz <i>et al.</i> (2009)	Modernização do Estado.	—
Arakaki (2008)	Modernizar a administração pública, para que possa priorizar os cidadãos.	—
Evans e Yen (2006)	O aumento da eficiência e eficácia dos serviços públicos, a diminuição dos custos, a disseminação de informações do governo, a centralização de atividades com vista a diminuir as ineficiências na prestação de serviço.	A inconsistência tecnológica, o problema financeiro, a falta de planejamento, a falta de clareza na definição dos objetivos políticos do governo, a falta de adoção de mecanismos eficientes para a aceitação dos serviços eletrônicos por parte dos cidadãos.
Kumar <i>et al.</i> (2007)	Melhorar a qualidade dos serviços prestados.	—
Prado (2006)	—	O e-Gov não garante transparência à Administração Pública, pois, muitas vezes, esses portais são pouco acessados pelos cidadãos que se encontram apáticos com aspectos como percepção de corrupção.
Welch, <i>et al.</i> (2005); Fugini, <i>et al.</i> (2005).	Satisfação do cidadão com o governo. Aumentar a transparência dos processos governamentais.	Informações sobre a coletividade.
West (2004)	Oferecer aos cidadãos maior conveniência para procurar informações.	Privacidade e a segurança dos sites do governo; Falta de recursos para atender às necessidades de populações especiais; Indisponibilidade de computadores e da internet; Necessidade de educar o cidadão quanto à existência de serviços e informações on-line; Custo da infraestrutura e-Gov.
Sanchez e Araújo (2003)	Oferecer serviços mais ágeis e maior conforto aos cidadãos.	—
Fernandes e Afonso (2001)	Habilitar a população a ingressar na sociedade da informação.	—
Jardim (2006)	Oferecer à sociedade melhores condições de acesso à informação e serviços governamentais; Ampliar a qualidade desses serviços; garantir maiores oportunidades de participação social no processo democrático.	—

Quadro 10 – Potencialidades e dificuldades do e-Gov

(conclusão)

Autores	Vantagens	Dificuldades
Endler (2000)	Diminuição de volume de pessoas que procuram e congestionam os órgãos públicos; Redução de gastos com infraestruturas e funcionalismo; Maior sincronia no processo proporcionado pelo uso intensivo de TI; Redução de perdas por transporte; Redução de perda por espera.	—

Fonte: Elaborado pela autora.

Os fatores que dificultam a construção do e-Gov são: a falta de determinação e esforço coordenado, conservadorismo e medo, obstáculos culturais, cultura da imediatidade e dificuldade de adaptação a mudanças, burocracia, chefias que se opõem a novas ideias, fracionamento ou duplicidade de serviços, escassez de recursos, serviços que não podem ser prestados sem a presença dos cidadãos, automação dos processos, ausência de investimento em infraestrutura da comunicação e diversidade de padrões de procedimentos (LANGNER; ZULIANI, 2015).

Desta forma, com o e-Gov construído de forma eficiente, torna-se menos necessário, para os *stakeholders*, dirigir-se a diferentes setores das organizações públicas para solucionar determinados problemas, seria possível, apenas com o uso de um computador e internet, resolver as mais variadas situações, necessitando apenas de um usuário e senha de acesso, que fossem universais, para utilizar qualquer serviço público (KAWAGUTI, 2013). Porém, sem reduzir a exclusão digital e promover igualdade nos recursos de uso do e-Gov, a adoção não será bem-sucedida (SHAREEF *et al.*, 2011).

A disponibilização dos recursos necessários para o uso do e-Gov tem características comportamentais, econômicas, culturais, sociais e aspectos tecnológicos comuns, geralmente, onde computadores com acesso a internet estão disponíveis para o uso público. Entretanto, os *stakeholders* sem conhecimento sobre as TICs, não terão habilidades necessárias para utilização do mesmo. Como resultado, eles não obterão o benefício da utilização do e-Gov, por consequência, existe uma relação óbvia entre a disponibilidade de recursos e a disponibilização do e-Gov pela administração pública (VAN DIJK, 2013). Logo, essa ferramenta não deve ser vista apenas como um método para disponibilizar serviços *online* à população, e sim, como uma ferramenta para exercer a cidadania, por meio da interação e participação entre o governo e os

stakeholders (RUEDIGER, 2002). Contribuindo para amenizar as dificuldades existentes na gestão da informação e em questões complexas como é o caso do engajamento social no campo das políticas públicas (RAUPP *et al.*, 2015).

De qualquer forma, o e-Gov está associado às tecnologias de comunicação e tem como impacto a diminuição de custos e uma maior agilidade da prestação de serviços, mas para isso é importante considerar os investimentos em tecnologias, mas sobretudo considerar aos aspectos relacionados a formação das pessoas para um bom uso das TICs, terem o conhecimento para serem inclusas social e digitalmente e atingir os objetivos da implementação do e-Gov.

2.2 STAKEHOLDERS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O termo *stakeholder* surgiu em 1963 e foi inicialmente utilizado na área de administração em memorando interno do *Stanford Research Institute* (SRI). O conceito de *stakeholder* indicava todos os grupos dos quais a empresa dependia, e sem eles, a organização deixaria de existir. De acordo com o referido documento, os grupos de *stakeholders* englobavam acionistas, empregados, clientes, fornecedores, credores e a sociedade, e propunha que os gestores conhecessem as necessidades destes entes e alinhassem aos objetivos (BOAVENTURA *et al.*, 2009; MILES, 2017).

A disseminação do termo ocorreu somente no final dos anos 1980 com a publicação do trabalho de R. Edward Freeman, *Strategic Management: a Stakeholder Approach*, cujo objetivo era instrumentalizar os empresários de uma ferramenta que possibilitasse a compreensão dos interesses e dos desejos dos “outros” *stakeholders*, definidos como os afetados e/ou interessados, direta ou indiretamente, pelos empreendimentos econômicos; e também para aprenderem a tratar com eles de forma estratégica e a gerenciar as percepções e interesses (SCHIAVONI *et al.*, 2013).

O termo *stakeholder* é bastante difícil de traduzir para a Língua Portuguesa em poucas palavras, mas basicamente significa os participantes que demonstram interesses, convergentes ou divergentes em relação a uma determinada organização. Existem, na literatura, algumas classificações para o termo *stakeholders*, entre as quais a de Clarkson (1995), que os divide em primários e secundários. Os primários são essenciais para a sobrevivência da organização, e os secundários afetam ou são afetados por ela, porém não são vitais para sua sobrevivência.

Os stakeholders em uma organização são, por definição, qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pela realização dos objetivos dessa instituição (FREEMAN, 1984). Friedman e Miles (2006) destacam que a própria organização deve ser pensada como um agrupamento dos interessados e o propósito da organização deve ser o de gerir os seus interesses, necessidades e pontos de vista. Logo, levar em conta os interessados geralmente aperfeiçoa o desempenho organizacional, principalmente através de uma melhor reputação e uma maior confiança das partes interessadas (DE GOOYERT, 2017).

O papel das partes interessadas na tomada de decisões organizacionais está ganhando cada vez mais atenção, alguns estudos identificaram que os grupos de *stakeholders* que influenciam as organizações não se limitam a organizações privadas, já que também incluem organizações públicas e as do terceiro setor (GOMES R.; GOMES L., 2015). Dessa forma, assumir o conceito de partes interessadas proporciona às organizações públicas a possibilidade de gerenciar as expectativas dos impactos da interação que se estabelece com os diferentes *stakeholders*, dentro ou fora da organização e que interferem com suas estratégias (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997; MOURA, 2016).

Em linhas gerais, os gestores acreditam que, para criar valor de forma sustentável e ética, é necessário equilibrar os interesses de várias partes interessadas (PARMAR, 2010). Essa tendência é refletida na literatura de gestão, como teoria dos *stakeholders*. Essa Teoria demonstra várias maneiras pelas quais as partes interessadas podem ser importantes, não se refere a uma única hipótese, ou mesmo um conjunto de hipóteses estreitamente definido, em vez disso, refere-se a um gênero (Freeman, 1994, p. 409). É uma tradição de pesquisa, tanto conceitual quanto empírica enfatizando as partes interessadas (WEAVER; TREVINO; COCHRAN, 1999, p. 222). Sauerbronn F. e Sauerbronn J. (2011) corroboram afirmando que a teoria dos *stakeholders* molda-se para análise das ações sociais das organizações, frente aos seus diferentes públicos.

Para auxiliar no entendimento de como cada *stakeholder* pode influenciar ou contribuir com as atividades de uma organização, Mitchell, Agle e Wood (1997) definem algumas combinações entre os atributos de poder, legitimidade e urgência para que a organização possa criar estratégias de relacionamento, objetivando um equilíbrio nas ações envolvendo cada *stakeholder*. O Quadro 11 descreve uma síntese dessas combinações.

Quadro 11 – Classificação dos *stakeholders* com base *Salience Model*

Classificação	Características
Stakeholders latentes (Saliência Baixa)	Adormecidos: possuem um único atributo, o poder, mas por não possuírem os outros, não o utilizam. Discricionário: possuem um único atributo, legitimidade, mas não têm poder nem urgência em suas reivindicações. Exigentes: possuem unicamente o atributo da urgência.
Stakeholders expectantes (Saliência Moderada)	Dominantes: têm poder e legitimidade; as empresas devem buscar direcionar uma atenção especial aos interesses desses <i>stakeholders</i> e elaborar relatórios de prestação de contas para eles. Dependentes: possuem legitimidade e urgência; são assim chamados, pois dependem de outro <i>Stakeholder</i> , que tenha poder, para influenciar a empresa para o atendimento de sua reivindicação. Perigosos: possuem urgência e poder; podem ser coercitivos e violentos.
Stakeholders definitivos (Saliência Alta)	Possuem os três atributos: poder, legitimidade e urgência. Segundo o modelo, os gestores possuem claramente o dever de atender e priorizar os interesses desse tipo de <i>stakeholder</i> .
Não stakeholder	Não influência nem recebe influência direta.

Fonte: Adaptado de Mitchell, Agle e Wood (1997).

Esse critério de diferenciação dos grupos de *stakeholders* permite estabelecer prioridades e definir quais os interesses que serão atendidos. Por meio do modelo criado, os autores propõem um tratamento diferente para poder e legitimidade, insistindo na diferença entre eles e no fato de que, na realidade, podem haver partes interessadas que são percebidas como possuindo poder, mas sem legitimidade, e partes interessadas com legitimidade, mas sem poder, ou ainda as partes interessadas que possuem poder, legitimidade e urgência.

Neste discurso, a justificativa para o envolvimento das partes interessadas é a priorização e balanceamento dos interesses e requisitos mais relevantes, de uma forma que garanta a realização dos objetivos da organização (MITCHEL; AGLE; WOOD, 1997). Frooman (1999) acentua a base de recursos como justificativa para engajar os *stakeholders*, onde são considerados meramente como recursos valiosos e provedores de informação para os propósitos da organização. As justificativas baseadas em identidade ampliaram a compreensão do papel que o envolvimento das partes interessadas pode desempenhar na formação da identidade organizacional desejada (SCOTT; LANE, 2000).

Dessa maneira, com base nos conceitos mencionados, entende-se que gerir os interesses de grupos distintos apresenta-se como algo pertinente para estabelecer boas relações entre os envolvidos, além de possibilitar que metas e objetivos propostos sejam atingidos de maneira a satisfazer aos variados atores existentes em determinada ação. Ainda, entende-se que, na gestão voltada para os *stakeholders*, os grupos deixariam de visar apenas seus interesses próprios e

passariam a considerar também as necessidades dos outros grupos de interesse envolvidos na dinâmica da atividade.

2.3 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

Durante décadas, acadêmicos e profissionais das áreas de relações públicas, jornalismo, turismo, engenharia, economia, finanças, política, governo, administração, gestão e a contabilidade têm defendido os benefícios da transparência como comportamento organizacional normativo. Nos estudos de *Rainavoson et al.* (2004), Jardim (2006), De Mendonça e Simão (2011), Schommer *et al.* (2014), Kreutz e Santos (2016), Holland *et al.* (2018), Jain Shalini e Jain Shailendra (2018), Hosseini *et al.* (2018), Zhou *et al.* (2018), Liu *et al.* (2018), a transparência tem sido rotineiramente associada a resultados positivos como confiança, progresso, credibilidade e responsabilidade.

Percebe-se o quanto o princípio da publicidade é importante para o manter o nível de transparência das ações públicas. Benesch *et al.* (2018), por exemplo, pesquisavam como a transparência afeta o comportamento de voto, explorando a mudança do voto manual para o voto realizado na urna eletrônica na Câmara Alta do Parlamento suíço, a partir da publicação online dos registros de votação. Diante disso, Zuccolotto e Teixeira (2015) destacam em seus estudos, que uma política de transparência em que a sociedade compreende o que está sendo informado e participa ativamente de seu aperfeiçoamento, pode gerar importantes acréscimos para a melhoria da qualidade da democracia.

Para alguns estudiosos sobre o tema como Platt Netto *et al.* (2006, 2007), Carlos *et al.* (2008), Santos e Platt Netto (2010), as iniciativas de transparência e publicidade na administração pública, mais do que garantir o atendimento das normas legais, constituem uma política de gestão responsável que favorece o exercício da cidadania pela população.

Além disso, alguns autores estabeleceram *rankings* através de índices de medição, a fim de avaliar o impacto da transparência, tanto na esfera privada, como na esfera pública, nos âmbitos federal, estadual ou municipal. Styles e Tennyson (2007), Herawaty e Hoque (2007), Benedetto *et al.* (2008), Casalecchi e Oliveira (2010), Souza *et al.* (2014), Silva *et al.* (2015), estudaram a transparência da gestão pública municipal e com base nos resultados apresentados, pode-se considerar que, no geral, existe associação entre as condições socioeconômicas dos municípios e os níveis de transparência na divulgação de informações acerca da gestão. Essa

associação, em geral, tem direção positiva, ou seja, melhores condições socioeconômicas tendem a implicar maior nível de transparência por parte dos municípios. Suzart (2012), Abreu *et al.* (2015), Leite *et al.* (2015), também comprovam a existência de relação diretamente proporcional entre transparência fiscal estadual e desenvolvimento social local. Desta forma, os aumentos de transparência estadual refletem no conseqüente incremento de formação de espaços de solidariedade, promoção da justiça social e mobilização da sociedade para a utilização das informações fiscais, visando a maior agregação de conhecimento e melhores resultados sociais.

A partir desses índices, Holzer e Kim (2005), Keunecke, Teles e Flach (2011), Queiroz *et al.* (2013), Ribeiro e Zuccolotto (2014), Moraes *et al.* (2015), Comim, Ramos, Zucchi, Favretto, Fachi (2016), Janhs e Raupp (2016), Mota, Diniz e Santos (2017), desenvolveram seus estudos destacando que o poder público tem a obrigação de esclarecer seus gastos para a população, conforme está expresso na Lei Complementar (LC) nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Um dos objetivos é promover a transparência das ações dos entes governamentais, assim como atender e respeitar os limites legais estabelecidos, em que o não cumprimento destes limites podem acarretar sanções, multas ou inelegibilidade política para o gestor público.

Nesse sentido, a *accountability* governamental se materializa a partir da divulgação de informações claras e tempestivas acerca de resultado da atuação da gestão pública, bem como suas implicações para a sociedade. Essa divulgação deve abranger informações quantitativas e qualitativas, disponibilizadas de forma acessível a todos os atores sociais, em meios de comunicação eficazes, com destaque para a *internet* (RAMOS *et al.*, 2003), (FERREIRA; SILVA, 2006), (PAIXÃO; PEREIRA, 2008), (OLIVEIRA *et al.*, 2008), (CRUZ; FERREIRA, 2008), (FREY *et al.*, 2008), (LYRIO *et al.*, 2009).

Outros autores mensuraram a transparência operacional classificando-a em níveis, são eles Ferreira e Silva (2006), Frey *et al.* (2008), Paixão e Pereira (2008), Santana Junior (2008), Lyrio *et al.* (2009), Santana *et al.* (2009), Tinoco *et al.* (2011), Cruz *et al.* (2012), Starosky *et al.* (2014), Machado *et al.* (2014), Halkos e Tezeremes (2014), Bairral *et al.* (2015), Campagnoni *et al.* (2016), produzindo percepções fortes da credibilidade e atitudes mais positivas em relação as organizações.

Poucos estudiosos desenvolveram modelos teóricos sobre a maneira como a inovação pode agregar na qualidade da transparência como e Loureiro *et al.* (2008), Klein *et al.* (2015), Zhong (2018) propagando a eficiência por meio da governança, facilitando a alocação eficiente

de capital de pesquisa e desenvolvimento. Seguindo essa linha, Ramalho (2010), Keunecke e Flach (2011), Rocha (2011), Caleffi e Raupp (2017), apontaram que iniciativas internas podem ser adotadas com o intuito de melhorar o nível de transparência dos órgãos investigados, sobretudo se a transparência entrar na agenda de compromissos como prioridade, que poderá incentivar, inclusive, a instituição administrativa interna para que concentre esforços no atendimento das demandas por informações. Já no âmbito externo, o fato de expor as falhas e adotar ações para propor uma retificação no cenário de baixa capacidade de transparência, com a possibilidade inclusive de impor sanções, pode contribuir para a melhora da prestação de informações e, conseqüentemente, para a construção de um cenário propício à *accountability*.

Pesquisas relacionadas ao grau de transparência das instituições públicas em países, estados e municípios realizados por Cardoso *et al.* (2003), Riccio (2005), Prado (2006), Santana *et al.* (2009), salientaram que apesar de não existir ainda uma legislação explícita sobre a necessidade de divulgar fatores de riscos no Brasil, os gestores, ao divulgarem os seus resultados, devem fazê-lo em melhor grau de qualidade para facilitar as projeções dos analistas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Acesso à Informação (LAI), em suas regras obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a administração indireta e, ainda, as entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos, a dar publicidade à parcela de verbas de natureza pública a elas destinadas, independentemente da obrigação de prestar contas SACRAMENTO e PINHO (2007), LOUREIRO *et al.* (2008), OLIVEIRA *et al.* (2014), PAIVA *et al.* (2015), SILVA *et al.* (2016), RAUPP e PINHO (2011, 2016).

Ainda, observa-se que o conceito de *accountability* não compreende uma de suas expressões, a transparência, pois é vista como um método de empoderamento do conjunto de cidadãos que impediria a formação de uma assimetria informacional entre os representados e representantes, impossibilitando estes de atuarem em interesse próprio, segundo ANDRADE, RAUPP e PINHO (2017). Em relação aos estudos sobre dados abertos, portais e e-Gov, os autores Araújo e Souza (2011), Wanderley *et al.* (2012) e Barbalho e Medeiros (2014), Macadar *et al.* (2015), Lima *et al.* (2015), Mazzei e Castro (2016), Abdala e Torres (2016), Gardiner *et al.* (2018), demonstram que há uma grande preocupação quanto ao potencial mau uso das informações públicas, bem como, da má interpretação ou descontextualização das informações.

Os resultados dos artigos apontam, também, para importância de se desenvolver estudos sobre transparência em IES, inclusive poderiam ser realizadas comparações entre órgãos, estados e municípios no intuito de averiguar o comportamento dos gestores no sentido de

proporcionar uma maior compreensão sobre a importância da transparência em suas comunidades.

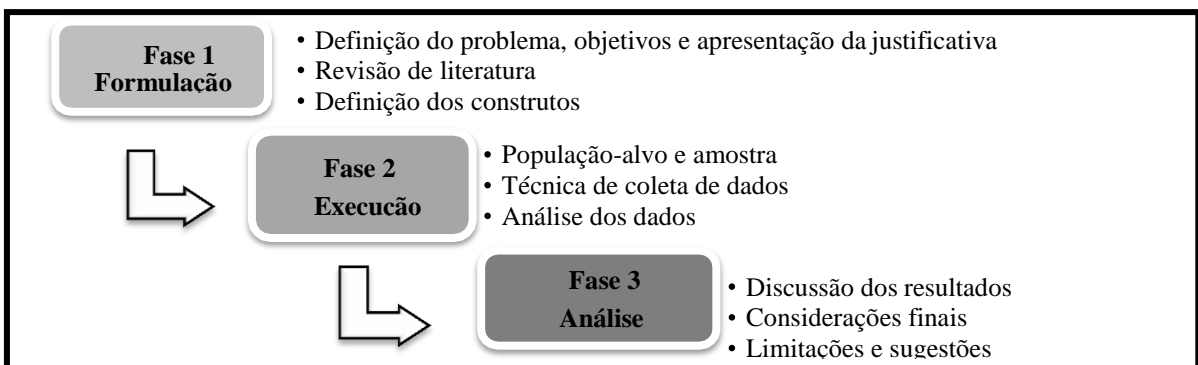
3 MÉTODO DE PESQUISA

Este capítulo apresenta as várias etapas que foram desenvolvidas para a consecução dos objetivos. Conforme Hair *et al.* (2009), os métodos dizem respeito ao processo da descoberta científica, sendo, portanto, os aspectos metodológicos responsáveis por nortear o enfoque do problema e o caminho das respostas. Apresenta-se assim, o delineamento do estudo, o cenário da pesquisa, população e amostra, aspectos éticos, riscos e benefícios, instrumento de coleta de dados, forma de coleta de dados e as técnicas de análise de resultados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O estudo foi desenvolvido com base nas três etapas do processo de pesquisa, conforme sugerido por Hair *et al.* (2005). Para os autores, a construção de uma pesquisa passa por três fases: formulação, execução e análise. A primeira fase da pesquisa foi caracterizada pela definição do problema e objetivos, apresentação da justificativa, construção do referencial teórico, definição dos construtos a serem investigados e desenvolvimento dos modelos. A fase de execução abrangeu a definição das estratégias e o método de pesquisa, a definição da população alvo e da amostra a ser investigada e as técnicas de coleta de dados. A terceira e última etapa contemplou a análise e discussão dos resultados visando atender aos objetivos previamente definidos e responder à questão de pesquisa. A etapa da análise abrangeu ainda as considerações finais do estudo, suas limitações e sugestões para estudos futuros. Para um melhor entendimento das etapas da pesquisa, elaborou-se a Figura 2.

Figura 2 – Fases do processo de pesquisa



Fonte: Elaborada com base em Hair *et al.* (2009).

Dessa maneira, na fase de formulação identificou-se que a percepção sobre a transparência, raramente é testada empiricamente. A partir disso, a fase de execução utilizou um instrumento estruturado, o qual foi aplicado a uma amostra de *stakeholders* que fazem parte da comunidade acadêmica do IFRS, com o objetivo de verificar qual a percepção sobre a transparência da instituição.

Visando atingir os objetivos do estudo, foi realizada uma pesquisa de caráter descritivo com base em uma abordagem quantitativa, o qual tem como premissa obter informações precisas sobre uma população específica, bem como mensurar um evento (HAIR *et al.*, 2009). Muitas vezes, se consegue descrever alguma situação através da pesquisa descritiva, pois com uso de estatísticas descritivas, o que inclui contagens de frequência (quantidade), medidas de tendência central como a média ou moda, ou uma medida de variação, como o desvio padrão”.

Como estratégia de pesquisa, foi aplicada uma *survey*. De acordo com Malhotra (2011), este método se baseia no interrogatório dos participantes através de um questionário estruturado e destina-se a provocar informações específicas dos entrevistados. Segundo Baker (2001), as pesquisas do tipo *survey* são as mais indicadas pela possibilidade de descobrir fatos, determinar atitudes e opiniões e ajudar a entender comportamentos, utilizando-se, para isso, de uma avaliação, análise e descrição de uma população baseada em uma amostra. Além disso, esse método é o mais indicado em estudos que envolvem grandes amostras de indivíduos, pela possibilidade de melhor compreender o comportamento e abranger uma grande quantidade de pessoas (HAIR *et al.*, 2009).

No que se refere à abordagem, a pesquisa caracterizou-se como quantitativa. Malhotra (2011) comenta que as pesquisas quantitativas procuram quantificar os dados para compreender o problema de pesquisa, utilizando técnicas estatísticas. De modo geral, é passível de ser medida em escala numérica, na qual objetiva a aquisição de resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação e que possibilitem a maximização da margem de segurança (ROSENTAL; FRÉMONTIER-MURPHY, 2001; DIEHL, 2004).

3.2 CENÁRIO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal do Rio Grande do Sul e abrangeu os *campi* de Bento Gonçalves, Ibirubá, Feliz, Restinga (Porto Alegre) e Reitoria. Segundo a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a presença da educação profissional e tecnológica no Rio

Grande do Sul resulta da incorporação de diferentes Centros de Educação Tecnológicas, os CEFETS e de escolas agrotécnicas, constituindo três institutos federais, o Instituto Federal Farroupilha (IFFar), que integrou o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, o Instituto Federal Sul Rio-grandense (IFSUL), com a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), que integrou três instituições, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, a Escola Técnica Federal de Canoas e a Escola Agrotécnica Federal de Sertão.

A Reitoria do IFRS está localizada na cidade de Bento Gonçalves. Já a Reitoria do IFSUL, tem sua sede em Pelotas e Instituto Federal Farroupilha, com sede em Santa Maria. Cada um desses institutos compõe-se de estrutura e instituição próprias, respeitadas as diretrizes estabelecidas por lei, que regula os Institutos Federais de Educação Profissional no Brasil (BRASIL, 2008).

Assim, como os demais Institutos Federais, o IFRS é uma autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (WOLF, 2017). Ambos vinculados ao MEC e subordinados a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) conforme previsto na Lei 11.892/2008 e ratificado no Estatuto do IFRS.

A partir de 2009, incorporaram-se ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul duas instituições vinculadas a Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Colégio Técnico Industrial Professor Mário Alquati, de Rio Grande. Em seguida, foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá e criados os *campi* de Caxias do Sul, Erechim, Osório e Restinga.

O IFRS possui limite de territorialidade, com relação à oferta de cursos, localizados no Estado do Rio Grande do Sul, porém ressalta-se que sua constituição é complexa e heterogênea, em virtude da incorporação de instituições já existentes (IFRS, 2014). Atualmente, o IFRS possui 17 *campi*: Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Sertão e Viamão e, em processo de implantação: Alvorada, Rolante, Vacaria e Veranópolis.

Além disso, o IFRS segue a legislação federal, bem como as normativas próprias, tais como o seu estatuto, o regimento geral, as resoluções do Conselho Superior e os atos normativos da Reitoria, conforme estabelece o Estatuto do IFRS, em seu Art. 2º.

O principal compromisso da instituição é o de promover uma educação profissional, científica e tecnológica de qualidade, gratuita, em todos os níveis de ensino e modalidades, garantindo a verticalização do ensino e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, buscando inserção na comunidade a que está inserido.

Conforme o artigo 7º do Estatuto do IFRS: os órgãos colegiados (o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes), a Reitoria (constituída hierarquicamente pelo reitor e pelas 05 pró-reitorias: de Ensino, Extensão, Desenvolvimento Institucional, Pesquisa Pós-graduação e Inovação e Administração) e por todos os *campi* do IFRS (atualmente são 17, supracitados).

O Colégio de Dirigentes é constituído pelo Reitor, os pró-reitores e todos os diretores gerais de *campi*. É o órgão que auxilia o Reitor na tomada de decisões, é um órgão consultivo e propositivo. Cada pró-reitoria possui um comitê, constituído pelo pró-reitor e pelo diretor de cada área sistêmica. Estes comitês são órgãos auxiliares à administração e também propositivos.

O corpo discente é constituído de 56.560 estudantes, em todas as modalidades de ensino. Já no ensino presencial, a graduação, totaliza 24.013 alunos matriculados, na pós-graduação 1.742 e na educação básica e técnica 14.201 estudantes. No ensino a distância, são 14.604 estudantes da qualificação profissional (FIC), PROEJA concomitante e integrado. O quadro de pessoal conta com 2.173 servidores, incluindo docentes do ensino superior, docentes da educação básica, técnica e tecnológica e técnico-administrativos em educação. Destes 1.221 são docentes, divididos em permanentes de nível superior e educação básica, técnica e tecnológica, além de 952 técnico-administrativos em educação (IFRS, 2017).

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população alvo do presente estudo compreende docentes, discentes e técnicos administrativos em educação, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Salienta-se, que para tornar operacionalizável a pesquisa, devido a escassez de recursos e o tempo para aplicação dos instrumentos, optou-se por ser realizada a aplicação dos questionários nas unidades de Bento Gonçalves, Reitoria, Ibirubá, Feliz e Restinga. Para identificar a população investigada, utilizou-se os dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha no mês de dezembro de 2017. Dessa forma, delimitou-se o estudo considerando as modalidades de ensino presencial distribuídos em: concomitante, integrado, subsequente, e os cursos de bacharelado, licenciatura, técnico e tecnologia.

Considerando a amplitude dessa população alvo, busca-se por meio do processo de amostragem, o qual permite selecionar um número adequado de *stakeholders* de modo que se possam fazer generalizações de forma confiável, minimizar o número de participantes (MATTAR, 2005). Para calcular o processo de amostragem considerou-se um erro amostral de 3%, com 95% de confiança e uma população finita de 4068 *stakeholders*, que representam o total de participantes das unidades escolhidas. Sendo assim, a amostra mínima a ser investigada seria de 847 *stakeholders*.

Dada a existência de múltiplos métodos para a determinação da amostra, Martins (2011) apresenta uma alternativa para estimação de amostras que é apresentada na Equação 1.

$$n = \frac{(Z_g^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot N)}{e^2(N - 1) + Z_g^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q}} \quad (1)$$

Em que:

n = tamanho da amostra;

z g = abscissa da distribuição normal padrão, fixado um nível de confiança g;

p = estimativa da proporção p;

q = 1 - p;

N = tamanho da população;

e = erro amostral (máxima diferença permitida entre p e p).

A Tabela 1 apresenta a população escolhida, foco dessa pesquisa representada pelas modalidades e atividades exercidas pelos servidores na instituição.

Tabela 1 – População x amostra obtida

<i>Stakeholders</i>	População	Amostra
Discente	3840	800
Docente	122	25
Técnico administrativo em educação (TAE)	106	22
Total	4.068	847

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3.4 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto de pesquisa foi registrado no Gabinete de Projetos (GAP) do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) através do Portal de Projetos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Após esse procedimento, o projeto foi submetido ao Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP), o qual tem por principal preocupação a proteção dos direitos dos sujeitos da pesquisa. A submissão ao SISNEP se deu via ao site Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos. Após a submissão, o projeto foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFSM e aprovado sob o número 98394718.1.00005346. Somente após o cumprimento de todos os trâmites e aprovação do projeto, foi dado início ao processo de levantamento dos dados.

Cumprindo com as exigências impostas pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) foi entregue juntamente com o questionário o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A). Somente participaram da pesquisa os sujeitos que, após a leitura do termo, concordaram, de forma livre e esclarecida, a responder à pesquisa. O Termo de Consentimento foi elaborado em duas vias (devendo ser assinado pelo participante em cada uma das vias), sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa e uma arquivada pelo pesquisador. Conforme a Resolução, o Termo de Consentimento garante entre outras coisas, o esclarecimento, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia utilizada; a liberdade para desistir de participar da pesquisa, em qualquer uma das etapas, sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo; indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa e; o sigilo quanto aos dados divulgados a fim de manter a privacidade do respondente.

A privacidade dos respondentes e a garantia de utilização dos dados única e exclusivamente para execução do presente projeto foi assegurada mediante o Termo de Confidencialidade, Privacidade e Segurança dos Dados (Apêndice B), o qual foi assinado pela coordenadora da pesquisa.

3.4.1 Riscos e benefícios

É possível que o participante tenha algum desconforto ao responder as perguntas. Caso ele se sinta incomodado ou constrangido com as perguntas, poderá não responder a algumas

questões ou desistir de participar a qualquer momento. Além disso, as informações fornecidas terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados forem divulgados. Partindo dos resultados auferidos, podem ser desenvolvidas sugestões de estratégia para maximizar os impactos da transparência no IFRS, o nível de transparência bem como a participação social.

3.5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário, com a técnica de investigação composta por um número relativamente elevado de questões que tem por objetivo conhecer as opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas pelos *stakeholders* (GIL, 2010).

O questionário foi construído com as questões de perfil (13), percepção de transparência (43) e percepção da resposta recebida (22), o construto percepção de transparência mensurado através de 78 questões. O instrumento apresenta questões abertas e fechadas sendo que, na parte inicial, estão listadas as questões referente ao perfil dos respondentes o qual é representado pelas variáveis: sexo, idade, estado civil, ano de ingresso/posse no IFRS, maior nível de escolaridade, área de formação, participação em atividades ligadas ao IFRS, renda média mensal própria, vínculo com o IFRS, nível de conhecimento sobre a LAI, relevância da transparência, filiação em partidos políticos e participação em trabalhos voluntários. Assim, a seção é composta por treze questões.

O segundo bloco refere-se ao fator percepção de transparência, na qual apresenta as questões sobre o conhecimento da LAI, interesse nas diferentes informações divulgadas pelo IFRS, e a avaliação do nível geral de transparência do IFRS, corresponde a escala de percepção de transparência. Na primeira seção, a escala composta por onze questões do tipo *likert* de cinco pontos (1- Não tenho interesse, 2- Tenho interesse, mas nunca procurei, 3- Procurei, mas não encontrei, 4- Procurei e foi difícil para encontrar, 5- Procurei e foi fácil encontrar). A finalidade é identificar o interesse quanto às informações divulgadas pelo IFRS.

A segunda seção contém doze questões referentes à percepção de transparência quanto às informações divulgadas pelo IFRS. A escala é quantitativa de onze pontos (0 a 10) 1-0, 2-1,

3-2, 4-3, 5-4, 6-5, 7-6, 8-7, 9-8, 10-9, 11-10). Quanto maior for a avaliação das afirmações, melhor será a percepção dos *stakeholders* em relação à resposta recebida do IFRS.

A terceira seção do questionário está estruturada com dezenove questões, referente à percepção da transparência do IFRS. A escala é do tipo *likert* de seis pontos (1- Discordo totalmente, 2- Discordo em parte, 3- Indiferente, 4- Concordo em parte, 5- Concordo totalmente, 6- Não estou apto a responder). Quanto maior for o nível de concordância com as afirmações, melhor será a percepção da transparência do IFRS.

A quarta seção apresenta a avaliação para o nível de transparência no IFRS. A escala composta por uma questão quantitativa de onze pontos (0 a 10). Quanto maior for o nível da avaliação das afirmações, melhor será a percepção do *stakeholder* sobre o nível de transparência da instituição.

No terceiro bloco, foram expostas as questões referentes ao fator percepção da resposta recebida, na qual apresenta questões sobre o atendimento do pedido de informações, a satisfação em relação a resposta recebida e o nível de satisfação com a resposta recebida. O fator composto por quatro questões exclusivas para aqueles que já apresentaram denúncias, reclamações ou solicitações no e-Sic ou na ouvidoria. O primeiro conjunto, composto por oito questões, visou explorar a percepção do respondente em relação à sua solicitação. Assim, o *stakeholder* que recebeu respostas da instituição, passou a responder as outras questões.

No segundo conjunto, estão listadas oito questões referentes à percepção da resposta recebida. A escala teve como alternativa de resposta (1- Discordo totalmente, 2 - Discordo em partes, 3 - Indiferente, 4 - Concordo em parte, 5 - Concordo totalmente). Quanto maior for o nível de concordância com as afirmações, melhor será a percepção do *stakeholder* em relação à resposta recebida.

No terceiro conjunto de doze questões busca avaliar a satisfação dos *stakeholders*, em relação à resposta recebida. Para isso, foi utilizada a escala de satisfação doze questões quantitativas (0 a 10). Quanto maior for o nível da avaliação das afirmações, melhor será a satisfação em relação à resposta recebida.

Por fim, no quarto conjunto, a questão busca avaliar seu nível de satisfação com a resposta recebida. A escala composta por uma questão do tipo *likert* de quantitativa de onze pontos (0 a 10).

O Quadro 12 apresenta um resumo das questões abordadas na pesquisa contendo o tema de cada bloco, a quantidade de variáveis ou componentes e as referências utilizadas para elaborar o instrumento de coleta de dados.

Quadro 12 – Síntese do instrumento de coleta de dados

Bloco	Variáveis/Componentes	Referências
Perfil	13 questões (1 a 13)	Elaborado pela autora
Percepção de Transparência	43 questões (14 a 56)	
Percepção sobre a resposta recebida	22 questões (57 a 78)	

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Para coletar os dados foi utilizado um questionário estruturado com setenta e oito questões subdivididas em 3 blocos de perguntas. O instrumento de pesquisa passou por três etapas antes da sua aplicação, sendo estas: construção do questionário, avaliação de especialistas e pré-teste. Realizou-se esse processo, com intuito de verificar se a semântica e o questionamento estavam coerentes com o contexto social dessas pessoas, bem como se as perguntas estavam realmente questionando o que se pretendia investigar. A avaliação por especialistas foi realizada por três profissionais conhecedores da área de pesquisa. A versão final do questionário encontra-se no Apêndice C. Para coleta de dados, a pesquisadora aplicou o instrumento ao longo dos meses de novembro e dezembro de 2018. Destaca-se, ainda, que os questionários foram aplicados face-a-face com os pesquisados, através de visitas aos *campi*.

3.6 FORMA DE COLETA DOS DADOS

Tendo as escalas e o formato do instrumento de coleta de dados definidos, passou-se para o segundo processo, a validação e aplicação desses questionários junto aos técnicos em administrativos em educação, discentes e docentes. Inicialmente, para ajustar o questionário, foram realizados pré-testes com uma pequena amostra de técnicos administrativos em educação que visou identificar possíveis irregularidades no questionário. Com os resultados do pré-teste, foram realizados os ajustes necessários e posteriormente iniciou-se a coleta efetiva dos dados, a qual ocorreu entre os meses novembro e dezembro de 2018 nos *campi* pré-estabelecidos.

A entrevistadora se deslocava até os *campi* e mediante autorização prévia dos diretores de ensino abordava as pessoas nas salas de aula e no ambiente de trabalho dos servidores, questionando inicialmente se estariam dispostos a participar da pesquisa sobre a percepção da transparência do IFRS. A coleta de dados ocorreu em formato de entrevista e no ambiente interno. A pesquisadora leu cada uma das perguntas e os entrevistados acompanharam,

respondendo uma a uma. Optou-se por esse contato mais direto para garantir a maior compreensão por parte dos pesquisados.

3.7 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

O processamento dos dados foi realizado no software SPSS 20.0®, o qual permite as análises quantitativas. A análise de dados ocorreu em duas fases: a estatística descritiva e a estatística multivariada. Essa análise foi realizada através de quatro técnicas: a estatística descritiva, análise fatorial exploratória, teste *t*, ANOVA com *Post Hoc* e regressão.

A estatística descritiva relaciona-se com um conjunto de métodos que visa resumir e descrever dados da amostra (FREUND, 2006). Dessa forma, a primeira etapa da análise de dados se refere à estatística descritiva das variáveis com a finalidade de caracterizar a amostra e descrever o comportamento dos indivíduos em relação a cada um dos fatores. Com a finalidade de traçar um panorama global do perfil dos respondentes da pesquisa realizou-se a mensuração da frequência. E, com o intuito de atender ao terceiro objetivo específico: i) analisar a percepção e entendimento das diferentes partes interessadas, sobre a transparência, foi utilizada a estatística descritiva. Pretendeu-se assim caracterizar a amostra e descrever o comportamento dos indivíduos em relação ao tema pesquisado. Para isso foram utilizadas frequências e médias.

Na etapa seguinte, utilizou-se a análise fatorial exploratória. Segundo Hair *et al.* (2009), a análise multivariada está relacionada com as técnicas estatísticas que analisam simultaneamente múltiplas medidas sobre o objeto de pesquisa. A análise fatorial exploratória é utilizada como técnica principal para definir os fatores determinantes da percepção dos diferentes *stakeholders* em relação a transparência do IFRS. A análise fatorial aborda a problemática de como analisar a estrutura de inter-relações ou covariâncias existentes entre as variáveis, definindo uma série de dimensões subjacentes comuns, os chamados fatores (HAIR *et al.*, 2009). A fim de verificar se a análise fatorial é apropriada para a amostra, foram aplicados dois testes: o teste de esfericidade de Barlett e o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). Esses testes são caracterizados como procedimentos estatísticos que permitem identificar a qualidade das correlações entre as variáveis, de forma a prosseguir com a análise fatorial (PESTANA; GAGEIRO, 2003). Dessa forma, os testes foram utilizados para indicar o grau de

suscetibilidade ou ajuste dos dados à análise fatorial, ou seja, a mensuração do nível de confiança quando do tratamento dos dados por este método multivariado (HAIR *et al.*, 2009).

Para as variáveis que permaneceriam na análise fatorial utilizou-se o critério das comunalidades. A comunalidade é uma medida da proporção da variância explicada pelos fatores extraídos (FIELD, 2009). Destaca-se que nesta abordagem as comunalidades, os valores iguais ou menores que 0,5 indicam que a análise fatorial é insatisfatória para a explicação da correlação de cada par de variáveis consideradas no estudo. Logo, nesta abordagem as variáveis com comunalidades extraídas iguais ou menores que 0,5 foram excluídas da análise (LATIF, 1994).

Embora existam vários métodos para a estimação das cargas fatoriais, dois se destacam: o método dos componentes principais e o método da máxima verossimilhança. Dessa forma, usou-se nesta pesquisa o método dos componentes principais para a estimação das cargas fatoriais, já que segundo Malhotra (2011) trata-se do método mais recomendado quando o objetivo principal do pesquisador é determinar o número mínimo de fatores que correspondem pela variância máxima dos dados. Existe a possibilidade de encontrar tantos fatores quantas forem as variáveis pesquisadas. Assim, para resumir/reduzir as informações contidas nas variáveis originais em um número menor de fatores foram utilizados os critérios dos autovalores maiores que 1,0 e porcentagem da variância explicada, e como técnica de rotação utilizou-se a rotação varimax normalizada.

Para avaliar o nível de confiabilidade dos fatores gerados através da análise fatorial, usou-se o *Alpha de Cronbach*, o qual verifica a consistência interna entre os múltiplos indicadores de um fator, reportando-se à extensão na qual um mesmo instrumento de medida reproduz resultados coerentes a partir de diversas mensurações (HAIR *et al.*, 2009). Segundo a literatura, para que o fator tenha resultados aceitáveis é indicado que seja maior que 0,6, indicando a consistência interna dos fatores (MALHOTRA, 2006). Sendo assim, os fatores que apresentaram um índice inferior a 0,6 foram excluídos.

Em seguida, para verificar a ocorrência de diferenças entre as médias das respostas dos fatores criados, usou-se o Teste *t de Student*. Já para as variáveis com mais de dois grupos (no caso idade, estado civil, renda, maior nível de escolaridade e área de formação) aplicou-se a análise de variância (ANOVA), a qual permite comparar, simultaneamente, a média de vários grupos. Nesse sentido, foram considerados o nível de significância de 5%. O teste *t de Student* é um teste paramétrico que serve para avaliar a média de dois grupos quando os dados assumem distribuição normal (ANDERSON *et al.*, 2003). Conforme Pestana e Gageiro (2008), com o

objetivo de determinar se o teste *t* é homocedástico ou heterocedástico é aplicado um teste para a igualdade de variâncias. Para determinar se existe diferença de média para as variáveis com mais de dois grupos (idade, estado civil, nível de escolaridade, ocupação, entre outras) aplica-se a Análise de Variância (ANOVA), que permite comparar, simultaneamente, a média de vários grupos utilizando variáveis contínuas, conforme Hair *et al.* (2009). Esse processo será efetivado por meio da *One Way ANOVA* realizada em três testes: homogeneidade da variância, F ANOVA ou F de *Welch* e *Post Hoc HDS de Tukey* ou *Post Hoc* de *Games-Howell*.

Finalmente realizou-se a análise de regressão com o intuito de verificar a influência de cada fator, validado na análise fatorial e de outras variáveis na percepção dos *stakeholders*. Como variável dependente tem-se a percepção do *stakeholder*. Como variáveis independentes foram criadas *dummies* e utilizados os fatores oriundos da análise fatorial. As *dummies* criadas para essa etapa estão definidas no Quadro 13.

Quadro 13 – Variáveis independentes oriundas da análise fatorial

<i>Dummy</i>	Valor zero (0)	Valor um (1)
Sexo	Masculino	Feminino
Escolaridade	Ensino médio/curso técnico	Graduação, especialização, mestrado e doutorado
Renda	Não possui renda	Possui renda
Partidos políticos	Não é filiado	Outras
Trabalho voluntário	Não	Sim

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Após a estimação da regressão linear, analisa-se o R^2 , ou o coeficiente de determinação múltiplo, o qual é utilizado para mensurar o quanto a linha de regressão amostral se ajusta aos dados obtidos. Assim, o R^2 tem por função indicar o quanto as variáveis independentes explicam a variável dependente. Segundo Gujarati e Porter (2011), com limites entre 0 e 1 ($0 \leq R^2 \leq 1$), quando R^2 for igual a 1, tem-se um ajustamento perfeito do modelo, em outras palavras, a regressão ajustada explica 100% do fenômeno, ou seja, da variável dependente.

A fim de identificar os pressupostos de normalidade, autocorrelação, multicolinearidade e homocedasticidade do modelo, utiliza-se os testes Kolmogorov-Smirnov (KS), Durbin Watson (DW), Fator de Inflação (FIV) e Pesarán-Pesarán, respectivamente.

Para verificar a normalidade do erro, foi utilizado o teste KS sob a hipótese nula de que a distribuição da série testada é normal. Para Malhotra (2011), o KS constitui-se em um teste não-paramétrico de aderência para uma amostra, comparando a distribuição cumulativa de uma

variável com uma distribuição especificada. Corrar, Paulo e Dias (2007) afirmam que o objetivo é aceitar a hipótese nula, sendo que esse fato ocorre sempre que o valor de significância for maior que 0,05. A autocorrelação, por sua vez, é testada através do teste de DW, que segundo Gujarati e Porter (2011) se constitui no teste mais adequado para identificar a presença de correlação serial.

Com o intuito de se verificar a premissa de multicolinearidade das variáveis, aplica-se o teste FIV. Para Gujarati e Porter (2011), quanto maior for o valor de FIV, mais colinear é a variável. E, por fim, para testar a homocedasticidade, realiza-se o teste de Pesarán-Pesarán, que segundo Corrar, Paulo e Dias (2007), tem por função verificar se a variância do resíduo se mantém constante. O Quadro 14 apresenta uma síntese das técnicas de análise de dados.

Quadro 14 – Resumo das técnicas de análise dos fatores e finalidade de sua aplicação

Fase de Análise de Dados	Técnica de Análise	Finalidade
Estatística Descritiva	✓ Frequência;	Traçar e compreender o perfil dos respondentes.
	✓ Média; ✓ Mediana; ✓ Desvio Padrão	Compreender a percepção dos respondentes em relação aos construtos pesquisados.
Inferência	✓ Teste t; ✓ ANOVA com <i>Post Hoc</i> .	Avaliar a diferença de média entre os grupos.
Estatística Multivariada	Análise Fatorial ✓ Teste de esfericidade de Barlett e o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO); ✓ Método dos componentes principais; ✓ Método dos autovalores superiores a um; ✓ Alpha de Cronbach; ✓ Método de rotação varimax normalizado.	Analisar a estrutura de inter-relações ou covariâncias existentes entre as variáveis, definindo os fatores.
	Regressão Linear ✓ R ² , ou o coeficiente de determinação múltiplo; ✓ Teste Kolmogorov-Smirnov (KS) (normalidade); ✓ Teste Durbin Watson (DW) (autocorrelação); ✓ Teste fator de inflação (FIV) (multicolinearidade); ✓ Teste Pesarán-Pesarán (homocedasticidade).	Verificar a influência de cada fator na percepção geral sobre transparência no IFRS.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

O presente capítulo verifica o cumprimento da legislação sobre a transparência pública, aplicável ao IFRS a partir do relatório de gestão, faz uma análise comparativa, das formas de divulgação das informações publicadas por diferentes instituições públicas, analisa a percepção e entendimento das diferentes partes interessadas, sobre a transparência, e também aborda a descrição da amostra, compreende a percepção dos respondentes em relação aos construtos pesquisados.

Inicialmente, apresenta-se um panorama sobre a transparência no IFRS, com objetivo específico de verificar o cumprimento da legislação sobre a transparência pública aplicável no IFRS, a partir do relatório de gestão referente ao ano de 2017, e fazer uma análise comparativa, das formas de divulgação das informações publicadas pelas instituições integrantes da REDITEC.

Na segunda parte, são retomados os dados amostrais e as variáveis utilizadas no estudo. Do mesmo modo, o perfil da amostra, notadamente em relação as variáveis socioeconômicas e demográficas: sexo, idade, estado civil, renda, nível de escolaridade e área de formação. A seguir, é apresentado um panorama da amostra envolvendo o conhecimento sobre a LAI e participação dos *stakeholders*, nível de interesse e percepção quanto as informações divulgadas do IFRS, percepção quanto a transparência no IFRS, nota atribuída para o nível de transparência do IFRS, classificação da resposta recebida, percepção dos entrevistados que utilizaram e-sic ou ouvidoria, para fazer uma reclamação, denuncia ou reclamação, e por fim nota atribuída para satisfação com a resposta recebida.

No terceiro bloco, realizam-se as análises fatoriais dos construtos da pesquisa, demonstrando os fatores obtidos. Analisa-se, na quarta parte, a influência dos aspectos socioeconômicos e demográficos em relação a cada fator. E, por fim, no quinto item, propõe-se uma alternativa de análise da percepção de transparência, utilizando fatores indicados nessa pesquisa.

Para coleta de dados, adotou-se a amostragem estratificada através nos *campi* de Bento Gonçalves, Ibirubá, Feliz, Restinga, Reitoria. No final do período, foram alcançados 1.070 instrumentos, quantidade superior a amostra mínima previamente estabelecida. Solicitou-se a assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficando o respondente com uma das vias. As análises referentes a esses dados são apresentadas nas seções a seguir:

4.1 PANORAMA DA TRANSPARÊNCIA NO IFRS

Para colocar em prática a transparência de seus atos de gestão, o IFRS conta com mecanismos de prestação de contas, como o relatório de gestão. Este é recebido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) anualmente. Trata-se de um documento de fiscalização que contém demonstrativos de natureza contábil, financeira, patrimonial, orçamentária e operacional é analisado pelas instâncias legais de controle, sendo que suas informações se caracterizam por serem de prestação obrigatória aos gestores públicos (TCU, BRASIL, 2016a).

O Relatório de Gestão analisado, último divulgado, refere-se ao ano de 2017. No Quadro 15, observa-se de forma pormenorizada o *check-list* de cada categoria e subcategoria do IFRS, propiciando auferir os itens divulgados através do relatório de gestão.

Quadro 15 – Ferramentas para a mensuração da transparência no IFRS

(continua)

Categorias	Fundamento legal	Subcategorias	Ponto analisado
Dados do IFRS	IN 146 TCU, 30/09/2015.	Identificação das unidades;	Apresentação das informações que identificaram a unidade prestadora da conta e de visão geral sobre a estrutura da unidade e do ambiente em que atua.
Financeira	Art. 8º, § 1º Inc. IV da lei 12.527/2011 e Art. 7º, Inc. I, alínea “e” do decreto nº 7.185/2010.	Informações Contábeis e financeiras; Desempenho orçamentário e financeiro; Demonstrações contábeis e notas explicativas.	Informações sobre a execução financeira relevantes no contexto de atuação da unidade, demonstração do desempenho orçamentário e financeiro, demonstrações contábeis e notas explicativas.
Gestão	IN 146 TCU, 30/09/2015.	Conformidade de gestão e demandas de órgãos de controle;	Demonstração da conformidade de ações relevantes da gestão da unidade com princípios, leis e regulamentos, bem como informações sobre o atendimento das demandas dos órgãos de controle e fiscalizadores das atividades da unidade.
		Áreas especiais da gestão;	Avaliação sobre áreas relevantes da gestão que tenham contribuição decisiva para o cumprimento da missão e dos objetivos da unidade, tais como pessoas, tecnologia da informação, gestão patrimonial, fundos e programas não relacionados no PPA, entre outras.

Quadro 15 – Ferramentas para a mensuração da transparência no IFRS

(conclusão)

Categorias	Fundamento legal	Subcategorias	Ponto analisado
Governança	IN 146 TCU, 30/09/2015.	Governança, gestão de riscos;	Avaliação se a unidade está estruturada de forma adequada ao cumprimento da sua missão, especialmente sobre poder decisório e articulação institucional, avaliação dos riscos de comprometimento de objetivos estratégicos e instituição de controles para mitigação, entre outras informações.
		Controles internos;	Informações de como a unidade está estruturada para o cumprimento da sua missão, especialmente sobre poder decisório e articulação institucional, avaliação dos riscos de comprometimento de objetivos estratégicos e instituição de controles para mitigação, entre outras informações.
Desempenho e relacionamento com a sociedade.		Relacionamento com a sociedade;	Avaliação da estratégia, estrutura, instrumentos e canais de comunicação da unidade com os usuários de seus produtos e serviços ou cidadãos em geral.
		Desempenho orçamentário;	Demonstração dos resultados relevantes relacionados à operação da unidade e vinculados ao cumprimento dos seus objetivos, ações e metas estabelecidas no planejamento organizacional.
		Planejamento operacional;	
		Planejamento organizacional e	Informações sobre como a unidade planeja o cumprimento da sua missão, apresentação dos objetivos e indicadores de monitoramento do alcance dos resultados e demonstração sintética da execução do orçamento.
Desempenho orçamentário.			

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

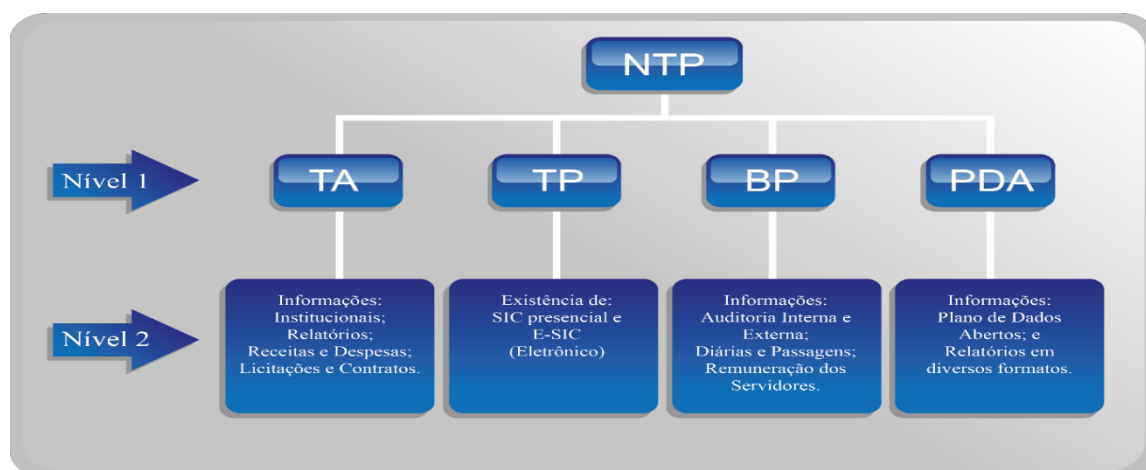
O IFRS cumpriu todas as exigências determinadas pelo TCU no que diz respeito ao relatório de gestão analisado, entretanto observa-se que é preciso aprimorar os instrumentos de evidenciação a respeito da governança de riscos. Uma análise mais profunda poderia revelar se esses itens não foram divulgados ou simplesmente não são praticados na instituição.

Houve destaque positivo para a subcategoria “Planejamento organizacional e desempenho orçamentário” da categoria “Desempenho e relacionamento com a sociedade”, a qual demonstrou o compromisso da instituição em planejar seu desempenho e divulgar esses dados. Em um segundo momento, com o objetivo de comparar a transparência do IFRS, com outras instituições, analisou-se de forma a contrastar os modelos de divulgação das informações publicadas por diferentes instituições públicas. Para essa análise, utilizou-se o *ranking* dos níveis de transparência dos Institutos Federais realizados por Klein (2018). A autora mensurou os níveis de transparência das instituições federais de ensino por meio da aplicação do indicador Nível de Transparência Pública (NTP). Após coleta de dados, encontrou o nível de

transparência das instituições, verificou-se que nenhuma é plenamente transparente, e essa afirmação é demonstrada a partir do NTP construído com base na legislação vigente aplicável ao tema e nos indicadores do MPF e da CGU.

O NTP é composto por 53 itens, com observação dos normativos brasileiros, o indicador Escala Brasil Transparente do Ministério da Transparência e da Controladoria-Geral da União e o *Ranking* Nacional de Transparência do Ministério Público Federal (KLEIN, 2018). Para isso, a autora realizou a codificação dos dados do NTP, conforme estabelecido por Krippendorff (2004) por meio de árvore de codificação apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Árvore de codificação do NTP



Notas: NTP – Nível de Transparência Pública, TA – Transparência Ativa, TP – Transparência Passiva, BP – Boas Práticas, PDA – Plano de Dados Abertos.

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa, com base nos modelos de árvores de Krippendorff (2004).

O NTP é constituído de quatro grupos: Transparência Ativa (TA), Transparência Passiva (TP), Boas Práticas (BP) e Plano de Dados Abertos (PDA). O primeiro grupo, de TA, contempla 40 requisitos, com 1,5 ponto para cada um, totalizando 60 pontos, compreendendo, assim, 60% da pontuação total. O segundo grupo, de TP, contempla 7 requisitos, com valor de 2,8571 pontos cada um, representando 20% da pontuação total. O terceiro grupo, de BP, é composto por 4 requisitos, com valor de 2,5 pontos cada um, representando, assim, 10% da pontuação total. Por fim, o quarto grupo, de PDA, é composto por dois questionamentos com valor de 5 pontos cada um, e representa 10% da pontuação total (KLEIN, 2018).

A partir desse estudo, aplicou-se um filtro de pesquisa, selecionou-se as instituições que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (REDITEC),

ou seja, os Institutos Federais, CEFET's, e Colégio Dom Pedro II. Das instituições analisadas pela pesquisa, 63,41% atingiram a pontuação igual ou superior a 50 pontos de transparência, da 1ª à 26ª colocação do *Ranking*. As IFE com pontuação inferior a 50 pontos compreendem 37% da amostra, ordenadas da 21ª a 32ª, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – *Ranking* geral dos Institutos Federais de Educação

Classificação	Instituição Federal de Ensino	Total TA	Total TP	Total BP	Total PDA	Total geral	Classificação	Instituição Federal de Ensino	Total TA	Total TP	Total BP	Total PDA	Total geral
1º	IFSC	48	20	10.0	0.00	78.0	16.º	IFMA	28.5	20.0	5.0	0.0	53.5
2.º	IFRS	46.5	20.0	5.0	0.0	71.5	17.º	IFAL	34.5	11.4	2.5	5.0	53.4
2.º	IFPR	46.5	20.0	5.0	0.0	71.5	18.º	IFMG	40.5	8.6	2.5	0.0	51.6
2.º	IFPB	46.5	20.0	5.0	0.0	71.5	19.º	IFPA	25.5	20.0	5.0	0.0	50.5
2.º	IFMT	46.5	20.0	0.0	5.0	71.5	20.º	IFB	22.5	20.0	7.5	0.0	50.0
3.º	IFNMG	45.0	20.0	5.0	0.0	70.0	21.º	IFBAIANO	25.5	20.0	2.5	0.0	48.0
4.º	IFTM	46.5	20.0	2.5	0.0	69.0	21.º	IFGOIANO	25.5	20.0	2.5	0.0	48.0
5.º	IFSUL	37.5	20.0	0.0	10.0	67.5	21.º	IF SERTÃO	25.5	20.0	2.5	0.0	48.0
6.º	IFRN	33.0	20.0	7.5	5.0	65.5	22.º	IFBA	33.0	8.6	5.0	0.0	46.6
7.º	IFG	36.0	20.0	2.5	5.0	63.5	23.º	PEDRO II	16.5	20.0	0.0	10.0	46.5
7.º	IFSULDEMINAS	36.0	20.0	7.5	0.0	63.5	24.º	IFRJ	21.0	20.0	0.0	0.0	46.0
8.º	IFMS	33.0	20.0	5.0	5.0	63.0	25.º	IFS	24.0	20.0	0.0	0.0	44.0
9.º	IFES	33.0	20.0	7.5	0.0	60.5	26.º	CEFET/MG	24.0	17.1	2.5	0.0	43.6
10.º	CEFET/RJ	37.5	20.0	2.5	0.0	60	26.º	IFAM	30.0	8.6	5.0	0.0	43.6
10.º	IFTO	30.0	20.0	5.0	5.0	60	27.º	IFF	22.5	17.1	2.5	0.0	42.1
11.º	IFSEMG	36.0	20.0	2.5	0.0	58.5	28.º	IFRO	30.0	8.6	0.0	0.0	38.6
12.º	IFFAR	36.0	17.1	0.0	5.0	58.1	29.º	IFSP	19.5	8.6	0.0	10.0	38.1
12.º	IFC	36.0	17.1	0.0	5.0	58.1	30.º	IFAP	28.5	8.6	0.0	0.0	37.1
13.º	IFCE	33.0	20.0	5.0	0.0	58.0	31.º	IFPI	25.5	8.6	0.0	0.0	34.1
14.º	IFRR	34,5	20.0	2.5	0.0	57.0	32.º	IFPE	24.0	8.6	0.0	0.0	32.6
15.º	IFAC	33.0	20.0	2.5	0.0	55.5							

Fonte: Adaptado de Klein (2018).

Como demonstra a Tabela 2, o NTP apontou a segunda nota mais alta de transparência pública para o IFRS de 71.5 pontos. A instituição menos transparente obteve 32.6 pontos, que foi o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE).

Dessa forma, quanto maiores forem os requisitos observados pela instituição, maior será o seu NTP, que pode alcançar 100 pontos de transparência. Os dados para mensurar a transparência, por meio do NTP, foram coletados nos portais institucionais das entidades, no período de 15 de novembro de 2017 a 6 de dezembro de 2017 (Klein, 2018). Em síntese, os pesos e proporções de dimensões do NTP do IFRS, destacados na Tabela 3.

Tabela 3 – Pesos e proporções de dimensões do NTP do IFRS

Dimensão	N.º de requisitos	Peso	Proporção	Pontos IFRS	Número de quesitos atingidos
Transparência Ativa	40	1,5	60%	46,5	31
Transparência Passiva	7	2,8	20%	20	7
Boas Práticas	4	2,5	10%	5	2
Plano de Dados Abertos	2	5	10%	0	0
Total	53	11.8	100%	71.5	40

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O IFRS atingiu 77,5% do número de requisitos de informações disponibilizadas proativamente em seus sítios institucionais de natureza obrigatória a órgãos e entidades do Poder Executivo federal. Quanto ao requisito transparência passiva, que trata sobre o atendimento através do e-sic e e-ouv, a instituição atingiu 100% dos quesitos propostos.

Em relação às boas práticas governamentais, a instituição atingiu 50%, o que demanda melhorias sobre a divulgação de resultados de auditorias internas, e as realizadas pela CGU. Outro componente analisado, foi a divulgação de diárias e passagens, devidamente identificadas por nome do favorecido e com data, destino, cargo e motivo da viagem, e a divulgação da remuneração individualizada e identificada por nome do agente público.

Ainda, foi avaliado se a instituição disponibiliza em seu sítio eletrônico o plano de dados abertos, e se possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), de modo a facilitar a análise das informações. Nesse requisito, a instituição não atingiu pontos para a qualificação.

4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A amostra de 1.070 instrumentos apresenta a distribuição apresentada na Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição amostral

Stakeholders	Amostra mínima	Respondentes	Percentual
TAE	22	105	9,8%
Docente	25	42	3,9%
Discente	800	923	86,3%
Total	847	1070	100%

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Com base na distribuição da amostra, verificou-se que a previsão foi superada em 223 indivíduos. Após apresentar a distribuição da amostra, é importante caracterizá-las através das questões relacionadas ao sexo, idade, estado civil, ano de posse/ingresso, área de formação e nível de escolaridade (Tabela 5).

Tabela 5 – Perfil dos *stakeholders* segundo as variáveis: sexo, idade, estado civil, ano de posse/ingresso, área de formação e nível de escolaridade

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Sexo	Masculino	513	47,90%
	Feminino	559	52,10%
Idade	Até 20 anos	533	51,50%
	Entre 21 e 30 anos	267	25,80%
	Entre 31 e 50 anos	210	20,30%
	Entre 51 e 65 anos	23	2,20%
	Acima de 65 anos	2	0,20%
Estado Civil	Solteiro	801	74,80%
	Casado	144	13,40%
	Viúvo	3	0,30%
	Separado (a) /Desquitado(a)/Divorciado(a)	19	1,80%
	União Estável	104	9,70%
Renda	Não possui renda própria	449	41,90%
	Até R\$ 1.175,15	157	14,70%
	Entre R\$1.175,16 e R\$2.350,30	201	18,80%
	Entre R\$2.350,31 e R\$3.525,45	89	8,30%
	Entre R\$3.525,46 e R\$5.875,75	85	7,90%
	Entre R\$5.875,76 e R\$11.751,50	65	6,10%
	Entre R\$11.751,51 e R\$17.627,25	19	1,80%
Mais de R\$17.627,25	6	0,60%	
Nível de Escolaridade	Ensino Médio	5	0,50%
	Curso Técnico	732	68,70%
	Graduação	185	17,40%
	Especialização	79	7,40%
	Mestrado	37	3,50%
Doutorado	28	2,60%	
Área de Formação	Ciências Exatas e da Terra	25	2,50%
	Linguística, Letras e Artes	166	16,30%
	Engenharia/Tecnologia	284	27,90%
	Ciências Agrárias	238	23,40%
	Ciências Sociais e Aplicadas	84	8,30%
	Ciências Humanas	58	5,70%
	Ciências Biológicas	20	2,00%
	Ciências da Saúde	11	1,10%
Outras	132	13,00%	

*Os percentuais considerados correspondem ao percentual válido de respondentes. Caso algum respondente não tenha respondido, o percentual é automaticamente ajustado ao total.

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Ao analisar o perfil dos respondentes, percebe-se que a maioria é do sexo feminino (52,1%) e solteiros (74,8%). Quanto à idade, mais da metade dos respondentes tem até 20 anos (51,5%) e menos de um quinto possui mais que 65 anos de idade, o que demonstra que grande parte dos *stakeholders* são mais novos.

Ao serem questionados quanto à renda própria, nota-se que 18,8% percebem entre R\$ 1.175,16 e R\$ 2.350,30, e apenas um oitavo ganham mais de R\$ 17.627,25. Além disso, uma parcela expressiva da amostra (41,9%) não possui renda própria, justificada principalmente pelos discentes que ainda são dependentes financeiros de seus pais e/ou familiares.

No que tange a escolaridade, a maior frequência intitula-se com um nível de escolaridade de curso técnico (68,7%), seguido dos intitulados de graduação (17,4%), e apenas 2,6% possuem doutorado. Constatou-se ainda que 27,9% pertence à área de formação engenharia/tecnologia, seguido de 23,4% de ciências agrárias, 13,3% linguística, letras e artes e apenas 1,1% atuam na área da saúde. Após o conhecimento do perfil dos *stakeholders*, investigou-se sobre a participação em atividades ligadas ao IFRS, participação em trabalhos voluntário, relação com partidos políticos, conhecimento sobre a LAI, e a relevância da transparência no IFRS, as quais estão apresentadas na Tabela 6.

Tabela 6 – Conhecimento e participação dos *stakeholders*

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Participação em atividades ligadas ao IFRS	Muitíssimo participante	74	6,9%
	Bastante participante	208	19,5%
	Razoavelmente participante	433	40,6%
	Pouco participante	276	25,9%
	Pouquíssimo participante	76	7,1%
Participação em trabalho voluntário	Não	706	65,9%
	Sim, participo esporadicamente	262	24,4%
	Sim, participo ativamente	104	9,7%
Relação aos partidos políticos	É filiado (a) a um partido	38	3,6%
	É simpatizante de um partido, mas não sou filiado	276	25,8%
	Não é filiado, nem simpatizante de qualquer partido político	755	70,6%
Conhece a Lei de Acesso a Informação (LAI)	Conheço completamente	19	0,8%
	Conheço em grande parte	93	8,7%
	Conheço pouco	368	34,4%
	Não conheço	591	55,2%
Relevância da transparência do IFRS	Extremamente relevante	391	36,6%
	Muito relevante	435	40,7%
	Um pouco relevante	189	17,7%
	Não muito relevante	35	3,3%
	Irrelevante	18	1,7%

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Quando a participação em atividades ligadas ao IFRS, os maiores percentuais foram nas alternativas: razoavelmente participante (40,6%), pouco participante (25,9%), bastante participante (19,5%). Apenas 6,9% demonstraram-se muitíssimo participante e 7,1% pouquíssimo participante.

Quanto à participação em trabalho voluntário, 65,9% relatou que não participam, 24,4% participa esporadicamente e 9,7% participam ativamente. Esse pequeno percentual pode ser ratificado por ser semelhante ao divulgado por Pinto e Oliveira (2013) que afirmam que apenas 10% da população brasileira realiza algum trabalho voluntário. Além disso, o engajamento partidário é pouco frequente entre jovens pois, a maioria (70,6%) não são filiados, nem simpatizantes de qualquer partido político, e apenas 3,6% é filiado a um partido.

Foram abordadas também questões sobre o conhecimento da LAI, e verificou-se que grande parte não conhece (55,2%), apenas 0,8% conhece a Lei completamente. Quanto à relevância da transparência 1,7% acredita ser irrelevante, enquanto 40,7% relatou ser extremamente relevante. Observa-se assim, que a grande maioria da amostra não conhece a LAI, não são filiados a partidos políticos e tampouco participantes em trabalhos voluntários, mas são razoavelmente participantes em atividades ligadas ao IFRS e consideram muito relevante as questões relacionadas à transparência da instituição.

Neste construto são apresentadas às médias e percentuais das variáveis que avaliam o nível de interesse quanto as informações divulgadas pelo IFRS (Tabela 7).

Tabela 7 – Nível de interesse dos *stakeholders* quanto as informações disponibilizadas pelo IFRS

(continua)

Variáveis	Média	Não tenho interesse	Tenho interesse, mas nunca procurei	Procurei e não encontrei	Procurei e foi difícil para encontrar	Procurei e foi fácil para encontrar
Organograma do IFRS	2,23	29,1%	47,5%	5,1%	7,8%	10,5%
Função e atividade das Pró-Reitorias/ Reitoria	2,20	29,7%	49,2%	3,9%	5,8%	11,3%
Horários de atendimento ao público nas unidades e setores do IFRS	3,39	13,6%	27,4%	5,1%	13,9%	40,1%
Quantidade de pedidos de informações recebidas, atendidas e indeferidas	2,57	34,2%	28,5%	5,4%	10,3%	21,6%
Agenda do Reitor	1,68	63,3%	23,3%	2,9%	3,0%	7,5%
Informes de licitação	2,05	40,3%	39,9%	4,5%	5,1%	10,3%
Obras públicas no IFRS	2,25	20,8%	57,2%	6,6%	6,7%	8,7%

Tabela 7 – Nível de interesse dos *stakeholders* quanto as informações disponibilizadas pelo IFRS

Variáveis	Média	Não tenho interesse	Tenho interesse, mas nunca procurei	Procurei e não encontrei	(conclusão)	
					Procurei e foi difícil para encontrar	Procurei e foi fácil para encontrar
Data da última atualização da informação	2,26	37,1%	35,9%	6,2%	5,0%	15,8%
Informações para pessoas com deficiências (PCD)	2,21	32,1%	46,1%	4,0%	3,9%	13,8%
Informações sobre segurança da página <i>Web</i> .	2,10	33,4%	46,1%	6,2%	5,6%	8,7%
Informações para contato do desenvolvedor do sítio (<i>webmaster</i>)	1,78	52,0%	32,8%	5,9%	3,5%	5,7%

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Observou-se que grande parte (47,5%) tem interesse, mas nunca procurou o organograma do IFRS, o mesmo ocorre com as informações sobre função e atividades das Pró-Reitorias/Reitoria (49,2%). Em relação aos horários de atendimento ao público nas unidades e setores do IFRS, 40,1% relatam que procuraram e foi fácil de encontrar.

Quanto à quantidade de pedidos de informações recebidas, atendidas e indeferidas 34,2% não tem interesse e apenas 5,4% procurou e não encontrou. Contudo, a maioria dos *stakeholders* (63,3%) afirma que não tem interesse na agenda do Reitor. As questões referentes aos informes de licitação e obras públicas obtiveram um alto percentual na alternativa “não tenho interesse”, 40,3% e 57,2% respectivamente. Isso indica que os *stakeholders*, não se informam sobre a atuação do Reitor, tampouco sobre os investimentos licitados na instituição. Contudo, 57,2% tem interesse, mas nunca procurou sobre as obras públicas do IFRS.



Em relação à data da última atualização da informação (37,1%) não tem interesse, e apenas 6,2% procurou e não encontrou. Quanto às informações para pessoas com deficiência (PCD), 46,1% tem interesse, mas nunca procurou e apenas 13,8% procurou e foi fácil de encontrar.

A informação sobre segurança da página da *web*, 46,1% tem interesse, mas nunca procurou e 8,7% procurou e foi fácil de encontrar. As questões referentes as informações para contato do desenvolvedor do sítio (*webmaster*), 52,0% não tem interesse, apenas 5,7% procurou e foi fácil de encontrar.

Verificou-se assim, que os *stakeholders*, possuem menos interesse pela agenda do Reitor (média 1,68) e informações para contato do webdesenvolvedor do sítio (*webmaster*) (média 1,78). Já os pontos que obtiveram maior grau de interesse foram: Horários de atendimento ao público nas unidades e setores do IFRS (média 3,39) e quantidade de pedidos de informações recebidas, atendidas e indeferidas (média 2,57).

Com o intuito de avaliar a percepção dos *stakeholders* em relação as informações divulgadas do IFRS, foi pedido que fosse atribuído uma nota entre 0 e 10, sendo 0 a pior e 10 a melhor nota. Os resultados estão descritos na Tabela 8.

Tabela 8 – Percepção dos *stakeholders* quanto as informações divulgadas do IFRS

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Não confiáveis	1,8%	1,4%	1,1%	0,7%	0,7%	6,6%	3,7%	9,2%	15,9%	18,5%	40,5%	Confiáveis
Imprecisas	1,2%	1,5%	1,7%	2,5%	3,1%	11,1%	8,5%	15,7%	18,0%	17,7%	18,9%	Precisas
Incompletas	1,2%	1,4%	3,5%	3,0%	3,6%	11,2%	8,6%	16,0%	20,4%	14,0%	17,1%	Completas
Incompreensíveis	1,6%	1,9%	2,7%	3,2%	3,5%	9,2%	6,9%	14,2%	17,8%	16,3%	22,7%	Compreensíveis
Irrelevantes	2,4%	2,4%	2,2%	2,0%	3,1%	12,8%	6,4%	13,3%	17,1%	14,7%	23,6%	Relevantes
Desatualizadas	1,5%	2,0%	2,2%	2,4%	3,4%	9,6%	7,0%	14,1%	17,1%	16,2%	24,6%	Atualizadas
Difíceis	1,9%	2,8%	2,4%	3,0%	4,0%	11,1%	8,8%	14,8%	16,4%	15,7%	19,1%	Fáceis
Inacessíveis	1,5%	2,1%	2,0%	3,2%	3,6%	8,7%	6,7%	11,5%	15,8%	16,0%	27,0%	Acessíveis
Inúteis	2,8%	1,9%	2,5%	2,7%	2,3%	8,3%	7,2%	12,7%	16,6%	17,0%	26,0%	Úteis
Complexas	1,9%	2,2%	2,3%	3,1%	5,5%	11,4%	9,4%	14,4%	17,1%	13,9%	18,9%	Simple
Desinformativas	2,0%	2,1%	1,8%	0,9%	2,5%	8,2%	7,3%	10,0%	19,5%	15,9%	29,9%	Informativas
Desorganizadas	3,2%	2,9%	3,5%	2,7%	5,0%	10,1%	6,9%	12,6%	17,0%	15,4%	20,7%	Organizadas

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Ao analisar a percepção dos entrevistados quanto as informações divulgadas do IFRS, descrito na Tabela 8, constatou-se que a maior parte dos *stakeholders* atribuiu nota 10 (40,5%), demonstrando uma visão favorável quanto a confiabilidade das informações. Quanto à precisão 18,9% atribuíram a melhor nota, apenas 1,2% dos *stakeholders* consideram essa informação imprecisa. O item referente à informação completa foi avaliado por 17,1% concedendo nota 10. As informações foram intituladas incompreensíveis por apenas 1,6%. Já, 23,6% atribuíram nota 10 no quesito relevância.

Pode se dizer também que 24,6% consideraram as informações atualizadas, e de fácil compreensão (19,1%), 27,0% acessíveis e úteis (26,0%), atribuindo nota 10. A minoria 1,9%

considerou as informações complexas, 2,0% desinformativa, 3,2% desorganizada. Esse panorama é ratificado pela pesquisa de Holland *et al.* (2018), as quais revelaram que a transparência organizacional só é alcançada se os *stakeholders* considerarem os esforços da organização como transparentes, estendendo a investigação das nuances das informações para colher os benefícios do compromisso de uma organização para uma maior transparência.

Na sequência investigou-se a Percepção dos *stakeholders* quanto à transparência no IFRS, conforme a Tabela 9.

Tabela 9 – Percepção dos *stakeholders* quanto a transparência no IFRS

(continua)

Variáveis	Média	Discordo totalmente	Discordo em parte	Indiferente	Concordo em parte	Concordo totalmente	Não estou apto a responder
É fácil obter qualquer documento que você queira do IFRS	3,63	6,3%	20,0%	5,6%	44,3%	20,7%	3,1%
Os cidadãos sabem tudo o que o IFRS faz.*	2,61	24,3%	35,7%	8,3%	22,2%	5,0%	4,5%
Todo cidadão tem acesso completo às informações sobre o IFRS.	3,30	11,7%	24,7%	10,8%	31,4%	17,0%	4,4%
A transparência do IFRS contribui para combater a corrupção.	3,96	6,0%	8,7%	19,2%	24,2%	32,6%	9,3%
O acesso público às informações do IFRS contribui para o bom funcionamento da instituição.	4,31	1,9%	5,5%	11,4%	27,4%	48,4%	5,3%
O IFRS mantém algumas informações em segredo.	4,26	6,5%	7,4%	20,5%	19,0%	12,4%	34,2%
Os pedidos dos cidadãos por informações do IFRS atrapalham o trabalho dos servidores públicos.*	2,62	39,9%	14,8%	20,3%	7,2%	3,9%	13,9%
A transparência do IFRS influencia positivamente a missão, visão e valores da instituição.	4,38	2,6%	4,2%	11,0%	24,2%	50,4%	7,5%

Tabela 9 – Percepção dos *stakeholders* quanto a transparência no IFRS

(continuação)

Variáveis	Média	Discordo totalmente	Discordo em parte	Indiferente	Concordo em parte	Concordo totalmente	Não estou apto a responder
A transparência do IFRS fortalece as políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão.	4,41	1,8%	3,8%	10,7%	26,0%	51,1%	6,6%
A transparência do IFRS contribui para aumentar a responsabilidade social.	4,38	1,9%	2,8%	12,4%	27,0%	50,3%	5,6%
A transparência das ações do IFRS é importante na comunicação com a sociedade.	4,49	1,8%	2,8%	9,0%	22,2%	59,8%	4,4%
A transparência das ações do IFRS impacta na organização da instituição.	4,39	1,8%	3,3%	12,0%	26,7%	49,3%	6,8%
A transparência impacta diretamente na responsabilidade pelo uso dos recursos financeiros do IFRS	4,45	1,8%	4,4%	11,6%	20,9%	51,5%	9,8%
Os critérios de distribuição de recursos da assistência estudantil são transparentes.	4,12	3,7%	13,0%	14,6%	24,2%	25,0%	19,5%
Os programas de mobilidade estudantil do IFRS, são transparentes.	4,16	3,0%	10,5%	18,0%	25,1%	22,1%	21,2%
A distribuição de cargos de direção, função do IFRS são transparentes.	3,92	7,3%	14,4%	16,8%	22,7%	18,8%	20,1%
Os Processos Seletivos Discentes do IFRS são transparentes.	4,26	3,8%	8,3%	9,7%	25,8%	41,7%	10,7%
Os Concursos Públicos do IFRS são transparentes.	4,29	2,8%	9,9%	11,3%	22,9%	37,7%	15,3%

Tabela 9 – Percepção dos *stakeholders* quanto a transparência no IFRS

Variáveis	Média	Discordo totalmente	Discordo em parte	Indiferente	Concordo em parte	Concordo totalmente	(conclusão)
							Não estou apto a responder
As informações divulgadas pelo IFRS são suficientes para demonstrar a aplicação dos recursos públicos.	3,74	8,2%	17,4%	13,1%	28,9%	18,2%	14,2%

*Questões invertidas.

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

A percepção dos entrevistados quanto a transparência no IFRS e a média das variáveis indica que os *stakeholders* incorporam maior clareza em relação à transparência das ações do IFRS, pois as variáveis que não são invertidas apresentam média em torno de 2, ou seja, discordo e as que são invertidas, em torno de 4, ou seja, concordo.

Analisando as variáveis separadamente, nota-se que as que indicam melhor percepção em relação à transparência são: “A transparência das ações do IFRS é importante na comunicação com a sociedade” (média 4,49), em que 82% concorda ou concorda totalmente com a questão. Com relação a variável que evidencia a transparência da administração dos recursos da instituição: “A transparência impacta diretamente na responsabilidade pelo uso dos recursos financeiros do IFRS.” (média 4,45), em que 72,4% concorda ou concorda totalmente com a afirmação. Já, as questões que evidenciam ações voltadas ao ensino e extensão: “A transparência do IFRS fortalece as políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão” (média 4,41), em que 77,1% concorda ou concorda totalmente com a afirmação.

As variáveis invertidas “Os cidadãos sabem tudo o que o IFRS faz” (média 2,61) e “Os pedidos dos cidadãos por informações do IFRS atrapalham o trabalho dos servidores públicos” (média 2,62) também demonstram uma boa percepção quanto a transparência no IFRS, pois mais de 50% dos *stakeholders* discordaram ou discordaram totalmente. Demonstra também que os indivíduos têm ciência de que a prestação de serviço ao cidadão faz parte da carta de serviços públicos oferecidos, e a transparência é essencial para o engajamento efetivo no diálogo entre os *stakeholders* e o IFRS.

Os resultados que remetem a uma tendência intermediária da percepção da transparência foram encontrados na variável: “O IFRS mantém algumas informações em segredo” (média 4,26) e “Os pedidos dos cidadãos por informações do IFRS atrapalham o trabalho dos servidores

públicos” (invertida, média 2,62), sendo que a amostra ficou bastante dívida quanto as respostas e o maior percentual (20,5%) se manifestou indiferente a situação. Com o intuito de avaliar o nível de transparência para o IFRS, foi pedido que dessem uma nota entre 0 e 10, sendo 0 a pior e 10 a melhor nota. Os resultados são descritos na Tabela 10.

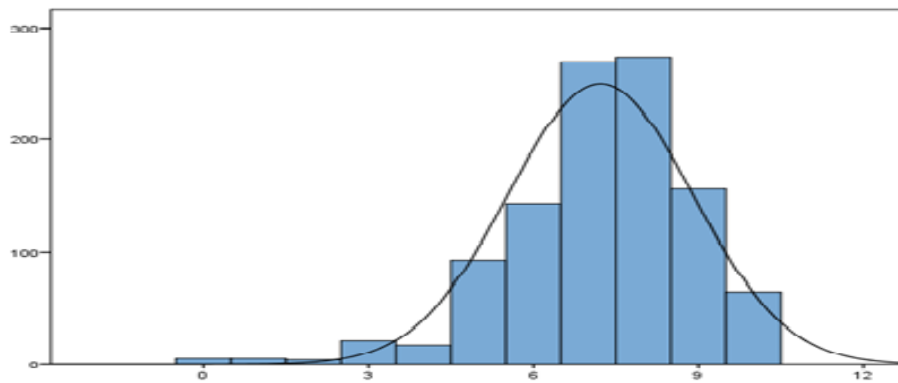
Tabela 10 – Nota atribuída para o nível de transparência do IFRS

Variável	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Nada transparente/ Totalmente Transparente	7,22	1,678	0	10

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Na análise das variáveis “Nada transparente e totalmente transparente” constatou-se que a média é de 7,22, apresentou valores próximos do centro da escala utilizada de 11 pontos (0 a 10). Pela Figura 4, denota-se distribuição de frequência da medida das variáveis “Nada transparente/totalmente transparente”.

Figura 4 – Distribuição de frequência da medida das variáveis “nada transparente/totalmente transparente”



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Assim, de acordo com a Figura 4, percebe-se uma ligeira assimetria nas respostas localizadas na esquerda da Figura. Observa-se que a maioria dos *stakeholders* atribuiu nota 8, demonstrando uma satisfação positiva quanto ao nível de transparência das informações divulgadas pelo IFRS.

Finalmente buscou-se avaliar a percepção de transparência dos *stakeholders* que utilizaram o e-sic ou ouvidoria, para fazer alguma reclamação, denúncia ou solicitação. Para uma melhor identificação da resposta, pode ser visualizado na Tabela 11.

Tabela 11 – Classificação da resposta recebida pelos *stakeholders* que utilizaram e-sic ou ouvidoria, para fazer uma reclamação, denúncia ou solicitação

Variáveis		Frequência	Percentual
Em relação a sua solicitação	Não recebi resposta.	8	11,3%
	Recebi a resposta no prazo estabelecido.	48	67,6%
	Recebi a resposta do IFRS após o prazo.	5	7,0%
	Recebi apenas uma justificativa, porém a informação solicitada não foi atendida.	9	12,7%
	Recebi a resposta somente após ter apresentado recurso no IFRS.	1	1,4%

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Com base nos resultados da Tabela 11, é perceptível que uma grande parte dos *stakeholders*, recebeu a resposta no prazo estabelecido (67,6%). Já em relação a resposta recebida fora do prazo, representam unicamente 7,0%. Ressalta-se que apenas 11,3%, ou seja, 8 *stakeholders* não receberam a resposta. Constatou-se que somente 1,4% recebeu resposta, somente após ter apresentado, recurso no IFRS.

A escala do tipo *likert* utilizada no instrumento de dados buscou analisar a percepção dos entrevistados que utilizaram o e-sic ou ouvidoria para reclamação, denuncia, solicitação quanto a informação recebida. As questões da escala e a estatística descritiva (média) estão demonstradas na Tabela 12.

Tabela 12 – Percepção dos entrevistados que utilizaram e-sic ou ouvidoria, para realizar uma reclamação, denúncia, solicitação quanto a informação recebida

Variáveis	Média	Discordo totalmente	Discordo em parte	Indiferente	Concordo em parte	Concordo totalmente
A informação atendeu às minhas necessidades	3,87	5	6	9	31	26
A informação foi suficiente	3,82	5	9	10	24	29
A informação foi completa	3,78	6	7	12	26	27
A informação foi facilmente acessada	3,75	4	10	10	30	23
A informação foi pontual	3,73	7	8	12	23	28
A informação foi acreditável	3,79	4	8	14	24	26
A informação incluiu todos dados solicitados	3,65	7	11	8	27	24
A informação foi fácil de ser compreendida	3,88	3	6	13	28	25

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

É perceptível que o construto de percepção dos entrevistados que utilizaram e-sic ou ouvidoria, para realizar uma reclamação, denúncia, solicitação quanto a informação recebida que “A informação foi fácil de ser compreendida”, apresenta um valor mediano (média 3,88). Analisando o percentual válido da escala, evidencia-se o desequilíbrio das respostas, já que os percentuais válidos de “discordo totalmente” e de “concordo totalmente” são de 3% e 25%. Outrossim, os percentuais válidos de “discordo em parte” e de “concordo em parte” são de 6% e 28%, respectivamente, demonstrando uma ampla dispersão de respostas para esta questão.

No entanto, a variável “A informação atendeu às minhas necessidades” (média 3,87) apresenta valores mais elevados, com a maioria dos respondentes nas escalas de “concordo totalmente” e “concordo em parte”, com 31% concordando em parte, 26% concordando totalmente, em um total de 57% de concordância.



As variáveis “A informação foi pontual” (média 3,73) e “A informação incluiu todos os dados solicitados” (média 3,65) apresentam resultados similares, ficando abaixo da média da escala do tipo *likert* (média 3,73). Assim, analisando-se os percentuais válidos, verifica-se uma predominância das respostas no item “concordo totalmente” e “concordo em parte”, com 51% para ambas variáveis. Ainda, os percentuais de “discordo totalmente” e “discordo em parte” são: 15% e 18% respectivamente. Ressalta-se assim, que 36% e 33% concentram-se nos itens que demonstram maior discordância quanto a percepção dos entrevistados que utilizaram e-sic ou ouvidoria, para fazer uma reclamação, denúncia, solicitação quanto a informação recebida.

As variáveis “A informação foi suficiente” (média 3,82), “A informação foi completa” (média 3,78) e “A informação foi facilmente acessada” (média 3,75) apresentam resultados que demonstram uma concentração na concordância (53%). No que diz respeito à variável “A informação foi acreditável” (média 3,79), com um percentual válido de 4% de “discordo totalmente” e 8% “discordo em parte” em um total de discordância de 12%.

De maneira geral, a maioria dos *stakeholders* estão satisfeitos com a qualidade e prazo de resposta da informação recebida (52%). O que denota que a transparência do IFRS, segue através da institucionalização das práticas, atingindo o mais alto grau de maturidade.

O próximo construto analisado, Tabela 13, é a Percepção dos *stakeholders* quanto a satisfação com a resposta recebida, tendo como parâmetro a atribuição de uma nota entre 0 e 10, sendo 0 a pior e 10 a melhor nota.

Tabela 13 – Satisfação dos *stakeholders* quanto a resposta recebida

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Não confiável	4,1%	1,4%	2,7%	1,4%	1,4%	16,4%	9,6%	8,2%	16,4%	13,7%	24,7%	Confiável
Imprecisa	5,6%	4,2%	2,8%	1,4%	2,8%	13,9%	4,2%	12,5%	11,1%	18,1%	23,6%	Precisa
Incompleta	4,2%	2,8%	2,8%	2,8%	4,2%	5,6%	14,1%	9,9%	11,3%	16,9%	25,4%	Completa
Incompreensível	2,8%	2,8%	2,8%	1,4%	7,0%	4,2%	11,3%	14,1%	18,3%	14,1%	21,1%	Compreensível
Irrelevante	5,7%	2,9%	2,9%	4,3%	4,3%	11,4%	2,9%	17,1%	11,4%	8,6%	28,6%	Relevante
Desatualizada	2,8%	4,2%	2,8%	2,8%	0,0%	11,1%	2,8%	16,7%	9,7%	15,3%	31,9%	Atualizada
Difícil	2,8%	1,4%	1,4%	5,6%	5,6%	8,3%	5,6%	11,1%	20,8%	12,5%	25,0%	Fácil
Inacessível	4,3%	1,4%	2,9%	1,4%	2,9%	11,4%	5,7%	17,1%	11,4%	14,3%	27,0%	Acessível
Inútil	2,8%	5,6%	4,2%	0,0%	1,4%	4,2%	6,9%	19,4%	12,5%	9,7%	33,3%	Útil
Complexa	4,2%	2,8%	2,8%	0,0%	0,0%	6,9%	9,7%	12,5%	13,9%	18,1%	29,1%	Simple
Desinformativa	4,2%	4,2%	2,8%	1,4%	5,6%	9,7%	5,6%	8,3%	13,9%	13,9%	30,6%	Informativa
Desorganizada	5,6%	2,8%	1,4%	1,4%	5,6%	12,5%	4,2%	0,1%	9,7%	12,5%	33,3%	Organizada

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Grande parte da amostra atribuiu a nota 10 (24,7%) e a nota (8) (16,4%), demonstrando satisfação quanto a confiabilidade das informações. Dentre os que alegaram insatisfação quanto a resposta recebida 5,6%, consideraram imprecisas. A maioria 53,6% consideram as informações completas atribuindo nota entre 8 e 10. Porém, alguns *stakeholders* 2,8% consideram as informações incompreensíveis, atribuindo nota zero. Em relação a relevância quanto a resposta recebida, 5,7% considera as informações irrelevantes. Observa-se que grande parte 33,3% estão satisfeitos quanto a utilidade das informações e a organização, atribuindo nota 10.

Com o intuito de avaliar o nível de satisfação com a resposta recebida, foi pedido que dessem uma nota entre 0 e 10, sendo 0 a pior e 10 a melhor nota. Os resultados são descritos na Tabela 14.

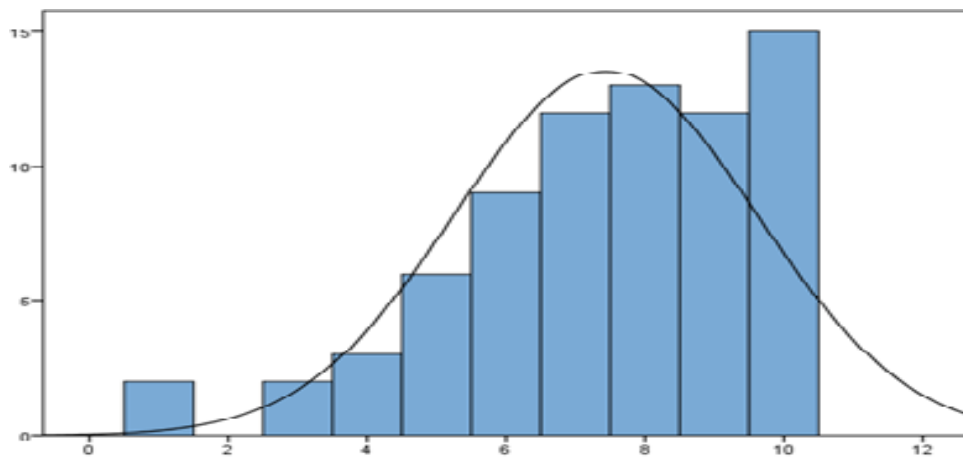
Tabela 14 – Nota atribuída para satisfação com a resposta recebida

Variável	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Nada satisfeito/ Totalmente satisfeito	7,43	2,178	1	10

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Ao analisar a Tabela 14, “Nada satisfeito/Totalmente satisfeito”, constatou-se que a média ficou em 7,43, revelando que de maneira geral os *stakeholders* que receberam respostas, estão satisfeitos com a resposta recebida, conforme observa-se na Figura 5.

Figura 5 – Distribuição de frequência para a satisfação com a resposta recebida



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A partir dos resultados expostos na Figura 5, observa-se a ocorrência de uma assimetria francamente inclinada a direita, indicando que uma parcela expressiva atribuiu notas 8,9 e 10.

4.3 ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA DOS CONSTRUTOS

A análise fatorial exploratória foi realizada com intuito de verificar a consistência interna e adequação ao referencial teórico dos construtos: impactos na transparência, nível de transparência, participação social.

Optou-se como método de extração dos fatores a análise dos componentes principais, como método de rotação a varimax normalizada e como critério de extração o autovalor superior a um. Salienta-se que a manutenção de uma variável em um fator teve como parâmetro a comunalidade ou proporção de sua variância em relação as demais variáveis, sendo, portanto, necessário a comunalidade superior a 0,50 para que a variável seja mantida na fatorial.

A confiabilidade dos fatores foi analisada tendo como parâmetro o *Alpha de Crombach*, indicando o grau de consistência interna entre os múltiplos indicadores de um fator. De acordo com Hair *et. al* (2009) o *Alpha de Crombach*, em uma análise fatorial exploratória, deve possuir um valor superior a 0,60.

Para atender o parâmetro da comunalidade superior a 0,50, foram retiradas da análise fatorial as seguintes variáveis: “É fácil obter qualquer documento que você queira do IFRS” (comunalidade 0,363), “O IFRS mantém algumas informações em segredo. ” (comunalidade 0,467), “As informações divulgadas pelo IFRS, são suficientes para demonstrar a aplicação dos recursos públicos” (comunalidade 0,486), “Os pedidos dos cidadãos por informações do IFRS atrapalham o trabalho dos servidores públicos.” (comunalidades 0,113), “A transparência impacta diretamente na responsabilidade pelo uso de recursos financeiros do IFRS. ” (comunalidade 0,479), “A transparência do IFRS contribui para combater a corrupção” (comunalidade 0,495). “O acesso público às informações do IFRS contribui para o bom funcionamento da instituição” (comunalidade 0,497). Ressalta-se que a exclusão foi individual, ou seja, uma variável por vez, tendo em vista a ordem crescente (do menor ao maior coeficiente). A medida KMO apresentou o valor de 0,865 e o teste de esfericidade de Bartlett (valor de 4.891 <0,000) indicando a fatorabilidade dos dados.

Após estas alterações, o modelo apresentou-se adequado, sendo que os resultados finais estão representados na Tabela 15.

Tabela 15 – Fatores da transparência: Impactos na transparência, nível de transparência e participação social

Variável	Carga	Variância	Cronbach's Alpha
Impactos na transparência			
A transparência do IFRS contribui para aumentar a responsabilidade social.	,814		
A transparência das ações do IFRS é importante na comunicação com a sociedade.	,813		
A transparência do IFRS fortalece as políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão.	,780	26,52%	0,854
A transparência do IFRS influencia positivamente a missão, visão e valores da instituição.	,742		
A transparência das ações do IFRS impacta na organização da instituição.	,699		
Nível de transparência			
Os Concursos Públicos do IFRS são transparentes.	,761		
Os programas de mobilidade estudantil do IFRS são transparentes.	,757		
Os Processos Seletivos Discentes do IFRS são transparentes.	,743	24,21%	0,817
A distribuição de cargos de direção, função do IFRS, são transparentes.	,688		
Os critérios de distribuição de recursos da assistência estudantil são transparentes.	,683		
Participação social			
Os cidadãos sabem tudo o que o IFRS faz.	,851		
Todo cidadão tem acesso completo às informações sobre o IFRS.	,825	12,69%	0,656

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Destaca-se que todos os fatores apresentam cargas fatoriais satisfatórias, já que de acordo com Hair *et al.* (2009) as cargas fatoriais superiores a 0,30 são significativas, mantendo-se assim, todas as variáveis do estudo.

O construto percepção de transparência foi dividido em três fatores: Impactos na transparência, nível de transparência e participação social. Destaca-se que os três fatores com autovalores superiores a um, em conjunto explicam 63,42% de toda a variância. Os três fatores apresentam confiabilidade satisfatória, conforme o *Alpha de Crombach*, tendo valores de 0,854, 0,817 e 0,656, respectivamente.

O fator impactos da transparência, possui o melhor nível de percepção para o caso analisado (26,52%), corresponde as variáveis: “A transparência do IFRS contribui para aumentar a responsabilidade social”, “ A transparência das ações do IFRS é importante na comunicação com a sociedade”, “A transparência do IFRS fortalece as políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão”, “A transparência do IFRS influencia positivamente a missão, visão e valores da instituição” e “A transparência das ações do IFRS impacta na organização da instituição”. A cultura da transparência inserida na administração pública representa um novo paradigma em substituição à cultura do sigilo. Blanchet e Azóia (2017) compreendem que essa ampliação no acesso às informações públicas conduz a um impacto social significativo, pois a transparência e o conseqüente controle dos atos governamentais representa elemento essencial ao exercício da democracia. Outrossim, Vaz *et al.* (2011), interpretam que os dados governamentais abertos têm impactos nos dois campos em que a transparência é objeto de disputas: nas práticas sociais de transparência e no seu próprio conceito.

O fator nível de transparência envolvendo as variáveis: “Os Concursos Públicos do IFRS são transparentes”, “Os programas de mobilidade estudantil do IFRS são transparentes”, “Os Processos Seletivos Discentes do IFRS são transparentes”, “A distribuição de cargos de direção, função do IFRS, são transparentes. ” e “Os critérios de distribuição de recursos da assistência estudantil são transparentes. ” Como discutido por Van der Crujisen *et al.* (2010), as ideias subjacentes à noção nível ideal de transparência relaciona-se com o tipo e qualidade da informação publicada. Dessa forma, o exercício do controle social, por parte da sociedade, deriva da qualidade do nível de transparência e da evidenciação das informações da gestão pública (ARRUDA; TELES, 2010). Além disso, uma política de transparência eficiente aproxima o Estado da sociedade e amplia o acesso dos cidadãos às informações referentes àqueles que detêm o controle dos entes públicos (SILVA, 2011).

O fator Participação social envolvendo as variáveis: “Os cidadãos sabem tudo o que o IFRS faz. ” e “Todo cidadão tem acesso completo às informações sobre o IFRS”, que podem ser analisadas através de Xavier (2017) delineou que participação social é um conceito que simboliza a influência dos indivíduos na organização da sociedade e se dá nos espaços e mecanismos de controle social, como conselhos, conferências. Sawaia (2006) considera que a participação social é uma alternativa para superar a paralisia e a impotência causadas pelo sofrimento ético-político, pois restabelece os nexos entre subjetividade/objetividade, pensar/agir. E mais, a autora considera o bloqueio social à participação dos cidadãos como um sofrimento ético-político. Brandão (2008) identificou seis concepções sobre a participação social que conferem importância à transformação da realidade e à dimensão afetiva/relacional, quais sejam: a) como direito à informação por parte do cidadão; b) como ato de incluir-se em uma coletividade; c) como construção de ações para melhorar a qualidade de vida em uma comunidade; d) como compromisso entre os sujeitos de uma coletividade; e) como expressão emotiva entre sujeitos de igual dignidade; f) como forma de poder/potência. Dessa forma, em síntese, o fator impacto da transparência representa a percepção dos *stakeholders* quanto a transparência do IFRS. Enquanto o fator nível de transparência representa a percepção sobre a qualidade da transparência no IFRS. Já o fator participação social, à sua participação como cidadão na sociedade.

Em seguida, com a finalidade de analisar os três fatores obtidos pelo estudo calculou-se as estatísticas descritivas dos fatores. Para essa análise computou-se cada fator como a média das respostas de cada *stakeholder* em relação as questões que compõe o fator. Os resultados são apresentados na Tabela 16.

Tabela 16 – Estatística descritiva dos fatores percepção de transparência

Fatores	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Impactos da transparência	4,29	0,789	1	5
Nível de transparência	3,79	0,931	1	5
Participação social	2,83	1,128	1	5

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Considerando que as escalas de percepção com a transparência podem variar de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), notou-se que os *stakeholders* possuem uma percepção dos impactos da transparência positiva (média 4,29), indicando que a grande parte concorda/concorda totalmente com as informações divulgadas pelo IFRS. Representando o

nível de transparência (média 3,79), indica que a maioria dos *stakeholders* concorda/concorda totalmente com as informações divulgadas pelo IFRS.

Ainda, observa-se níveis intermediários de participação social (média 2,83), ou seja, valor próximo a três, indicando certa indiferença para a amostra estudada.

4.4 ANÁLISE DA DIFERENÇA DAS VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS

Com o intuito de verificar as diferenças de percepção segundo o perfil em relação aos fatores do estudo, foram analisados os três fatores obtidos pela análise fatorial: impactos da transparência, nível de transparência e participação social.

Destaca-se as variáveis socioeconômicas e demográficas testadas, como: sexo, estado civil e partidos políticos, vínculo, área de formação, nível de escolaridade e renda. Dessa maneira, a fim de analisar se existe diferença de média em cada fator criado considerando-se as variáveis socioeconômicas e demográficas foram realizados os testes *t* (nas variáveis com dois grupos, como sexo, estado civil e partidos políticos) e a análise da variância (ANOVA) (nas variáveis com mais de dois grupos, como o vínculo, área de formação, nível de escolaridade e renda). A Tabela 17 e 18 apresentam os resultados.

Tabela 17 – Valor e significância do teste *t* para variável sexo, estado civil e partidos políticos em relação aos fatores

(continua)

Variável	Fatores	Variáveis	N	Média	Desvio padrão	F	Sig	<i>t</i>	Sig. (2-tailed)
Sexo	Impactos da transparência	Masculino	417	4,17	0,81	13,310	0,00	-5,842	0,000
		Feminino	478	4,47	0,70				
	Nível de transparência	Masculino	324	3,59	0,89	1,358	0,244	-3,157	0,002
		Feminino	342	3,81	0,92				
	Participação social.	Masculino	474	2,83	1,09	0,608	0,436	1,014	0,311
		Feminino	512	2,76	1,11				
Estado Civil	Impactos da transparência	Solteiro/Viúvo/ Separado/Divorciado	691	4,28	0,78	2,940	0,087	-3,267	0,001
		Casado ou União Estável	205	4,48	0,71				
	Nível de transparência	Solteiro/Viúvo/ Separado/Divorciado	519	3,67	0,89	2,891	0,090	-2,048	0,41
		Casado ou União Estável	147	3,84	0,98				
	Participação social	Solteiro/Viúvo/ Separado/Divorciado	762	2,81	1,10	0,020	0,887	0,632	0,528
		Casado ou União Estável	225	2,75	1,10				

Tabela 17 – Valor e significância do teste t para variável sexo, estado civil e partidos políticos em relação aos fatores

(conclusão)									
Variável	Fatores	Variáveis	N	Média	Desvio padrão	F	Sig	t	Sig. (2-tailed)
Partidos Políticos	Impactos da transparência	Não é filiado	34	4,40	0,80	2,940	0,087	-3,267	0,564
		É simpatizante ou é filiado	862	4,32	0,77				
	Nível de transparência	Não é filiado	22	3,75	0,82	2,891	0,090	-2,048	0,829
		É simpatizante ou é filiado	644	3,71	0,92				
	Participação social	Não é filiado	35	2,95	1,02	0,020	0,887	0,632	0,385
		É simpatizante ou é filiado	952	2,79	1,10				

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Analisando-se a Tabela 17 foram identificadas diferenças estatisticamente significativas para os fatores impactos e nível de transparência, visto que os dois apresentaram sig menor que 0,05%.

Dessa forma, o sexo feminino (média 4,47) apresentam um maior índice de percepção sobre os impactos da transparência comparativamente ao masculino (média 4,17). De forma similar, o sexo feminino (média 3,81) supera o masculino (média 3,59), no fator nível de transparência. Nos dois fatores percebe-se que a média do sexo feminino é maior que a do masculino, ou seja, os resultados indicam que os homens estão menos satisfeitos com essas dimensões. Pode-se identificar ainda a existência de diferença estatisticamente significativa entre ser casados/união estável (média 4,48) e solteiros/viúvos/separados/divorciados (média 4,28), na percepção de impacto da transparência.

Por fim, cabe destacar ainda a variável partidos políticos não apresentou diferença estatisticamente significativa nos fatores. Logo, pode-se afirmar que a filiação ou simpatia por partidos políticos não afetou o resultado médio da percepção dos *stakeholders* no que se refere aos fatores criados.

Na sequência, a Tabela 18 demonstra o valor da significância da ANOVA, que permite comparar, simultaneamente, a média de vários grupos utilizando variáveis contínuas. Os grupos utilizados neste teste foram: vínculo, área de formação, nível de escolaridade, renda em relação aos fatores.

Tabela 18 – Valor e significância da ANOVA para o grupo vínculo, área de formação, nível de escolaridade, renda em relação aos fatores

Grupos	Fatores					
	F1		F2		F3	
	F	Sig	F	Sig	F	Sig
Vínculo	18.583	.000*	4.280	.017*	0.194	.823
Área de Formação	2.820	.007*	2.501	.015*	2.599	0.12
Nível de Escolaridade	7.434	.000*	1.122	.345	.486	.746
Renda	5.530	.000*	3.864	.003*	4.393	.000*

* os asteriscos representam os grupos com diferenças significativas de médias, segundo o teste.

F1) Impactos da transparência, F2) Nível de transparência, F3) Participação social.

Nota: F = Fatores.

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

No que diz respeito ao fator impacto da transparência, foram identificadas diferenças significativas de médias entre os grupos segundo o vínculo. Os resultados evidenciam que a satisfação da percepção dos discentes (média 4,27) é menor que a dos docentes (média 4,69) e dos TAES (média, 4,57), ainda que a satisfação média dos docentes prevaleça sobre os TAES. Logo, o vínculo parece afetar positivamente o nível de percepção dos *stakeholders* sobre o fator, ou seja, os servidores têm um maior nível de concordância com as afirmações. Em relação ao fator níveis de transparência, os docentes (média 4,19) apresentam uma satisfação média maior que os TAES (média 3,75) e discentes (3,68).

Em relação a área de formação, existem diferenças de médias significativas nos dois fatores: impactos da transparência e níveis de transparência. No fator 1, os *stakeholders* com formação em ciências exatas e da terra (média 4,67) seguidos por aqueles com formação em linguística, letras e artes (média 4,48), ciências sociais e aplicadas (média 4,45), ciência humanas, biológicas e da saúde (média 4,41) respectivamente. Assim, no que diz respeito à percepção os impactos da transparência em comparação com a área de formação os *stakeholders* com formação em ciências exatas e da terra possuem uma percepção de satisfação superior aos demais grupos.

No que tange o fator 2, os formados em linguística, letras e artes (média 3,96) apresentam uma avaliação maior dos níveis de transparência do IFRS em comparação com os formados em outras áreas (média 3,85), ciências exatas e da terra (média 3,80), ciências biológicas e da saúde (média 3,72), engenharia e tecnologias (média 3,66), ciências humanas (média 3,62) ciências sociais e aplicadas (média 3,59), ciências agrárias (média 3,52). Apesar de apresentarem indiferença em relação ao índice de satisfação, percebe-se que os com

formação em linguística apresentam uma maior satisfação de percepção do que os das ciências agrárias, ou seja, consideram melhor o nível de transparência da instituição.

Para o nível de escolaridade, foi possível identificar diferenças significativas no construto impactos da transparência, em que os *stakeholders* doutores apresentaram maior satisfação (média 4,64), seguidos pelos especializados (média 4,58) e graduados (média 4,45). Igualmente para o nível de transparência, os doutores estão mais satisfeitos (média 4,06), enquanto os mestres (média 3,86), graduados (média 3,77). Especificamente os impactos da transparência apresentam níveis de concordância melhores que os níveis de transparência.

Por fim, o grupo renda apresentou diferenças significativas nos três fatores. Para o fator 1, é possível verificar que os *stakeholders* que possuem renda na faixa entre R\$ 2.350,31 à R\$ 3.525,45 (média 4,49), R\$ 3.525,46 à R\$ 5.875,75 (média 4,54), e acima de R\$ 11.751,50 (média, 4,49) apresentam resultados mais satisfatórios em relação aos que não possuem renda (média 4,17). E, no que diz respeito ao F2 a faixa acima de R\$ 11.751,50 (média 4,24), demonstra maior concordância em relação àqueles que: não possuem renda (média, 3,58), e aos que apresentam renda até R\$ 1.175,15 (média 3,79), R\$ 1.175,16 à R\$ 2.350,30 (média 3,87), R\$ 2.350,31 a R\$ 3.525,45 (3,86), R\$ 3.525,46 a R\$ 5.875,75 (3,61) e R\$ 5.875,76 a R\$ 11.751,50 (média 3,59).

Por sua vez, no F3, nota-se que a satisfação é maior em relação a renda entre R\$ 2.350,31 a R\$ 3.525,45 (média 3,15). A faixa de renda que apresenta menor participação social foram os que declaram renda entre R\$ 5.875,76 à R\$ 11.751,50 (média 2,56). Nesse sentido, os *stakeholders* com maior renda são os que apresentam indiferença em relação a participação social.

4.5 ANÁLISE DE REGRESSÃO

Com o intuito de verificar a influência dos fatores e das variáveis, realizou-se uma regressão linear múltipla. Para a estimação do modelo de regressão linear, utilizou-se a estimação por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e método *Stepwise*. Na primeira tentativa de estimação, observou-se que os erros eram heterocedásticos. Para resolver este problema utilizou-se a técnica *White Heteroskedasticity-Consistent Standart Erros & Covariance*, a qual corrige os erros-padrões e covariâncias, tornando-os robustos e consistentes com o pressuposto de não-heterocedasticidade. O modelo estimado é descrito na Tabela 19.

Tabela 19 – Resultados da regressão múltipla por Mínimos Quadrados Ordinários pelo método *Stepwise*, estimada para a percepção de transparência

Variáveis	Coefficientes não padronizados	Erro padrão *	Valores de Teste Wald Chi-Square	Sig	VIF
Impactos da transparência	0,378	0,0738	26,211	0,000	1,329
Nível de transparência	0,689	0,0599	132,463	0,000	1,474
Participação social	0,237	0,0399	48,068	0,000	1,212
<i>Dummy</i> sexo	0,004	0,0885	0,002	0,967	1,053
<i>Dummy</i> escolaridade	0,049	0,1011	0,239	0,625	1,239
<i>Dummy</i> renda	0,042	0,0951	0,195	0,659	1,280
<i>Dummy</i> partido político	-0,225	0,2456	0,837	0,360	1,024
<i>Dummy</i> trabalho voluntário	-0,078	0,0925	0,714	0,398	1,017

*Erros estimados por *White Heteroskedasticity-Consistent Standart Erros & Covariance*.

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

O resultado apresenta um R^2 ajustado de 0,352, ou seja, as variáveis independentes explicam cerca de 35,2% da variável dependente, representada pelo nível de transparência. O teste F atingiu um valor de 67,89 com significância de 0,000, demonstrando que o modelo é significativo como um todo. Quanto à autocorrelação nota-se que a mesma não está presente no modelo, pois o teste Durbin Watson (DW) apresenta o valor de 2,03, encontrando-se dentro do intervalo adequado. Para verificar a multicolinearidade, utilizou-se os índices VIF, que como apresentados na Tabela 19, ficaram próximos de 1, confirmando a ausência de multicolinearidade. Analisando a normalidade dos resíduos, foi efetuado o teste *Kolmogorov-Smirnov* (Teste KS 1,76 e Sig 0,004), indicando que os resíduos do modelo não são normais.

Analisando os coeficientes que expressam a magnitude e a direção da relação de cada uma das variáveis independentes sobre a variável dependente, constatou-se que apenas os três fatores exercem influência positiva sobre a satisfação.

O fator impacto da transparência contribui diretamente para a satisfação, o que está de acordo com os estudos PRADO e LOREIRO (2006), SRAIRI (2015), ANDRIEŞ *et al.* (2018), Hanna *et al.* (2018), YANG, (2019), OXELHEIN (2019). Mais especificamente nos estudos de Vaz *et al.* (2011), as instituições não devem apenas promover a transparência pela disponibilidade das informações, mas proporcionar que estas cheguem aos *stakeholders* e sejam compreendidas.

O nível de transparência apresentou o maior coeficiente, indicando sua importância para a satisfação dos *stakeholders*. Isso se deve ao acesso, usabilidade, qualidade de conteúdo, entendimento e auditoria aos/dos processos que tratam de informações, permitindo aos

stakeholders, o uso irrestrito para responder de forma efetiva na satisfação das necessidades coletivas (McGARRY, 1999; CAPPELLI, 2009; HEINEN, 2014). A influência positiva/satisfatória do nível de transparência também é identificada por vários autores (SANTANA JUNIOR, 2008; SANTANA *et al.*, 2009; TINOCO *et al.*, 2011; CRUZ *et al.*, 2012; HALKOS; TEREZEMES, 2014; CAMPAGNONI *et al.* 2016; OXELHEIM, 2019).

Finalmente o fator participação social, corroborando com os autores (BERTOT; CARNEIRO, 2004; ARMSTRONG, 2005; CHIA; KOH, 2007; GRIMMELIKHUIJSEN; HESS, 2007; LLOYD, 2008; HUQUE, 2009; JAEGER; GRIME, 2010; MATIAS-PEREIRA, 2010; ZUCCOLOTTI; TEIXEIRA, 2014; BEGHIN; ZIGONI, 2014; KLIJN, 2015), que identificaram a influência positiva do fator tanto nas rotinas das organizações quanto na promoção de direitos humanos e cidadania, são perceptíveis por meio de exemplos de incidências políticas efetivas junto aos poderes legislativo e executivo, pela promoção de debates públicos gerados por artigos de mídia ou por projetos de formação com movimentos sociais locais. No mesmo sentido, Zrelli *et al.* (2019) salientam que a participação social se torna indispensável à informação pública, fortalecendo assim os sistemas democráticos, resultando em ganhos para todos.

Destaca-se ainda que as características sociodemográficas como sexo, escolaridade, renda, participação em partidos políticos e trabalhos voluntários não foram significativas para a construção da percepção de transparência.

4.6 PROPOSTA DE MELHORIAS NA GESTÃO DE TRANSPARÊNCIA DO IFRS

O aprofundamento da democracia tem exigido dos órgãos e entidades públicas a adoção de modelos de gestão que ampliem a sua capacidade de atender, com mais eficácia e efetividade, as novas e crescentes demandas. Embora os avanços alcançados nos anos recentes, o IFRS ainda necessita aperfeiçoar seus sistemas e tecnologias de gestão, com vistas à prestação de serviços públicos de melhor qualidade.

Dessa forma, os resultados empíricos da pesquisa mostram que a transparência é um mediador na relação entre os *stakeholders* e o IFRS. Nesse sentido, a divulgação das informações é considerada a forma de abastecer as necessidades informativas para os vários tipos de *stakeholders*. Entretanto, o impacto negativo da assimetria das respostas coletadas nessa pesquisa, evidencia que há um problema de identificação da transparência, isso inferido

por algumas variáveis observadas, nas respostas dos *stakeholders*, como: relevância da informação, compreensão da informação, atualização da informação, nível de interesse, nível de transparência e participação social.

A questão da relevância da informação divulgada tem parte quantitativa, uma vez que os *stakeholders* recebem esse conteúdo e acreditam que a informação não é suficiente para fazer uma avaliação confiável da instituição, então sugere-se agregar uma parte qualitativa fornecida pela padronização por meio de informações sociais ou pela certificação e garantia de dados divulgados, proporcionando uma linguagem cidadã, garantindo a compreensibilidade por parte dos interessados.

Também a compreensão da informação, decorre da pertinência do que foi divulgado, do canal de comunicação e das características dos seus receptores. Devido a heterogeneidade dos *stakeholders* do IFRS, a instituição deve adequar as informações divulgadas à capacidade da parte interessada. Um dos modos de facilitar essa compreensão é por meio de indicadores de quantificação que permitem avaliar a situação atual da instituição e sua evolução (BOTOSAN, 1997).

Em relação à atualização das informações, a falha em fornecer dados atualizados em uma hora, local ou formato disponíveis aos *stakeholders*, torna as características previamente descritas de menor relevância e compreensão, o que transforma a pontualidade em uma questão crucial para as informações sociais (JENSEN; MARSHALL; PUGH, 2006).

No que tange ao nível de interesse pelas informações disponibilizadas pelo IFRS, percebeu-se o baixo interesse das partes interessadas pelas atividades desenvolvidas na instituição. A busca por estas informações podem estar atrelada ao conhecimento do que está publicado, embora a LAI de garantia da divulgação básica de informações, se os *stakeholders* não as conhecem, obviamente não as buscarão. Destaca-se o pouco interesse quanto ao organograma do IFRS, funções e atividades das pró-reitorias e reitoria, até mesmo a agenda do reitor. Como sugestão, a implementação de um tutorial oferecido a calouros e servidores da instituição de forma incremental, reforçando os princípios de transparência da instituição.

Quanto ao nível de transparência, percebeu-se a ausência de uma medida padronizada da transparência do IFRS. Para isso, pode-se evidenciar, que a implementação de um questionário de avaliação dos canais de comunicação e-sic e e-ouv, mensuraria a satisfação do cidadão-usuário dos serviços públicos da instituição. A iniciativa justifica-se pelo cumprimento das etapas da cadeia de valor público, que estão também subjacentes à Carta ao Cidadão (GESPUBLICA, 2014).

Nesse contexto, é fundamental um modelo de avaliação que permita gestores e os *stakeholders* ter uma ideia do que há em termos de transparência na organização e que esforços são necessários para alcançar níveis de maior maturidade (CAPPELLI, 2009). Outro ponto fundamental é que o modelo de avaliação sendo de conhecimento amplo, transparente, permite com que os *stakeholders* tenham um referencial do nível de maturidade existente em uma determinada organização. Isso permite evitar expectativas errôneas, permite planejar com um chão mais firme, e também deixa claro os limites que a organização pode colocar no nível de transparência.

Nas questões que relacionam a participação social, percebeu-se um alto nível de desinteresse por parte dos *stakeholders*. Os principais exemplos de participação social do IFRS são a ouvidoria e o e-Sic, que permite a comunicação entre a instituição e as partes interessadas, contribuindo para um maior acesso à informação e sobretudo, à busca de transparência da gestão. Além disso para Figueiredo e Santos (2013), a ouvidoria e o e-sic, enquanto instrumentos de inclusão social, é um poderoso instrumento de controle social, pela relação direta entre inclusão e controle social, ainda busca dar a transparência devida a gestão pública, com a participação dos cidadãos na melhoria dos serviços públicos prestados e para a avaliação das políticas públicas. Para alcançar mudanças na participação social há a necessidade de transformações institucionais que garantam acessibilidade e transparência da gestão, ou seja, as partes interessadas devem receber treinamento adequado, para que possa usufruir dos instrumentos de transparência disponíveis para sua consulta. Portanto, é importante capacitar para o exercício do controle social, proporcionando o intercâmbio entre o IFRS e a sociedade.

Dessa maneira, a partir das principais necessidades identificadas pela pesquisadora desenvolveu-se um plano de ação a fim de demonstrar para a instituição e seus gestores uma proposta para melhoria da transparência institucional (Quadro 16).

Quadro 16 – Plano de ação para melhorar a gestão de transparência no IFRS

O quê?	Por quê?	Quem?	Quando?	Onde?
Tonar o sítio mais intuitivo e <i>layout</i> mais explicativo.	Facilitar o uso.	Departamento de Comunicação.	A definir pela gestão.	IFRS
Criação de procedimentos que facilitem o acesso as informações.	Melhorar o tempo da busca por informações.			
Realizar a criação de pequenos vídeos com instruções para cada etapa de uso do sítio do IFRS.	Possibilitar uma opção mais lúdica de instruções para o acesso as informações.			
Elaboração de um questionário.	Obter a percepção dos <i>stakeholders</i> com relação a transparência do IFRS.			
Analisar as questões que são pertinentes para avaliação da transparência da instituição.	A mensuração dos dados, ajudará na definição de processos de apoio à implantação das políticas de transparência nos níveis requeridos ou desejados e será útil para configurar os processos de apoio, como por exemplo, o processo para tratar da comunicação dos <i>stakeholders</i> com gestores tanto para reportar desvios ou para reportar sugestões.			
Estimular o acesso as informações públicas, através de campanhas institucionais.	Despertar o controle social.	A autoridade de monitoramento da LAI na instituição.		
Realizar a atualização das informações obrigatórias.	Melhora a relevância da informação.			
Realizar a inclusão de perguntas e respostas, mais procuradas pelos <i>stakeholders</i> .	Agilizar o processo de busca por informações.			
Desenvolver um tutorial sobre as informações disponibilizadas no sítio da instituição.	Esclarecer o que deve ser disponibilizado de acordo com a LAI.			
Disponibilizar um mapa de localização das informações no sítio do IFRS.	Ajudar os <i>stakeholders</i> a ter menos dificuldades no acesso as informações.			
Realizar treinamentos, capacitação, minicursos sobre a LAI, para que os <i>stakeholders</i> saibam o que possa ser consultado.	Aumentar a participação social nas ações do IFRS.			
Cumprir na integra o princípio da máxima divulgação.	Toda legislação que verse sobre a liberdade de informação deve ser orientada por esse princípio.			
Disponibilizar relatórios em tempo hábil, em vários formatos, pdf, docx, xls, xlt, xml.	Trazer praticidade para o processo de relatórios, facilitando a compreensão da informação.			
Manter uma frequência nas atualizações sobre licitações, despesas e receitas, programas e ações, projetos, obras bem como todas aquelas previstas em lei.	Manter as informações atualizadas e propiciar mais clareza nos dispêndios de recursos públicos.	Pró-reitoria de administração (PROAD).		

Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos dados da pesquisa (2019).

Entende-se que a implantação destas melhorias é indispensável para que o conceito de transparência se difunda, bem como possamos obter um padrão para sabermos como o IFRS encontra-se com relação às expectativas, bem como com suas organizações congêneres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos autores demonstraram a importância do conceito de transparência, na qual foi promovido na literatura de gestão pública como sendo ético e responsável por construir reputações positivas e experiências com as partes interessadas. No entanto, a percepção da transparência raramente é testada empiricamente. Destaca-se que este trabalho teve como objetivo geral analisar a percepção da transparência no IFRS, a partir das diferentes partes interessadas, estabelecendo-se, portanto, quatro objetivos específicos: a) analisar o cumprimento da legislação sobre a transparência pública, aplicável ao IFRS a partir do último relatório do TCU (Tribunal de contas da União); b) comparar as informações sobre transparência divulgadas pelo IFRS com outros institutos federais a partir do indicador Nível de Transparência Pública (NTP); c) apresentar o perfil e a percepção de transparência dos respondentes; d) analisar a estrutura de inter-relações entre as variáveis, definindo e validando os fatores relativos a transparência; e) avaliar possíveis diferenças de percepção de transparência segundo o perfil dos entrevistados; f) identificar a influência dos fatores na percepção de transparência; g) propor melhorias na gestão de transparência no IFRS.

Em síntese, quanto ao primeiro objetivo, abordou-se o panorama da transparência no IFRS, na qual foi explorado, com a finalidade de evidenciar o cumprimento da legislação, para que se tenha o atendimento das necessidades dos cidadãos por meio de uma gestão eficaz.

Já no segundo objetivo, constatou-se que a legislação, exerce um forte papel para a criação de ferramentas que permitam demonstrar e divulgar as informações governamentais. Além disso, explorou-se os níveis de transparência das instituições ligadas a REDITEC. Em decorrência da análise comparativa, das formas de divulgação das informações publicadas por diferentes instituições públicas, percebeu-se que o IFSC é a instituição mais transparente seguido pela segunda colocação o IFRS.

Atendendo ao terceiro objetivo, os resultados iniciais demonstraram o nível de interesse dos *stakeholders* em relação as informações disponibilizadas pelo IFRS. Nesse observou-se que a maioria tem interesse, mas nunca procurou, tal resultado pode estar atrelado a falta de conhecimento sobre a LAI. Ainda, pode estar também vinculado ao acesso aos sítios públicos, pois muitas vezes, esses portais são pouco acessados pelos *stakeholders* que se encontram apáticos com aspectos como a percepção de corrupção (HOLLAND, 2018).

Além disso, a nota média atribuída pelos *stakeholders* para o nível de transparência do IFRS, foi de 7,22. Dessa forma, entende-se que para se obter transparência no sentido mais completo, é necessário que todos os degraus, acessibilidade, usuabilidade, informativo, entendimento e auditabilidade estejam presentes na instituição. No entanto, sabe-se que estar transparente é um estado que pode ter variações em função da percepção e nível de atendimento de cada uma das características que compõe os níveis e o conceito de transparência atribuído pelas partes interessadas. Presume-se que o nível de transparência alcançado pelo IFRS, foi o nível 4, na escala de Cappelli (2009). Ou seja, a transparência é realizada através do entendimento. Esta capacidade é identificada através da aferição de práticas que efetivam características de concisão, compositividade, divisibilidade, detalhamento e dependência na instituição. Isso significa que, para atingir esse estágio, há necessidade de que outros níveis, já tenham sido antes pré-condição, dando a esta observação a similaridade com a teoria de estágios (NOLAN, 1973).

Respondendo ao quarto objetivo, os resultados da estatística descritiva dos construtos indicam que quanto ao impacto e níveis da transparência identifica-se altos níveis de satisfação. De forma geral, a maioria associa a transparência do IFRS a resultados positivos como confiança e responsabilidade. Entretanto a participação social apresenta níveis medianos de satisfação. Dada a elaboração do instrumento pela própria autora, cabe destacar ainda que a análise fatorial permitiu concluir que, no geral, as escalas se mostraram consistentes e em consonância com o referencial teórico do tema.

Quanto ao quinto objetivo, analisou-se a influência dos aspectos socioeconômicos e demográficos sobre os fatores tendo como base a ANOVA e o teste *t*. Destacam-se as diferenças entre os grupos identificadas em relação aos fatores impactos da transparência, níveis de transparência e participação social. Considerando o grupo vínculo, parece afetar positivamente o nível de percepção dos *stakeholders* sobre os impactos da transparência, ou seja, os servidores têm um maior nível de concordância com as afirmações. Em relação aos níveis de transparência, os docentes estão mais satisfeitos enquanto os TAES e discentes são indiferentes. Quanto ao grupo área de formação percebe-se que os *stakeholders* com formação em ciências exatas e da terra possuem uma satisfação superior aos demais, considerando os impactos de transparência. Além disso, os formados em linguística, artes e letras comparados com as demais áreas concordam com o nível de transparência do IFRS, apesar de apresentarem atitude medianas em relação ao fator.

Outrossim, o grupo nível de escolaridade, denota que doutores, especializados e mestres concordam com os impactos da transparência, já quanto ao nível de transparência *os stakeholders* apresentam uma percepção de satisfação mediana. Destaca-se o grupo renda, na qual percebe-se os que recebem entre R\$ 2.350,31 à R\$ 5.875,75 e os que declaram acima de R\$ 11.751,50 apresentam resultados mais satisfatórios quanto aos impactos da transparência. No que diz respeito ao fator participação social parece que os *stakeholders* com maior renda são indiferentes a participação social.

Considerando o sexto objetivo, aplicou-se a técnica multivariada de regressão com a finalidade de responder ao problema norteador da pesquisa: Qual a percepção dos diferentes *stakeholders* sobre as práticas de transparência no IFRS? Assim, analisando os fatores impactos da transparência, nível de transparência e participação social, conclui-se que os aspectos vínculo, área de formação, nível de escolaridade e renda influenciam de forma positiva na percepção da transparência para a amostra estudada. Vale ressaltar que a transparência do IFRS considera diversas demandas, por razões de competitividade, confiança dos *stakeholders*, por razões regulatórias, em atendimento a leis, por razões sociais, atendendo às aspirações da democracia e da vida em sociedade, formada por cidadãos cada vez mais conscientes e participativos.

Enfim, de modo a responder o sétimo objetivo como forma de contribuir para o fortalecimento da transparência no IFRS, o presente estudo elenca algumas recomendações que visam minimizar os aspectos negativos identificados no IFRS e melhorar o nível de transparência. São elas:

- Desenvolver ações que promovam a cultura da transparência institucional, por exemplo, a realização de eventos, cursos com essa temática e campanhas educativas sobre a transparência;
- Implantar um departamento para ouvidoria e e-sic, a fim de atender as demandas com exclusividade, a fim de proporcionar um melhor atendimento ao *stakeholder*;
- Implantar departamento de controle interno (fórum, conselho ou comissão), que em conjunto com a ouvidoria de forma permanente, possam avaliar a qualidade da transparência institucional e sugerir melhorias contínuas;
- Realizar pesquisas periódicas de avaliação com foco no ponto de vista dos *stakeholders* que utilizam o e-sic e o e-ouv no IFRS.

- Destaca-se que as limitações do estudo estão diretamente relacionadas aos seguintes aspectos: amostra e abordagem. Em relação a amostra identifica-se a não generalização dos resultados, já que a amostra foi coletada por conveniência. Ressalta-se que não foram encontradas pesquisas relativas a percepção de transparência em organizações públicas, por exemplo, com questionamentos sobre percepção de transparência e percepção da resposta recebida. Outrossim, este fato pode delinear respostas não coerentes com a realidade e interferirem nos resultados. No que diz respeito à abordagem, como o foco da pesquisa é uma análise da percepção não foram incluídos no modelo aspectos culturais e ambientais.

Como principal contribuição da pesquisa destaca-se a aplicação de pesquisa caracterizadamente incipiente em cenário nacional. Estudos voltados para percepção de transparência (como variável principal) não foram identificados na revisão de literatura, constituindo-se, portanto, em uma inovação, já que o tema consiste para o estudo/aplicação. Assim, destaca-se que do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para o avanço da temática.

Do ponto de vista institucional, as implicações da pesquisa relacionam-se principalmente, com contribuições para a gestão pública. No que diz respeito às políticas públicas, as implicações são relativas à importância de fomento de ferramentas para prática da transparência pública.

REFERÊNCIAS

ABDALA, P. R. Z.; TORRES, C. M. S. O. **A Transparência como Espetáculo: uma análise dos portais de transparência de estados brasileiros.** *Administração Pública e Gestão Social*, v. 8, n. 3, p. 147-158, 2016. Disponível em:

<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/42323/a-transparencia-como-espetaculo--uma-analise-dos-portais-de-transparencia-de-estados-brasileiros/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ABREU, W. M., GOMES, R. C. ALFINITO, S. **Transparência Fiscal Explica Desenvolvimento Social nos Estados Brasileiros?** *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, n.º 10 v. 2, 2015.

AL-MASHARI, M. **A benchmarking study of experiences with electronic-government.** *Benchmarking: An International Journal*, n.º 14 v. 2, p. 172–185, 2007.

ALAWNEH, A.; AL-REFAI, H.; BATIHA, K. **Measuring user satisfaction from e-Government services: lessons from Jordan.** *Government Information Quarterly*, v. 30, n.3, p. 277-288, 2013.

AMARAL, Marcelo Santos. **Accountability, governo local e democracia: investigação em portais municipais do estado da Bahia.** 134 f. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em:< <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24599/1/MARCELO%20SANTOS%20AMARAL.pdf>>. Acesso em: 20 de fev. 2019.

AMORIM, R. P. C.; DE MENEZES C. S. **Metodologia de Avaliação de Portais da Transparência Municipais.** Disponível em: <http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/sbsi/2016/003.pdf>. Acesso em 09 de setembro de 2018.

ANDRADE, R. G.; RAUPP, F. M. **Transparência do Legislativo Local à Luz da Lei de Acesso à Informação: Evidências Empíricas a Partir dos Maiores Municípios Brasileiros.** *Desenvolvimento em Questão*, v. 15, n. 41, p. 85-130, 2017. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/47203/transparencia-do-legislativo-local--a-luz-da-lei-de-acesso-a-informacao--evidencias-empiricas-a-partir-dos-maiores-municipios-brasileiros-/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ANDRADE, R. G.; RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. **Em Busca da Transparência Ativa em Câmaras: Uma Investigação nos Maiores Municípios Brasileira.** *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 10, n. 1, p. 3-20, 2017. Disponível em:

<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/44873/em-busca-da-transparencia-ativa-em-camaras--uma-investigacao-nos-maiores-municipios-brasileira/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ANDRIEȘ, A. M.; NISTOR, S.; SPRINCEAN, N. **The Impact of Central Bank Transparency on Systemic Risk. Evidence from Central and Eastern Europe.** *Research in International Business and Finance*, 2018. Disponível em: <

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0275531917308735>>. Acesso em: 14 de fev. 2019.

ANGÉLICO, F. **Lei de Acesso à Informação pública e seus possíveis desdobramentos à accountability democrática no Brasil**. 132 f. Dissertação (Mestrado) –Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Curso de Administração, São Paulo, 2012.

ARAIBAR-DIEZ, E., ODRIÓZOLA, M. D., FERNÁNDEZ, J. L. A survey of transparency: An intrinsic aspect of business strategy. **Business Strategy and the Environment**, nº. 26 v.4, p. 480-489, 2017.

ARAKAKI, C. **O governo eletrônico como instrumento de aproximação do governo e o cidadão**. 2008. Dissertação - Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ARAÚJO, L. D. R., SOUZA, J. F de. Aumentando a transparência do governo por meio da transformação de dados governamentais abertos em dados ligados. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, nº. 10 v. 1, 2011.

ARAÚJO, J. F. F. E.; TEJEDO R., F. Local government transparency index: determinants of municipalities' rankings. **International Journal of Public Sector Management**, v. 29, nº. 4, p. 327-347, 2016.

ARAÚJO, R. M.; CAPPELLI, C. A.; LEITE, J. C. S. P. A importância de um Modelo de Estágios para avaliar Transparência. **Revista TCMRJ**, setembro, nº. 45, p. 97, 2010.

ARMSTRONG, Elia. Integrity, transparency and accountability in public administration: Recent trends, regional and international developments and emerging issues. United Nations: **Department of Economic and Social Affairs**, p. 1-10, 2005.

ARROWSMITH, S., LINARELLI, J., WALLACE, D. **Regulating public procurement: National and international perspectives**. The Hague: Kluwer Law International, 2000.

ARRUDA, A. F.; TELES, J. S. A importância do controle social na fiscalização dos gastos públicos. **Revista Razão Contábil & Finanças**, v. 1, n. 1, 2010.

BAIRRAL, M. A. C.; SILVA, A. H. C.; ALVES, F. J. D. S. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Revista de Administração Pública**, v. 49, nº. 3, p. 643-675, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/35160/transparência-no-setor-publico--uma-análise-dos-relatorios-de-gestao-anuais-de-entidades-publicas-federais-no-ano-de-2010-/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BARAIBAR-DIEZ, E.; SOTORRÍO, L. L. O efeito mediador da transparência na relação entre responsabilidade social corporativa e reputação corporativa. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 20, nº. 01, p. 05-21, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-48922018000100005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 09 de setembro de 2018.

BARBALHO, F. A.; MEDEIROS, J. J. Transparência e legitimação de objetivos institucionais em empresas estatais: um estudo de caso sobre a Petrobras. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, Edição Especial, p. 469-469, 2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/31889/transparência-e-legitimacao-de-objetivos-institucionais-em-empresas-estatais--um-estudo-de-caso-sobre-a-petrobras/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BARBOSA, A. F. (Coord.). **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil: TIC Governo Eletrônico – 2010**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet, 2010. Disponível em: Acesso em: 20 abr. 2018.

BARROS, M. V. G.; REIS, R. S. **Análise de dados em atividade física e saúde: demonstrando a utilização do SPSS**. Londrina: Midiograf, 2003.

BEGHIN, N. ZIGONE, C. **Avaliando os websites de transparência orçamentária nacionais e subnacionais e medindo impactos de dados abertos sobre direitos humanos no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream>>. Acesso em: 14 de fev. de 2019.

BENEDITTO, E. D. A., SOUSA DA SILVA, R. N. Análise do Nível de Transparência das Instituições Financeiras Brasileiras em Relação ao Acordo com o Novo Acordo de Capitais (Basiléia II) -Um estudo de caso múltiplo. **BBR-Brazilian Business Review**, nº 5 v. 3, 2008.

BENEVIDES, M. V. **A cidadania ativa**. São Paulo: Ática, 1991.

BENNIS, W. G., GOLEMAN, D., O'TOOLE, J., BIEDERMAN, P. W. **Transparência: como criar uma cultura de valores essenciais nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BERTOT, J. C.; JAEGER, P. T.; GRIMES, J. M. Using ICTs to create a culture of transparency: E-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies. **Government information quarterly**, v. 27, nº. 3, p. 264-271, 2010.

BERNARDO, J. S.; REIS, A. O.; SEDIYAMA, G. A. S. Características Explicativas do Nível de Transparência na Administração Pública Municipal. **Revista Ciências Administrativas**, v. 23, nº. 2, p. 277-292, 2017. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/45640/caracteristicas-explicativas-do-nível-de-transparência-na-administracao-publica-municipal-i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BENESCH, C.; BÜTLER, M.; HOFER, K. Transparency in parliamentary voting. **Journal of Public Economics**, 2018.

BLOMQUIST, T., MÜLLER, R. Practices, roles, and responsibilities of middle managers in program and portfolio management. **Proj. Manag. J.** nº. 37 v.1, p. 52–66, 2006.

BOAVENTURA, J. M. G.; CARDOSO, F. R.; SILVA, E. S.; SILVA, R. S. Teoria dos *Stakeholders* e Teoria da Firma: um estudo sobre a hierarquização das funções objetivo em

empresas brasileiras. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 11, no. 32, p. 289-307, jul/set, 2009.

BOLÍVAR, M. Pedro Rodríguez. **Smart Technologies for Smart Governments**. Springer, 2018.

BOURNARIS, T. *et al.* Measuring Users Satisfaction of an e-Government portal. **Procedia Technology**, v. 8, p. 371-377, 2013.

BORDIGNON, M.; MINELLI, E. Rules transparency and political accountability. **Journal of Public Economics**, v. 80, n. 1, p. 73-98, 2001.

BORGES, J. **Inclusão digital e governo eletrônico: conceitos ligados pelo acesso à informação**. 212f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

BOTOSAN, C. A. Disclosure level and the cost of equity capital. **Accounting review**, p. 323-349, 1997. Disponível em:
https://www.jstor.org/stable/248475?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 23 de fev. 2019

BRAGA, L. V., GOMES, R. C. Participação Eletrônica, Efetividade Governamental e Accountability. **Revista do Serviço Público**, nº 69 v. 1, p. 111-144, 2018.

BRAGA, M. V. de A. **A auditoria governamental como instrumento de promoção da transparência**. 2011.

BRANDÃO, I. R. **Afetividade e participação na metrópole: Uma reflexão sobre os dirigentes de ONGs da cidade de Fortaleza**. 2008. 220 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e da outra providencias. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de maio de 2000. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>Acesso em: 20 de mai. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.755** de 16 de novembro de 1998. Dispõe sobre a criação de homepage na Internet, pelo tribunal de Contas da União, para a divulgação dos dados e informações que especifica, e das outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 dez. 1998. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19755.htm>Acesso em: 20 de mai. de 2018.

_____. Ministério da Fazenda. **Portaria MF nº 203**, de 14 de maio de 2012. Brasília, 2012a. Disponível em <
<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Portarias/2012/MinisteriodaFazenda/portmf203.htm>>. Acesso em 10 jun. 2018.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 7.675**, de 20 jan. 2012. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo de cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Brasília, 2012b. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7675.htm>. Acesso em 10 jun. 2018.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Departamento de Governo Eletrônico; Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais. **Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. Brasília: SLTI, 2011b. Disponível em <<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/e-mag-3.0/download>>. Acesso 29 dez. 2017.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa RFB nº 1.077**, de 29 de outubro de 2010. Brasília, 2010a, disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2010/in10772010.htm>>. Acesso em 17 jun. 2017.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Departamento de Governo Eletrônico. **Padrões Brasil e- Gov: cartilha de usabilidade**. Brasília, 2010b.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Departamento de Governo Eletrônico. **Padrões Brasil e- Gov: guia de administração**. Brasília, 2009a.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa RFB nº 969**, de 21 de outubro de 2009. Brasília, 2009b. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2009/in9692009.htm>>. Acesso em 17 jun. 2018.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa RFB nº 823**, de 13 de fevereiro de 2008. Brasília, 2008. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2008/in8232008.htm>>. Acesso em 17 jun. 2018.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Departamento de Governo Eletrônico. **Indicadores e Métricas para avaliação de e-Serviços**. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. **10 anos na internet**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/10anos/linhatempo/default.htm>>. Acesso em 6 nov. 2017.

_____. Código Civil Brasileiro. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Brasília, 2002b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em 17 jun. 2018.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília, 2000.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. **A Receita Federal na Internet**. Brasília, 1997.

_____. **Decreto-Lei nº 9.295**, de 27 de maio de 1946. Brasília, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm>. Acesso em 17 jun. 2018.

BRESSER PEREIRA, L. C. Cidadania e res publica: a emergência dos direitos republicanos. **Revista de Filosofia Política**, v. 1, p. 99-144, 1997.

BRINK, E., A., T., ÁDÁM, D., FELLER, R., HENSELEK, Y., HOFFMANN, A., WAMSLER, C. (2016). Cascades of green: a review of ecosystem-based adaptation in urban areas. **Global Environmental Change**, 36, 111–123. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.gloenvcha>. Acesso em: 20 de mar. 2018.

BROOKS, C. **Introductory Econometrics for Finance**. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

BUEREN, I. M.; STAROSKY FILHO, L.; KRESPI, N. T. Folga organizacional versus desempenho financeiro: Um estudo nas empresas da BM & FBovespa. **Contaduría y administración**, v. 59, n. 2, p. 145-177, 2014.

BUIJZE, A. The Six Faces of Transparency. **Utrecht Law Review**, v. 9, n. 3, p. 3- 25, 2013.

BUSHMAN, R. M., PIOTROSKI, J. D., SMITH, A. J. **What determines corporate transparency journal of accounting research**, nº. 42 v.2, p. 207–252, 2003.

CALEFFI, C. F. **Entre a transparência e o segredo: análise da transparência e do acesso à informação nos portais das assembleias legislativas brasileiras**. 2016. 166 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.

CALEFFI, C. F., RAUPP, F. M. Avaliação da Transparência Fiscal e do Acesso à Informação nas Assembleias Legislativas Brasileiras. **Meta: Avaliação**, nº 9 v. 26, p.360-386, 2017.

CAMPAGNONI, M.; CARVALHO, R. D.; LYRIO, M. V. L.; LUNKES, R. J.; ROSA, F. S. Transparência no Poder Legislativo Municipal: uma Análise dos Portais Eletrônicos das Câmaras de Vereadores das Capitais Brasileiras. **Revista Gestão Organizacional**, v. 9, n. 1, p. 21-42, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/42413/transparencia-no-poder-legislativo-municipal--uma-analise-dos-portais-eletronicos-das-camaras-de-vereadores-das-capitais-brasileiras-/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CAMPOS, I. M. S.; DE MORAIS M. J. W.; DE MELO M. S. M. Comunidade de prática (CoP) e aprendizagem organizacional no contexto da gestão de pessoas na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Navus -**Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 8, n. 2, p. 17-26, 2018.

CAPPELLI, C. **Uma Abordagem para Transparência em Processos Organizacionais Utilizando Aspectos**. 2009. 328p. 2009. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado–

Departamento de Informática, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CARDOSO, R. L.; RICCIO, É. L.; MENDONÇA NETO, O. R.; MANTOVANI, F. A. evolução recente da transparência dos fatores de risco nas informações contábeis: uma análise de empresas brasileiras de telecomunicações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, **EnANPAD**, 2003; Atibaia, Anais... Atibaia, 2003, CD-ROM, CCG 811.

CARLOS, F. A., DE GUSMÃO LOPES, J. E., PEDERNEIRAS, M. M. M., MACÊDO, J. M. A., AMARO, R. G., & RIBEIRO FILHO, J. F. Uma discussão sobre a criação de indicadores de transparência na gestão pública federal como suporte ao ciclo da política pública. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, nº 13 v. 2, 2008.

CARVALHO, J. M. de. Cidadania no Brasil. O longo caminho. 5ª ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2004.

CARNEIRO, C. B. L. **Governança e Accountability: algumas notas introdutórias**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. Texto para discussão, nº.13.

CASALECCHI, A. R.; DE OLIVEIRA, E. M. As auditorias da CGU e a transparência licitatória dos municípios paulistas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 56, 2010.

CASALI, C. J. L. **Portal Transparência Bahia: um passo para a construção de um estado mais transparente**. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em Desenvolvimento e Gestão Social) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

CEPIK, M. A. C. **A política da cooperação espacial chinesa: contexto estratégico e alcance internacional**. Revista de sociologia e política. Curitiba. Vol. 19, supl. 1 (nov. 2011), p. 81-104, 2011.

CERRILLO-I-MARTÍNEZ, A. **The regulation of diffusion of public sector information via electronic means: Lessons from the Spanish regulation**. **Government Information Quarterly**, v. 28, nº. 2, p. 188-199, 2011.

CHIA, Y. M.; KOH, H. C. **Organizational culture and the adoption of management accounting practices in the public sector: A Singapore study**. **Financial Accountability & Management**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 189-213, 2007.

CHRISTENSEN, L. T., CHENEY, G. Peering into transparency: Challenging ideals, proxies, and organizational practices. **Communication Theory**, 2015. <http://dx.doi.org/10.1111/comt.12052>.

CHRISTENSEN, L. T.; CORNELISSEN, J. Organizational transparency as myth and metaphor. **European Journal of Social Theory**, v. 18, nº. 2, p. 132-149, 2015. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1368431014555256>>. Acesso em: 20 de fev. 2019.

CLARKSON, M. E. *A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance*. **Academy of Management Review**, n° 20 v. 1, p. 92-117, 1995.

COLLADO, J. M. Gestão documental en un marco de transparência y reutilización de la información, In: Lligall, **revista catalana d'arxivística**, v. 38, 2015. Disponível em: <<https://revistasonline.inap.es/index.php?journal=GAPP&page=article&op=view&path%5B%5D=10515>>. Acesso em: 20 de fev. de 2019.

COMIN, D., RAMOS, F. M., ZUCCHI, C., FAVRETTO, J., FACHI, C. C. P. A transparência ativa nos municípios de Santa Catarina: avaliação do índice de atendimento à lei de acesso à informação e suas determinantes. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, 15 n° 46, 24-34, 2016.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise Multivariada**: para Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 568 p.

COSTA, G. M.; JÚNIOR, A. E. X.; RÊGO, T. DE F. Nível de Transparência dos Municípios de Médio Porte Brasileiros: Um Estudo Sobre a Influência dos Indicadores Socioeconômicos e Demográficos. In: **XV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**. São Paulo. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/Anais2018/ArtigosDownload/1259.pdf>. Acesso em: 10 de fev. 2019.

CRAFT, S., HEIM, K. **In the interest of full disclosure**: Transparency at The New York Times. In: International Communication Association conference. 2008.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. S. Transparência na elaboração, execução e prestação de contas do orçamento municipal: um estudo em um município brasileiro. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 13, n° 2, p.1-14, maio/ago. 2008.

CRUZ, C. F.; SILVA, L. M.; SANTOS, R. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 3, 2010.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. S.; SILVA, L. M.; MACEDO, M. A. S. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n° 1, p. 153-176, 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/6962/transparencia-da-gestao-publica-municipal--um-estudo-a-partir-dos-portais-eletronicos-dos-maiores-municipios-brasileiros/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CRUZ, N. F.; TAVARES, A. F.; MARQUES, R. C.; JORGE, S.; SOUSA, L. Measuring Local Government Transparency. **Public Management Review**, v. 18, n° 6, p. 866-893, 2015.

CULAU, A. A.; FORTIS, M. F. Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade

Fiscal. In: **Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, 11. Cidade da Guatemala, 2006.

DASH, S.; PANI, S. E-Governance Paradigm Using Cloud Infrastructure: Benefits and Challenges. **Procedia Computer Science**, v. 85, p. 843-855, 2016.

DA SILVA, D. B. **Transparência na esfera pública interconectada**. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em Processos Midiáticos: Tecnologia e Mercado. Faculdade Cásper Líbero, São Paulo.

DA SILVA, L. J. **Transparência pública: análise sobre as práticas dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia**. 2017. Dissertação de Mestrado. Brasil. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23212>>. Acesso em: 07 de julho de 2018.

DE GOOYERT, V., ROUWETTE, E., VAN KRANENBURG, H., FREEMAN, E. Reviewing the role of stakeholders in operational research: A stakeholder theory perspective. **European Journal of Operational Research**, 262(2), 402-410, 2017.

DE MENDONÇA, H.F. SIMÃO FILHO, J. 'Transparência do Banco Central e Mercado Financeiro: evidências para o caso brasileiro', **Revista Brasileira de Finanças**, Vol. 9, p.51-67, 2011.

DE MINGO, A. C. CERRILLO-I-MARTÍNEZ, A. Improving records management to promote transparency and prevent corruption. **International Journal of Information Management**, v. 38, n°. 1, p. 256-261, 2018.

DE OLIVEIRA, J. M.; DE BARROS, B. M.; GROHMANN, M. Z. Avaliando a efetividade do portal eletrônico de uma instituição federal de ensino. **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 6, n°. 3, p. 65-85, 2017.

DE OLIVEIRA JÚNIOR, T. M.; DA SILVA J. C.; JUNIOR, J. de L. P. C. Transparência, monitoramento e avaliação de programas no Brasil: em busca de opacidades que podem restringir o exercício do controle social. **Revista do Serviço Público**, v. 65, n°. 1, p. 25-47, 2014.

DE QUEIROZ, D. B., NOBRE, F. C., DA SILVA, W. V., ARAÚJO, A. O. Transparência dos municípios do Rio Grande do Norte: avaliação da relação entre o nível de disclosure, tamanho e características socioeconômicas. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, 1(2), 38-51, 2013.

DIEHL, A. A., TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. Pearson Brasil. São Paulo: Prentice Hall, 2004. Disponível em: <http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/1463>. Acesso em 05 de ago. de 2018.

DINIZ, E. H., BARBOSA, A. F., JUNQUEIRA, A. R. B., PRADO, O. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n°. 1, p. 23-48, 2009.

- DINIZ, A. P. C. **Bem-estar financeiro: uma análise multifatorial do comportamento maranhense.** 2013.
- DUBBINK, W., GRAAFLAND, J., VAN LIEDEKERKE, L. CSR, Transparency and the role of intermediate organisations. **Journal of Business Ethics**, 82 v. 2, 391-406, 2008.
- DYRBERG, P. El acceso público a los documentos y las autoridades comunitarias. In: **Revista Española de Derecho Comunitario.** 1997. Disponível em: <http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/revistaselectronicas>. Acesso em: 20 de mar. 2018.
- ENDLER, A. M. Governo eletrônico: a internet como ferramenta de gestão dos serviços públicos, **REAd**, Ed. 14, v. 6, nº. 2, mar./abr. 2000. Disponível em: <<http://read.adm.ufrgs.br/read14/artigo/artigo1.htm>>. Acesso em: 22 maio 2011.
- EVANS, D., YEN, D. C. E-Government: Evolving relationship of citizens and government, domestic, and international development. **Government Information Quarterly**, 23 v. 2, 207–235, 2006.
- FERNANDES, A. G.; AFONSO, J. R. R. e-Governo no Brasil: Experiências e Perspectivas, **Revista do BNDES**, v. 8, nº. 15, p. 21-64, jun. 2001.
- FERNANDES, C. C. **Maturidade do Governo Eletrônico: análise de experiências estaduais.** Projeto de Pesquisa apresentado à disciplina de Doutorado Gestão Estratégica da Informação. São Paulo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV, 2006.
- FERNÁNDEZ, M. de J.C. SÁNCHEZ, N.M. **Consideraciones del proceso de formación ciudadana del estudiante universitario.** La singularidade de su dinámica desde la actividade sociopolítica. *Ciência em SU*. PC: v.3, nº.3, jul-set, 2012.
- FERREIRA, L. F.; SILVA, M. W. Evidenciação da Contabilidade ambiental: uma análise da transparência das demonstrações contábeis de empresas nacionais do setor siderúrgico. **Revista catarinense da ciência contábil.** Florianópolis. p. 19 – 34, Dez. 2006.
- FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS-2.** Bookman. Editora, 2009.
- FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, W.J.L. dos. Transparência e controle social na administração pública. **Revista Temas de Administração Pública**, Araraquara, v. 8, nº. 1, p. 1-20, 2013. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6327/4715>>. Acesso em: 3 jul. 2018.
- FILGUEIRAS S. F.; RAMMELT S. J. F. Estratégias de responsabilidade social e esfera pública: um debate sobre stakeholders e dimensões sociopolíticas de ações empresariais. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 45, nº. 2, 2011.
- FLACH, A. **Os Cursos de Formação de Professores no Instituto Federal Do Rio Grande Do Sul:** Algumas Considerações Iniciais. IX ANPED Sul, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. IFRS/Unisinos.

- FORZA, C. *Survey research in operations management: a process-based perspective international*. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 22, nº. 2, p. 152-194, 2002.
- FOUNTAIN, J. E. **Building the virtual state**: information, technology and institutional change. Washington, D.C: Bookings Institution Press, 2001.
- FRADE, M. A. F. Mídia e cidadania. **Informação & Sociedade**, v. 12, nº. 1, 2002.
- FREITAS, H. M. R. de; CUNHA JÚNIOR, M. V. M. da; MOSCAROLA, J. Aplicação de sistema de software para auxílio na análise de conteúdo. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 32, nº. 3, 1997.
- FROOMAN, J. Stakeholder influence strategies. **Academy of management review**, v. 24, n. 2, p. 191-205, 1999.
- FUENTE, J. A., GARCÍA-SÁNCHEZ, I. M., LOZANO, M. B. The role of the board of directors in the adoption of GRI guidelines for the disclosure of CSR information°. **Journal of Cleaner Production**, 141, 737-750, 2017.
- FUGINI, M. G., MAGGIOLINI, P., PAGAMICI, B. Por que é difícil fazer o verdadeiro “Governo Eletrônico”, **Revista Produção**, v. 15, nº. 3, p. 300-309, Set./Dez. 2005.
- FUNG, A.; GRAHAM, M.; WEIL D. **Full Disclosure**: The Perils and Promise of Transparency. Cambridge University Press, Londres, UK 2007.
- FUNG, A. Infotopia: Unleashing the Democratic Power of Transparency. **Politics & Society**. v. 41, nº. 2, p. 183-212, 2013.
- FURTADO, U.; JACINTO, K. e-gov e sua importância na desburocratização administração pública. **Holos**, v. 5, 2010.
- FREUND, J. E. **Estatística aplicada**: economia, administração e contabilidade. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 536 p.
- FREEMAN, R. E., HARRISON, J. S., WICKS, A. C. Managing for *stakeholders*: Survival, reputation, and success. **New Haven & London**: Yale University Press, 2007.
- FREY, M. R.; MARCUZZO, J. L.; OLIVEIRA, C. de. O Balanço Social como Ferramenta de Transparência para o Setor Público Municipal. **Revista Universo Contábil**, v. 4, n. 2, p. 75-92, abr./jun. Blumenau-SC, 2008.
- GALINDO, L. The power of accountability. **Leader to Leader**, v. 2010, nº. 56, p. 17-20, 2010.
- GAMA, J. R.; RODRIGUES, G. M. Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras. **Transformação**, v. 28, nº. 1, 2016.

GANT, J.; TURNER-LEE, N. Government transparency: Six strategies for more open and participatory government. **Washington: The Aspen Institute**, 2011.

GARDINER, S. M.; FRAGNIÈRE, A. The tollgate principles for the governance of geoengineering: Moving beyond the oxford principles to an ethically more robust approach. **Ethics, Policy & Environment**, v. 21, n.º 2, p. 143-174, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21550085.2018.1509472>. Acesso em: 26 de fev. 2019.

GHAYOUR, B.S., MEYSAM D. A Dialectic Model of Development of Stakeholders' Theory and Corporate Governance: from Hume Utilitarianism to Aristotelian Virtue Ethics, **International Journal of Financial Research**, Vol. 3, n.º 2; April 2012.

GIL G., J. R., MARTINEZ M., I. J. Understanding the evolution of e-government: The influence of systems of rules on public sector dynamics. **Government Information Quarterly**, n.º 24 v. 2, p. 266–290, 2007.

GOMES, R. C., GOMES, L. D. O. M. In search of a stakeholder management theory for third sector organizations. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 18(1), 43-60, 2015.

GRANADOS, N., GUPTA, A., & KAUFFMAN, R. J. Research commentary—information transparency in business-to-consumer markets: concepts, framework, and research agenda. **Information Systems Research**, n.º 21 v. 2, p. 207–226, 2010.

GRIMMELIKHUIJSEN, S. G.; WELCH, E. W. Developing and Testing a Theoretical Framework for Computer-Mediated Transparency of Local Governments. **Public Administration Review**. [S.l.], v. 72, n.º 4, p. 562–571, Jul./Aug. 2012.

GRIMMELIKHUIJSEN, S.; KLIJN, A. The effects of judicial transparency on public trust: evidence from a field experiment. **Public Administration Review**, [S.l.], v. 93, n.º 4, p. 995-1011, Dec. 2015.

GRUMAN, M. Lei de acesso à informação: notas e um breve exemplo. **Revista debates**, v. 6, n.º 3, p. 97, 2012.

GUERRA, E. M. **Os Controles Externo e Interno da Administração Pública e os Tribunais de Contas**. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

HAGE, J. **O governo Lula e o combate à corrupção**. 1 ed, São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2010.

HAIR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HALKOS, G. E.; TZEREMES, N. G. Public sector transparency and countries' environmental performance: A nonparametric analysis. **Resource and Energy Economics**, v. 38, p. 19-37, 2014.

HANNA, R. C.; LEMON, K. N.; SMITH, G. E. Is transparency a good thing? How online price transparency and variability can benefit firms and influence consumer decision making. **Business Horizons**, 2018. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0007681318301915>>. Acesso em: 14 de fev. de 2019.

HARRISON, T. M., GUERRERO, S., BURKE, G.B., COOK, M., CRESSWELL, A., HELBIG, N., HRDINOVA, J. PARDO, T. Open government and e-government: Democratic challenges from a public value perspective. **Information Polity**, 17(2), 83-97, 2012.

HARRISON, T. M., SAYOGO, D. S. Transparency, participation, and accountability practices in open government: A comparative study. **Government Information Quarterly**, 31(4), 513-525, 2014.

HEALD, D. A. Varieties of transparency. In: *Transparency: The Key to Better Governance? Proceedings of the British Academy* 135. Oxford University Press, 2006.

HEATH, J., NORMAN, W. Stakeholder theory, corporate governance and public management: what can the history of state-run enterprises teach us in the post-Enron era? **Journal of business ethics**, v. 53, n.º 3, p. 247-265, 2004. Disponível: <https://link.springer.com/article/10.1023/B:BUSI.0000039418.75103.ed>. Acesso em: 20 de mar. 2018.

HEEKS, R. **Implementing and Managing eGovernment: An International Text**. SAGE Publications, 2006. Disponível em: <<https://us.sagepub.com/en-us/sam/implementing-and-managing-egovernment/book210590>>. Acesso em: 09 de set. de 2018.

HEINEN, J. **Comentários à Lei de Acesso à Informação**. Lei 12.527/2011. Belo Horizonte: Fórum, 2014, p. 14.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, p. 277-297, 1999.

HESS, D. **Social reporting and new governance regulation: The prospects of achieving corporate accountability through transparency**. *Business Ethics Quarterly*, [S.l.], v. 17, n.º 03, p. 453-476, 2007.

HUQUE, A. S. **Does ideology matter? Incentive, efficiency and management in the public sector**. *International Journal of Public Administration*, [S.l.], v. 32, n.º 11, p. 929-950, 2009.

HERAWATY, M., HOQUE, Z. Disclosure in the annual reports of Australian government departments: a research note. **Journal of Accounting & Organizational Change**, v. 3 n.º 2, 147-168, 2007.

HERNÁNDEZ, A. M. L. The transparency of government financial information systems in Arab countries: Evidence from Palestine. **Journal Accounting Business and Management-International**, v. 20, n.º. 2, 2013.

HOCH, P. A.; RIGUI, L. M.; SILVA, R. L. Desafios à concretização da transparência ativa na internet, à luz da lei de acesso à informação pública: análise dos portais dos tribunais regionais federais. **Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global**, Santa Maria, v. 1, n.º. 2, p.257-286, jul/dez. 2012.

HOLLAND, D., KRAUSE, A., PROVENCHER, J., & SELTZER, T. Transparency tested: The influence of message features on public perceptions of organizational transparency. **Public Relations Review**, n.º 44 v. 2, p. 256-264, 2018.

HOLZER, M, KIM, S-T. **Digital governance in municipalities worldwide: a longitudinal assessment of municipal website throughout the world**. Division for Public Administration and Development Management Department of Economic and Social Affairs, United Nations, 2005.

HOLZNER, B.; HOLZNER, L. “**Transparency in Global Change: the Vanguard of the Open Society**”. 1ed. University of Pittsburgh Press. 2006.

HOOD, C.; HEALD, D. Transparency: The key to better governance? **Oxford University Press for The British Academy**, 2006.

HOSSEINI, M., SHAHRI, A., PHALP, K. ALI, R. Engineering transparency requirements: A modelling and analysis framework. **Information Systems**, v. 74, p. 3-22, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0306437916305282>. Acesso em: 09 de set. de 2018.

ICERMAN, R.C.; SINASON, D.H. Government accountability to the public: the dynamics of accountability in the U.S. **Public Fund Digest**, v. VII, n.º.1, p.64-80, 1996.

IFRS. CONSUP. Conselho Superior do IFRS. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 - 2018, aprovado pela Resolução n.º 117, de 16 de dezembro de 2014. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/documentos/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2014-2018>> Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. CONSUP. Projeto Pedagógico Institucional. Disponível em: <<https://arquivo.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=308>>. Acesso em 15 de fev. 2018.

_____. CONSUP. Resolução n.º 44 de 27 de maio de 2014. Aprova as alterações no Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://arquivo.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=308>>. Acesso em 24 jan. 2018.

_____. CONSUP. Regimento Geral do IFRS. Aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme Resolução no 064 de 23 de junho de 2010 e alterado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme Resoluções n.º 79 e 80 de 22 de outubro de 2013, e Resolução n.º 007, de 28 de março de 2017. Bento Gonçalves: 2017.

_____. CONSUP. Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande Do Sul (IFRS). Aprovada pela Resolução nº 086, de 03 de dezembro de 2013. Disponível em:
<<https://arquivo.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=308>> Acesso em 25 ago. 2018.

_____. CONSUP. Organização Didática do IFRS. Aprovada pela Resolução nº 046, de 08 de maio de 2015. Disponível em: <<https://arquivo.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=308>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JAIN, S. S.; JAIN, S. P. Power distance belief and preference for transparency. **Journal of Business Research**, v. 89, p. 135-142, 2018. Disponível em:
<<https://www.sciencedirect.com/search?q=transparency&authors=jain&show=25&sortBy=relevance>>. Acesso em: 09 de set. de 2018.

JAHNS, F. T.; RAUPP, F. M. **Transparência do Poder Executivo dos Estados Brasileiros**. Revista Universo Contábil, v. 12, nº. 3, p. 65-72, 2016. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/42781/transpar%C3%AAncia-do-poder-executivo-dos-estados-brasileiros/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

JAHNS, F. T.; RAUPP, F. M. Transparência do Poder Executivo dos Estados Brasileiros. **Revista Universo Contábil**, v. 12, nº. 3, p. 65-72, 2016.

JARDIM, J. M. **Arquivos, transparência do Estado e capacidade governativa na sociedade da informação**. Buscalegis, América do Norte, 07 nov. 2006. Disponível em:
Acesso em: 20 jul.2018.

JEHIEL, P. On transparency in organizations. **The Review of Economic Studies**, v. 82, n. 2, p. 736-761, 2014.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics**, v. 3, nº. 4, p. 305-360, 1976.

JENSEN, M. RH; MARSHALL, Beverly B.; PUGH, W. N. Does quantity reflect quality? Financial disclosure size and future performance. **Managerial Finance**, v. 32, nº. 1, p. 39-50, 2006.

KANAANE, R.; FIEL FILHO, A.F.; FERREIRA, M. **Gestão pública estratégica e a visão do futuro**. Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.

KARTAL, M.; TREMEWAN, J. An offer you can refuse: the effect of transparency with endogenous conflict of interest. **Journal of Public Economics**, v. 161, p. 44-55, 2018.

KAUFMANN, D., BELLVER, A. **Transparencing transparency: Initial empirics and policy applications**.2005. Disponível em: <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/8188/>. Acesso em: 30 mar. 2018.

KAWAGUTI, C. N. **e-gov e as políticas de lazer: análise dos projetos da Rede CEDES - Ministério do Esporte**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias). Unesp, Rio Claro, 2013

KELLY, L. D. Transparency Laws and Compliance: Implications for Board Members. **Journal of Nursing Regulation**, v. 9, nº. 1, p. 19-22, 2018.

KEUNECKE, L. P.; TELES, J.; FLACH, L. Práticas de Accountability: uma análise do índice de transparência nos municípios mais populosos de Santa Catarina. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 8, nº. 16, p. 153-174, 2011.

KHADJAVI, M.; LANGE, A.; NICKLISCH, A. How transparency may corrupt experimental evidence from asymmetric public goods games. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 142, p. 468-481, 2017.

KIM, P. S., HALLIGAN, J., CHO, N., OH, C. H., EIKENBERRY, A. M. Toward participatory and transparent governance: Report on the sixth global forum on reinventing government. *Public Administration Review*, v.65 nº 6, p. 646-654, 2005.

KLEIN, C. R.; FREIRE, F. S. Uma análise comparativa dos Indicadores de Transparência aplicados no Brasil. In XVI CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE E AUDITORIA – 2017, Aveiro, Portugal. **Anais**. Aveiro: ISCA/Universidade de Aveiro, 2017. Disponível em: https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica/ finais_site/69.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

KLEIN, R. H.; L., E. M.; MACADAR, M. A. Grau de Transparência de Dados Abertos Governamentais do Site dados.rs.gov.br. **Revista Economia & Gestão**, v. 15, nº. 41, p. 256-285, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/39353/grau-de-transparência-de-dados-abertos-governamentais-do-site-dados-rs-gov-br---/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

KLEIN, C. R. **Transparência da gestão pública das autarquias federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação-MEC**. Dissertação. 2018. Disponível em: <http://ppgcont.unb.br/images/Dissertacoes/29_Transparência-da-gestao-publica-das-autarquias-federais-de-ensino-vinculadas-ao-Ministerio-da-Educacao-MEC_Carla-Regina_Klein.pdf > Acesso em: 12 de ago. 2018.

KOPPELL, J. Pathologies of accountability: ICANN and the challenge o “multiple accountability disorder”. **Public Administration Review**. 65, nº. 1, p. 94-108, 2005.

KREUTZ, R. R.; SANTOS, C. H. S. Transparência em Projetos Públicos: o Caso das Obras de Mobilidade Urbana da Cidade de Porto Alegre. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 17, nº. 1, p. 107-125, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/42288/transparência-em-projetos-publicos--o-caso-das-obras-de-mobilidade-urbana-da-cidade-de-porto-alegre--/i/pt-br>>. Acesso em: 26 de fev. de 2019.

- KUMAR, V., MUKERJI, B., BUTT, I., PERSAUD, A. Factors for successful e-government adoption: A conceptual framework. **Electronic Journal of E-government**, v. 5, n.º. 1, p. 63 – 76, 2007.
- KUNDELIENE, K., LEITONIENE, S. Business information transparency: Causes and evaluation possibilities. **Procedia Social and behavioral sciences**, 213 (20th international scientific conference economics and management 2015 (ICEM-2015)), 340–344. <http://dx.doi.org/10.1016/j.sbspro>.
- LADEIRA, D. L. **Teoria dos stakeholders no contexto da governança 2009 corporativa: um estudo de caso**. 2009. 104 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica das Organizações) -Universidade FUMEC. Faculdade de Ciências Empresariais, Belo Horizonte, 2009.
- LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 2001.
- LANGNER, A.; ZULIANI, C. **Os desafios para o desenvolvimento do governo eletrônico e a necessidade da segurança da informação**. Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2015. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13141>>. Acesso em: 09 de set. de 2018.
- LAUD, R. L. SCHEPERS, D. H. Beyond transparency: Information overload and a model for intelligibility. **Business & Society Review** (00453609), 114(3), 365–391, 2009.
- LECHAKOSKI, R. M; TSUNODA, D. F. **Proposta de um modelo de maturidade para sítios de governo eletrônico**. AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento, v. 4, n.º. 1, p. 43-54, 2015. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/atoz/article/view/42319/26142>>. Acesso em: 25 jun. 2016.
- LEITE FILHO, G. A., COLARES, A. F. V., ANDRADE, I. C. F. Transparência da Gestão Fiscal Pública: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado de Minas Gerais. **Contabilidade Vista & Revista**, n.º 26 v.2, 114-136, 2015.
- LESTER, P., B., J. A., DAL-RI MURCIA, F. Transparência e Governança na Área Pública: Uma Análise da Qualificação Econômica e Financeira das Empresas Licitantes do Estado de Santa Catarina. **REAd-Revista Eletrônica de Administração**, n.º 15 v. 3.
- LIMA, C. H. S.; CRUZ, A. P. C.; MACHADO, D. G.; QUINTANA, A. C. Portal da transparência: um estudo comparativo entre os municípios de porto alegre e pelotas. Contexto - **Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v. 15, n.º. 30, p. 94-110, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/47772/portal-da-transparencia--um-estudo-comparativo-entre-os-municipios-de-porto-alegre-e-pelotas/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- LINDSTEDT, C.; NAURIN, D. Transparency is not enough: Making transparency effective in reducing corruption. **International political science review**, v. 31, n.º. 3, p. 301-322, 2010.

LIU, N., LAING, E., CAO, Y., ZHANG, X. Institutional ownership and corporate transparency in China. **Finance Research Letters**, v. 24, p. 328-336, 2018.

LLOYD, R. Promoting global accountability: the experiences of the global accountability project. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**, [S.l.], v. 14, n.º. 3, p. 273-281, 2008.

LOCKWOOD, M., DAVIDSON, J., CURTIS, A., STRATFORD, E., e GRIFFITH, R. **Governance principles for natural resource management. Society & Natural Resources**, n.º 23 v. 10, 986–1001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/08941920802178214>. Acesso em: 08 de abr. 2018.

LOUREIRO, M. R., TEIXEIRA, M. A. C., PRADO, O. Construção de instituições democráticas no Brasil contemporâneo: transparência das contas públicas. **Organizações & Sociedade**, n.º. 15 v. 47, 2008.

LYRIO, M. V. L., BROTTI, V., ENSSLIN, S. R., ENSSLIN, L. Proposta de um modelo para avaliar o grau de transparência das demonstrações financeiras publicadas por uma Instituição Pública de Ensino Superior Brasileira: a abordagem da Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, n.º 11 v. 1-2, 2009.

MACADAR, M. A.; FREITAS, J. L.; MOREIRA, C. R. Transparência como elemento fundamental em governo eletrônico: uma abordagem institucional. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 15, n.º. 3, art. 78, p. 0-0, 2015. Disponível em: <[http://www.spell.org.br/documentos/ver/39102/transparência-como-elemento-fundamental-em-governo-eletronico---uma-abordagem-institucional/i/pt-br](http://www.spell.org.br/documentos/ver/39102/transpar%C3%AAncia-como-elemento-fundamental-em-governo-eletronico---uma-abordagem-institucional/i/pt-br)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MACHADO, D. G.; OLIVEIRA, A. F.; ANGONESE, R.; FERNANDES, F. C. Recomendações do acordo de basileia e nível de transparência das instituições bancárias: um estudo de aderência. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 33, n.º. 3, p. 103-119, 2014.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MAN, P. The key factors of transparency of the public procurement in the Czech Republic. **Procedia Economics and Finance**, v. 12, p. 379-386, 2014.

MARTINS, P. P. Aplicação da metodologia CommonKADS na implementação de projetos de e-Gov na perspectiva de uma empresa de software. **Navus-Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 8, n.º. 2, p. 87-100, 2018.

MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, E. C. As instituições de ensino superior: constrangimentos, representações, praticas. **Revista à Beira**, 9, 301-326, 2009.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATTAR, F. **Pesquisa de Marketing: metodologia e planejamento**. 6 Ed., São Paulo: Atlas, 2005.

MAZZEI, B. B.; CASTRO, A. L. Governo Eletrônico – A Transparência no Governo do Estado do Paraná. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 5, nº. 3, p. 49-63, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/45269/governo-eletronicoatransparencia-no-governo-do-estado-do-parana/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MATIAS-PEREIRA, J. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, nº. 1, p. 109-134, 2010.

MANSONI, C. **A influência dos valores pessoais dos discentes na percepção da qualidade nas instituições de ensino superior na serra gaúcha**. 2018. Disponível em: <<https://www.unisc.br/images/cursos/stricto/ppga/dissertacoes/2018/Claudio-Mansoni.pdf>>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

MANOHARAN, A., HOLZER, M. **Active citizen participation in e-government: a global perspective: a global perspective**. IGI global, 2012. Disponível em: https://dadun.unav.edu/bitstream/10171/36331/1/lara%20chap_manoharan%20book%202012-1.pdf. Acesso em: 09 de set. 2018.

MARQUES, V. A., ALVES, R. F. C., AMARAL, H. F., DE SOUZA, A. A. Relação entre níveis de Governança, política de dividendos, endividamento e valor das empresas brasileiras. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, 3(2), 4-26, 2015.

McGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1999.

MELLO, G.; SLOMSKI, V. Índice de Governança Eletrônica dos Estados Brasileiros (2009): no âmbito do poder executivo. **JISTEM: Journal of Information Systems and Technology Management**, [s.l.], v. 7, nº. 2, p.375-408, 2010.

MENDIETA, M. V; MATUTE, E. D. P. **Manual de Gestión de Recursos Humanos en las Administraciones Públicas**. Madrid: Tecnos, 1997.

MENDIETA, V. M. Transparência y valor de la transparência. **Marco conceptual. Publicación digital**. Madrid: Fundación Democracia y Gobierno Local, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Censo SUAS 2010**. Brasília, 2012.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.

MICHENER, G.; BERSCH, K. **Conceptualizing the quality of transparency**. In: paper apresentado na 1ª Conferência Global sobre Transparência, ocorrida na Rutgers University, Newark, em maio de. 2011.

MITCHELL, R. K., AGLE, B. R., WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: Defining the principle of who and what really counts. **Academy of management review**, nº 22 v. 4, p. 853-886, 1997.

MOTA, B. F., DINIZ J. A., DA COSTA S. L. A Estrutura Orçamentária como Determinante do Nível de Transparência Fiscal. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 20, nº. 2, p. 293-313, 2017.

MORAES JUNIOR, D. N.; CARNEIRO, A. F.; SILVA NETO, J. M. **Nível e Ranking da Transparência e Acesso à Informação dos Municípios de Rondônia. Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 4, nº. 2, p. 47-64, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/40427/nível-e-ranking-da-transparência-e-acesso-a-informacao-dos-municípios-de-rondonia-i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MOREIRA, D. F. G. Transparência na administração pública à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Percursos Acadêmicos**, p. 547-551, 2016.

MORENO, M. do C. L. **Avaliação de Governo Eletrônico (e-government): análise do portal de Cabo Verde**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-18072014-155911/en.php>>. Acesso em: 09 de set. 2018.

MOURA, Rosicler Oliveira de. **A influência dos stakeholders no desempenho organizacional em empresas estatais federais**. 2016. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16985/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20A%20Influ%C3%Aancia%20Stkh%2011%20agosto%202016.pdf>>. Acesso em: 23 de dez. 2018.

MUÑOZ, L. A.; BOLÍVAR, M. P. R. **Determining factors of transparency and accountability in local governments: A meta-analytic study**. *Lex Localis*, v. 13, nº. 2, p. 129, 2015.

NETO, J. F. S.; MENEZES, D. F. N. e-Gov– estágio atual e perspectivas. **Revista Direito Mackenzie**, v. 6, nº. 1, 2013.

NEWBOLD, T., H., L. N., Hill, S. L., CONTU, S., LYSENKO, I., SENIOR, R. A. Day, J. **Global effects of land use on local terrestrial biodiversity**. *Nature*, 520(7545), 45-50, 2015.

NOLAN, R. L. **Managing the computer resource: a stage hypothesis**. *Commun. ACM* 16, 7 1973, 399-405. Disponível: <<https://cacm.acm.org/>>. Acesso em: 15 de fev. de 2019.

NTALIANI, M. *et al.* Agricultural e-government services: An implementation framework and case study, **Computers and Electronics in Agriculture**, v. 70, p. 337– 347, 2019.

NURDIN, N.; STOCKDALE, R.; SCHEEPERS, H. Understanding organizational barriers influencing local electronic government adoption and implementation: the electronic government implementation framework. **Journal of theoretical and applied electronic commerce research**, v. 6, nº. 3, p. 13-27, 2011.

OLIVEIRA, D. E. de M. C. **Conformidade com a S404 da lei Sarbanes Oxley no contexto nacional**. 2008. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Economia e Gestão.

OLIVEIRA, L. PINTO S. **A importância do trabalho voluntário no desenvolvimento de competências do estudante**. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2010/relatorios/ccs/adm/ADM-Lidiane%20Duarte%20Silva%20de%20Oliveira.pdf> . Acesso em: 8 jan. 2019.

OLIVEIRA, C. M. **Transparência e acesso, a informação: os desafios enfrentados na implementação da Lei nº 12.527 na Fundação Universidade Federal de Rondônia**. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114890>>. Acesso em: 26 de mai. de 2018.

PACHECO, E. **Institutos Federais: Uma Revolução Na Educação Profissional e Tecnológica**. RN: Editora do IFRN. 2010.

PAIVA, J. M.; RABELO, J. V. B. F.; BIZARRIA, F. P. A.; BRASIL, M. V. O.; TASSIGNY, M. M. **Análise Normativa da Transparência em um Tribunal de Contas dos Municípios. Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 173-188, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/40433/análise-normativa-da-transparência-em-um-tribunal-de-contas-dos-municípios-i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

PALACO, I., PARK, M. J., KIM, S. K., RHO, J. J. Public-private partnerships for e-government in developing countries: An early stage assessment framework. **Evaluation and program planning**, 72, 205-218, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S014971891830020X>. Acesso em: 20 de fev. de 2019.

PAULA FILHO, W. D. **Engenharia de software: fundamentos, métodos e padrões**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

PEGORARO, D.; ZUCATTO, L. C.; SANTOS, J. P. P.; SEVERO, A. M., CAVALHEIRO JUNIOR, I. S. **Strategies Of Science Technology And Innovation: A Comparative Study of The Alignment Of The Institutional Development Plans of Higher Education Institutions of RS**. In: 7º Fórum Ecoinnovar, 2018, SANTA MARIA. Disponível em: <http://ecoinovar.submissao.com.br/7ecoinovar/anais/index.php>, 2018. v. 7. Acesso em: 21 de dez. de 2018.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J.N. **Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS**. Lisboa: Silabo, 2003.

PESSÔA, I. da S. **Determinantes da transparência das universidades federais brasileiras**. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

PÉREZ, A., LÓPEZ, C., GARCÍA-DE LOS SALMONES, M. M. An empirical exploration of the link between reporting to stakeholders and corporate social responsibility reputation in the Spanish context. **Accounting, Auditing & Accountability**. Journal, 30(3), 668-698, 2017.

PIECHOCKI, R. **Transparency of annual sustainability reports. Corporate Reputation Review**, 7(2), 107-123, 2004.

PINHO, J. A. G. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública** nº. 42 v. 3. Rio de Janeiro, 471-93, maio/junho, 2008. p. 471-493. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000232&pid=S0102-6992201300020001200016&lng=en>. Acesso em: 09 de setembro de 2018.

PINTO, A. C. M., OLIVEIRA, I. V. Percepção dos alunos de uma universidade pública sobre o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, nº 18, p. 2201-2210, 2013.

PIOTROWSKI, S. J.; VAN RYZIN, G. G. Citizen attitudes toward transparency in local government. **The American Review of Public Administration**, v. 37, nº. 3, p. 306-323, 2007.

PIOTROWSKI, S. J. Is transparency sustainable? **Public Administration Review**, v. 69, nº. 2, p. 359-361, 2009.

PLATT NETO, O. A.; DA CRUZ, F.; VIEIRA, A. L. Transparência das contas públicas: um enfoque no uso da internet como instrumento de publicidade na UFSC. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 3, n. 5, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/1143>>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

PLATT NETO, O.; COELHO, M. C.; DA CRUZ, F., A Informação Contábil como Ferramenta de Auxílio no Exercício do Controle Social. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 22, nº. 3, p. 163-184, 2011.

PLATT NETO, O. A. **Contabilidade Pública: atualizada e focada. 17. ed. (rev. e atual.). Florianópolis**: Edição do autor, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317554637_Portal_da_Transpar%C3%AAncia_do_Senado_Federal_Funcionalidades_Limita%C3%A7%C3%B5es_e_Propostas_para_Aprimoramento. Acesso em: 20 de fev. de 2019.

PRADO, O.; GARCIA L., M. R. Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras. **Revista Alcance**, v. 13, nº. 3, 2006. Disponível: <<https://www.redalyc.org/html/4777/477748623004/>> Acesso em: 14 de fev. de 2019.

PRADO, O. Agências reguladoras e transparência: a disponibilização de informações pela Aneel. **Rev. Adm. Pública**. v.40, nº.4, p.631-646, 2006.

PRADO, O., GARCIA LOUREIRO, M. R. Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras. **Revista Alcance**, nº. 13 v. 3.

PRADO O.; RIBEIRO M. M.; DINIZ E. **Governo Eletrônico e transparência**: olhar crítico sobre os portais do governo federal brasileiro. In: PINHO, José Antonio Gomes de. (Org.).

Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 13-40

POLIZELLI, D. L., OZAKI A. M. **Sociedade da informação: os desafios da era da colaboração e da gestão do conhecimento.** São Paulo: Saraiva, 2008.

PORTELLA, A. CÔRTEZ, A. Q. Análise crítica do acesso à informação pública nos municípios baianos com mais de 100 mil habitantes. *Revista de Direito da Cidade*, nº 7 v. 3, 1092-1111, 2015.

PRZEYBILOVICZ, E.; CUNHA, M. A.; COELHO, T. R. O desenvolvimento dos estudos sobre governo eletrônico no brasil: um estudo bibliométrico e sociométrico. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 14, nº. 3, p. 3, 2015.

QUIVY, R., CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 1995.

RAINAIIVOSON, S., CASSE, T., MILHOJ A. RANDRIAMANARIVO, J.R. **Causes of deforestation in southwestern Madagascar: what do we know?** *Forest Pol. Econ.* 6, 33–48, 2004. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1389934102000849>. Acesso em: 26 de fev. de 2019.

RAMALHO, P. I. S. **Insulamento burocrático, accountability e transparência: dez anos de regulação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.** 2009.

RAMOS, R.E.B.; RAMOS, A.S.M. As práticas internacionais de estratégia de governo eletrônico e inclusão digital e as perspectivas para estratégia de política pública no Brasil: os casos de Estados Unidos, Reino Unido e Canadá. In: XXVII ENANPAD. Anais em CD. Atibaia: Anpad.

RAMPELOTTO, A.; LÖBLER, M.; VISENTINI, M. S. Avaliação do sítio da Receita Federal do Brasil como medida da efetividade do governo eletrônico para o cidadão. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 49, nº. 4, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/36741/avaliacao-do-sítio-da-receita-federal-do-brasil-como-medida-da-efetividade-do-governo-eletronico-para-o-cidadao>>. Acesso em: 10 de jun. de 2018.

RAPOPORT, S. G. Transparência y rendición de cuentas. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 73, nº. 2, p. 199-229, abr./jun., 2011.

RAUPP, F. M.; ANDRADE, R. G. de; PINHO, J. A. G de. **Em busca da transparência ativa em câmaras: uma investigação nos maiores municípios brasileiros.** Anais do SemeAd–Seminários em Administração FEA-USP, v. 18, 2015.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. Prestação de contas por meio de portais eletrônicos de Câmaras Municipais: um estudo de caso em Santa Catarina antes e após a lei da transparência. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 16, nº. 3, p. 81-98, 2011. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/8822/prestacao-de>

contas-por-meio-de-portais-eletronicos-de-camaras-municipais--um-estudo-de-caso-em-santa-catarina-antes-e-apos-a-lei-da-transparência/i/pt-br>. Acesso em: 10 jul. 2018.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. **Review of passive transparency in Brazilian city councils. Revista de Administração**, v. 51, n. 3, p. 288-296, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/42365/balanco-da-transparência-passiva-em-camaras-municipais-brasileiras/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

RAUPP, F. M. Realidade da Transparência Passiva em Prefeituras dos Maiores Municípios Brasileiros. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 13, n.º. 30, p. 34-52, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/44494/realidade-da-transparência-passiva-em-prefeituras-dos-maiores-municípios-brasileiros---/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. Review of passive transparency in Brazilian city councils. **Revista de administração**, v. 51, n.º. 3, p. 288-298, 2016.

RAUSCH, R. B., SOARES, M. Controle social na administração pública: a importância da transparência das contas públicas para inibir a corrupção. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, n.º. 4 v. 3, p. 23-43.

RAWLINS, B. R. **Measuring the relationship between organizational transparency and employee trust**. 2008.

RELYEA, H. C. E-gov: Introduction and overview. **Government information quarterly**, v. 1, n. 19, p. 9-35, 2002.

RIBEIRO, C. P. P.; ZUCCOLOTTO, R. **Identificação dos fatores determinantes da transparência na gestão pública dos municípios brasileiros**. Concurso Nacional de Monografias: Conselheiro Henrique Santillo / Tribunal de Contas do Estado de Goiás. 1ed. Brasília: ESAF, v. 1, p. 19-69, 2012. Disponível em: Acesso em: 03 abr. 2018.

_____. A face oculta do Leviatã: transparência fiscal nos municípios brasileiros e suas determinantes socioeconômicas e fiscais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 33, n.º. 1, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/19619/0>> Acesso em: 09 de setembro de 2018.

RICCIO, E. L., de MENDONÇA NETO, O. R., CARDOSO, R. L. Transparência das Informações Contábeis: Uma Análise dos Fatores de Riscos Citados por Empresas Brasileiras. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, n.º. 8 v. 1, 2009.

ROCHA, A. C. A realização da accountability em pareceres prévios do Tribunal de Contas de Santa Catarina. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 4, p. 901-926, 2013.

ROSENTAL, C.; FRÉMONTIER-MURPHY, C. **Introdução aos métodos quantitativos em ciências humanas e sociais**. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2001.

ROTHBERG, D. **Portais eletrônicos de governo e a contribuição da informação e da comunicação para a expansão da cidadania**. ENCONTRO NACIONAL DA

ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), v. 34, 2010. Disponível: < <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/portais-eletronicos-de-governo-e-contribuição-da-informação-e-da-comunicação-para-expansão>>. Acesso em: 14 de julho de 2018.

RUEDIGER, M. A. Governo eletrônico e democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. **Organizações & Sociedade**, v. 9, n. 25, p. 29-43, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302002000300004&script=sci_arttext> Acesso em: 09 de setembro de 2018.

SACRAMENTO, A. R. S., PINHO, J. A. G. Transparência na administração pública: o que mudou depois da lei de responsabilidade fiscal? Um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de salvador. **Revista de Contabilidade da UFBA**, n°.1, p. 48-61, 2007.

SANCHEZ, O. A., ARAÚJO, M., **O Governo Eletrônico no Estado de São Paulo**, Série Didática, n°. 6, julho 2003. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/DIDATI7-GOV%20ELETR.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2018.

SANTANA, H. N., DE LIMA, S. A. FERREIRA, B. P. 20 Anos de Real: uma análise da relação entre câmbio, inflação, taxa de juros e o Ibovespa. **Revista Gestão & Tecnologia**, n° 18, v. 2, p. 44-69, 2018.

SANTANA JUNIOR, J. J. B. **Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil**. Dissertação de mestrado. Programa Multinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Recife, PE, Brasil, 2008.

SANTANA JUNIOR, J. J. B., LIBONATI, J. J., DE CASTRO VASCONCELOS, M. T., SLOMSKI, V. Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, n° 3 v. 3, p. 62-84, 2009.

SANTOS, M. dos. **Transparência na gestão pública Municipal nos Municípios que integram o Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões/RS**. 2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufrs.edu.br/index.php/JORNADA/article/view/5614/4045>> Acesso em: 10 de jun. 2018.

SANTOS ALLEGRETTI, D., PLATT NETO, O. A. Funcionalidades, limitações e potencialidades do Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Catarinense da Ciência Contábil** n°. 9 v. 26, p. 79-95, 2010.

SAMPIERI, R. H.; CALLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAWAIA, B. B. **Introduzindo a afetividade na reflexão sobre estética, imaginação e constituição do sujeito**. Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos em experiência, p. 85-94, 2006.

SCOTT, S. G., LANE, V. R. A stakeholder approach to organizational identity. **Academy of Management review**, nº 25 v. 1, p. 43-62, 2000.

SCHIAVONI, P. M. B.; MORAES, M. C. B.; CASTRO, A. C.; SANTOS, J. N. *Stakeholders: Principais Abordagens. Revista de Ciências da Administração*, v. 15, nº. 37, p. 187-197, 2013.

SCHNACKENBERG, A. K., TOMLINSON, E. C. **Organizational transparency: A new perspective on managing trust in organization-stakeholder relationships.** *Journal of Management*, 42(7), 1784–1810, 2016.

SCHOLTES, E. **Transparency, symbol of a drifting government.** In: TRANSATLANTIC CONFERENCE ON TRANSPARENCY RESEARCH, 2012. Disponível em: Acesso em: 22 abr. 2018.

SCHOMMER, P. C., ROCHA, A. C., SPANIOL, E. L., DAHMER, J., SOUSA, A. D. D. Accountability and co-production of information and control: social observatories and their relationship with government agencies. **Revista de Administração Pública**, nº 49 v.6, p.1375-1400, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n6/0034-7612-rap-49-06-01375.pdf>. Acesso em: 26 de fev. de 2019.

SHAREEF, M. A., KUMAR, V., KUMAR, U., DWIVEDI, Y. K. e-Government Adoption Model (GAM): Differing service maturity levels. **Government information quarterly**, nº. 28 v.1, p.17-35, 2011.

SHAMBAUGH, G. E.; SHEN, E. B. A clear advantage: The benefits of transparency to crisis recovery. **European Journal of Political Economy**, 2018.

SAUERBRONN, F. F.; SAUERBRONN, J. F. R. Estratégias de responsabilidade social e esfera pública: um debate sobre stakeholders e dimensões sociopolíticas de ações empresariais. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 2, p. 435-458, 2011.

SILVA-FHON, J., RAMÓN-CORDOVA, S., VERGARAY-VILLANUEVA, S., PALACIOS-FHON, V., PARTEZANI-RODRIGUES, R. Percepción del paciente hospitalizado respecto a la atención de enfermería en un hospital público. **Enfermería universitaria**, nº 12 v. 2, p. 80-87, 2015.

SILVA, R. C. F.; SEIBERT, R. M.; WBATUBA, B. B. R.; MACAGNAN, C. B. **As Boas Práticas de Governança: um Estudo Sobre a Transparência e Prestação de Contas Nas OSCIPs do RS.** *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 9, nº. 3, p. 24-44, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/39979/as-boas-praticas-de-governanca--um-estudo-sobre-a-transparencia-e-prestacao-de-contas-nas-oscips-do-rs/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SILVA, D. J. M.; SEGATTO, J. A. C.; SILVA, M. A. **Disclosure no Serviço Público: Análise da Aplicabilidade da Lei de Transparência em Municípios Mineiros.** *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 15, nº. 44, p. 24-36, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/40411/disclosure-no-servico-publico--análise-da>>

aplicabilidade-da-lei-de-transparência-em-municípios-mineiros/i/pt-br>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SILVA, W. A. C.; PEREIRA, M. G.; ARAÚJO, E. A. T. **Estudo da criação de valor econômico e transparência na administração pública. Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n.º. 26, p. 142-176, 2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/31378/estudo-da-criacao-de-valor-economico-e-transparencia-na-administracao-publica/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SISSON, D. C. **Inauthentic communication, organization-public relationships, and trust: A content analysis of online astroturfing news coverage. *Public Relations Review***, 43(4), 788–795, 2017.

SOUZA, F. J. V.; BARROS, C. C.; ARAÚJO, F. R.; SILVA, M. C. **Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n.º. 3, p. 94-113, 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/37782/indice-de-transparencia-municipal--um-estudo-nos-municipios-mais-populosos-do-rio-grande-do-norte/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SPINA, D. T.; GIRALDI, J. M. E.; OLIVEIRA, M. M. B. A influência das dimensões da qualidade de serviços na satisfação do cliente: um estudo em uma empresa do setor de controle de pragas. **Revista de Gestão**, v. 20, n.º. 1, p. 99–112, 2013.

SRAIRI, S. Corporate governance disclosure practices and performance of Islamic banks in GCC countries. **Journal of Islamic Finance**, v. 4, n.º. 2, p. 001-017, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214845018301777>. Acesso em: 14 de fev. de 2019.

STAROSCKY, E. A.; NUNES, G. S. F.; LYRIO, M. V. L.; LUNKES, R. J. **A transparência dos portais municipais sob a perspectiva da legislação brasileira: o caso de prefeituras em Santa Catarina. Reuna**, v. 19, n.º. 1, p. 29-52, 2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/28648/a-transparencia-dos-portais-municipais-sob-a-perspectiva-da-legislacao-brasileira--o-caso-de-prefeituras-em-santa-catarina/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

STRATHERN, M. The tyranny of transparency. **British Educational Research Journal**, n.º 26 v.3, 309-321, 2000.

STYLES, A. K., TENNYSON, M. The accessibility of financial reporting of US municipalities on the Internet. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, n.º. 19 v. 1, p. 56-92, 2007.

SUZART, JAS. As Instituições Superiores de Auditoria: um estudo do nível de transparência fiscal dos países. **Contabilidade, Gestão e Governança–Brasília**, v. 15, n.º. 3, p. 107-118, 2012.

OLIVEIRA JÚNIOR, T. M.; JORDÃO, C. S.; CASTRO JUNIOR, J. L. P. **Transparência, monitoramento e avaliação de programas no Brasil: em busca de opacidades que podem**

restringir o exercício do controle social. Revista do Serviço Público, v. 65, nº. 1, p. 25-47, 2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/35575/transparência--monitoramento-e-avaliacao-de-programas-no-brasil--em-busca-de-opacidades-que-podem-restringir-o-exercicio-do-controle-social/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

OXELHEIM, L. Optimal vs satisfactory transparency: The impact of global macroeconomic fluctuations on corporate competitiveness. **International Business Review**, v. 28, nº. 1, p. 190-206, 2019. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0969593118301343>>. Acesso em: 14 de fev. de 2019.

PAIXÃO J. M. F.; PEREIRA A. C. Normatização Contábil: fator de transparência e fidelidade da informação. **Revista Mineira de Contabilidade**, 2008.

TATTO, L. **Institucionalização, estrutura e comportamento das universidades públicas estaduais paranaenses**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102599> Acesso em: 02 de agosto de 2018, 2005.

TINOCO, J. E. P.; ESCUDER, S. A. L.; YOSHITAKE, M. O conselho fiscal e a governança corporativa: transparência e gestão de conflitos. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 8, nº. 16, p. 175-202, 2011.

TOMS, J. S. Firms resources, quality signals and the determinants of corporate environmental reputation: Some UK Evidence. **The British Accounting Review**, nº 34 v.3, p. 257-282, 2002.

TRIBUNAL, DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de Auditoria. **TC**, v. 6, p. 2014-0, 2016.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

TSETSURA, K. AZIZ, K. Toward professional standards for media transparency in the United States: Comparison of perceptions of non-transparency in national vs. regional media. 2017. **Public Relations Review**. <http://dx.doi.org/10.1016/j.pubrev.2017.06.008> in press.

VALENCIA, L. A. R.; QUEIRUGA, D. GONZÁLEZ-BENITO, J. B. Relationship between transparency and efficiency in the allocation of funds in nongovernmental development organizations. **Voluntas**, v. 26, nº. 6, p. 2517-2535, 2015.

VAN DER CRUIJSEN, C. AB; EIJJFINGER, S. CW; HOOGDUIJN, L. H. Optimal central bank transparency. **Journal of International Money and Finance**, v. 29, n. 8, p. 1482-1507, 2010.

VAN DIJK, T. A. **News analysis: Case studies of international and national news in the press**. Routledge, 2013.

VARGAS, K. S., DE MOURA, G. L., MADERS, T. R., HORBE, T. D. A. N. Relação entre estilo gerencial e capacidade organizacional para mudança: perspectivas e desafios de uma

empresa do setor de implementos rodoviários. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 17, n.º. 1, 2018.

VAZ, J. C.; RIBEIRO, M. M.; MATHEUS, R. Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. **Cadernos ppg-au/ufba**, v. 9, n.º. 1, 2011. Disponível: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/5111/3700>>. Acesso em: 14 de fev. 2018.

VIANA DE SOUZA, F. J. *et al.* Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n.º. 3, p. 94-113, 2013.

XAVIER, J. F. D. L. Fases de integração e o século XXI. XVI **Congresso Internacional FOMERCO**, 2017.

XIE, L.L., XIA, B., HU, Y., SHAN, M., LE, Y., CHAN, A.P. Public participation performance in public construction projects of South China: a case study of the Guangzhou Games venues construction. **International Journal of Project Management** n.º. 35 v.7, p. 1391 – 1401, 2017.

YANG, J., YU, G., LIU, M., XIE, H., LIU, H. Disentangling the impact of cost transparency on cooperation efficiency in exchange partnerships. **International Journal of Production Economics**, v. 197, p. 27-34, 2018. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0925527317304292>>. Acesso em: 14 de fev. 2019.

YAZIGI, A. F. **Dinero, política y transparencia**: El imperativo democrático de combatir la corrupción. 9th International Anti-Corruption Conference (IACC), p. 10–15, 1999.

WEAVER, G. R.; TREVINO, L. K.; COCHRAN, P. L. Integrated and decoupled corporate social performance: Management commitments, external pressures, and corporate ethics practices. **Academy of Management Journal**, v. 42, n. 5, p. 539-552, 1999.

WANDERLEY, C. A. N.; SILVA, A. C.; LEAL, R. B. **Portais Eletrônicos de Câmaras Localizadas em Pequenos Municípios Catarinenses: Murais Eletrônicos ou Promotores de Construção da Prestação de Contas, Transparência e Participação? Pensar Contábil**, v. 14, n.º. 53, p. 35-44, 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/7725/portais-eletronicos-de-camaras-localizadas-em-pequenos-municipios-catarinenses--murais-eletronicos-ou-promotores-de-construcao-da-prestacao-de-contas--transparencia-e-participacao-/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

WELCH, W. E., HINNANT, C. C., MOON, M. J. Linking Citizen Satisfaction with E-Government and Trust in Government, **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 15, n.º. 3, p. 371-391, 2005.

WEILL, P.; ROSS, J. W. **Governança de TI**: Tecnologia da Informação. São Paulo: Makron Books, 2006.

WEST, D. M., E-Government and the Transformation of Service Delivery and Citizen Attitudes, **Public Administration. Review**, v. 64, nº. 1, p. 15-27, 2004.

WOLF, D. **Os sistemas de gerenciamento de dados acadêmicos e a gestão educacional: O caso do Instituto Federal do Rio Grande do Sul**. 2017. Disponível em: <http://atom.poa.ifrs.edu.br/uploads/r/biblioteca-clovis-vergara-marques-4/4/b/8/4b88296a850d8e03123a87b55dd43f7297b9eaebf2ba7abd73840e68bb6bc701/DENISE_LUZIA_WOLFF.pdf> Acesso em: 25 dez. de 2018.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introductory Econometric: a modern approach**. 2nd ed. Cambridge: MIT Press, 2002.

ZHONG, R. I. Transparency and firm innovation. **Journal of Accounting and Economics**, v. 66, n. 1, p. 67-93, 2018.

ZHOU, L., WANG, W., XU, J. D., LIU, T., GU, J. Perceived information transparency in B2C e-commerce: An empirical investigation. **Information & Management**, 2018.

ZORZAL, L. **Transparência das informações das universidades federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de boa governança na Administração Pública Federal**. 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19202/1/2015_LuziaZorzal.pdf> Acesso em: 19 de maio de 2018.

ZRELLI, I.; DEMNATI, H.; YEDDER, M. B. The effect of the interaction between tariff modulation and transparency on the customer's dissatisfaction: The case of Tunisia. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 47, p. 1-10, 2019. Acesso em: Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0969698917306896> Acesso em: 14 de fev. de 2019.

ZUCCOLOTTO, R., TEIXEIRA, M. A. C. As causas da transparência fiscal: evidências nos estados brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, nº. 25 v. 66, p. 242-254, 2014.

_____. Efetividade dos institutos supremos de auditoria e dos legislativos na transparência fiscal. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 8, nº. 22, p. 26-38, 2014.

_____. **Gestão Social, Democracia, Representação E Transparência: Evidências Nos Estados Brasileiros**. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, p. 79-90, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/39089/gestao-social--democracia--representacao-e-transparencia--evidencias-nos-estados-brasileiros-/i/pt-br>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCIO, E. L. Transparência: reposicionando o debate. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, nº. 25, p. 137-158, 2015. Disponível em: https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/marquinhos_-_transparencia_-_34439-128937-1-pb.pdf. Acesso em: 07 de julho de 2018.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
 Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Ciências Sociais e Humanas
 Programa de Pós-Graduação em Gestão das Organizações Públicas

Título do projeto: Transparência no IFRS: uma análise sob a óptica dos diferentes *stakeholders*

Pesquisadores responsáveis: Prof^ª. Dra. Kelmara Mendes Vieira, Daniela Pegoraro

Instituição/Departamento: UFSM – Centro de Ciências Sociais e Humanas

Telefone para contato: (55) 3220-9259

Local da coleta de dados: Bento Gonçalves - RS

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidada (o) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você decida participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

O objetivo da pesquisa é analisar a percepção de transparência no IFRS, a partir das diferentes partes interessadas, e, se necessário, propor melhorias na gestão da transparência pela instituição.

É possível que o participante tenha algum desconforto ao responder as perguntas. Caso o mesmo se sentir incomodado ou constrangido com as perguntas, poderá não responder a algumas questões ou desistir de participar a qualquer momento. Além disso, as informações fornecidas terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados forem divulgados.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____

_____, concordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Bento Gonçalves, 3 de novembro de 2018.

Assinatura

Prof^ª. Kelmara Mendes Vieira

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, nº1000 - CEP: 97.105.900, Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55) 3220-8009. Email: cep.ufsm@gmail.com. Web: www.ufsm.br/cep

APÊNDICE B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



Termo de Confidencialidade
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Gestão das Organizações Públicas

Título do projeto: Transparência no IFRS: uma análise sob a óptica dos diferentes *stakeholders*

Pesquisador responsável: Prof^a. Kelmara Mendes Vieira

Endereço do responsável: UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 74C, sala 4212, Centro de Ciências Sociais e Humanas, CEP 97105-900 - Santa Maria – RS.

Telefone para contato: (55) 3220-9259

Local da coleta de dados: Bento Gonçalves – RS

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos respondentes cujos dados serão coletados através de um questionário estruturado aplicado em Bento Gonçalves no estado do Rio Grande do Sul. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no Departamento de Ciências Administrativas, situado na Av. Roraima n^o. 1000, Prédio 74 C, sala 4212 – Cidade Universitária, UFSM, Santa Maria – RS, CEP 97105-900. As informações serão armazenadas por um período de 5 anos sob a responsabilidade da Prof^a. Dr^a. Kelmara Mendes Vieira. Após este período, os dados serão destruídos.

Santa Maria, 03 de setembro de 2018.

Prof^a Kelmara Mendes Vieira

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, n^o1000 - CEP: 97.105.900, Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55) 3220-8009. Email: cep.ufsm@gmail.com. Web: www.ufsm.br/cep

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

PERFIL

1. Sexo:

1.1 () Masculino. 1.2 () Feminino.

2. Idade: _____ anos.

3. Estado Civil:

3.1 () Solteiro(a).

3.3 () Viúvo(a).

3.5 () União estável.

3.2 () Casado(a).

3.4 () Separado(a)/Desquitado(a)/Divorciado(a).

4. Ano de ingresso/posse no IFRS: _____.

5. Seu maior nível de escolaridade:

5.1 () Ensino Médio.

5.3 () Graduação.

5.5 () Mestrado.

5.2 () Curso Técnico.

5.4 () Especialização.

5.6 () Doutorado.

6. Sua área de formação:

6.1 () Ciências Exatas e da Terra.

6.4 () Ciências Agrárias.

6.7 () Ciências Biológicas.

6.2 () Linguística, Letras e Artes.

6.5 () Ciências Sociais e Aplicadas.

6.8 () Ciências da Saúde.

6.3 () Engenharia/Tecnologia.

6.6 () Ciências Humanas.

6.9 () Outras. Especifique: ___.

7. Quanto à participação em atividades ligadas ao IFRS, você se considera:

7.1 () Muitíssimo participante.

7.4 () Pouco participante.

7.2 () Bastante participante.

7.5 () Pouquíssimo participante.

7.3 () Razoavelmente participante.

8. Faixa de renda média bruta mensal própria:

8.1 () Não possuo renda própria.

8.5 () Entre R\$ 3.525,46 e R\$ 5.875,75.

8.2 () Até R\$ 1.175,15.

8.6 () Entre R\$ 5.875,76 e R\$ 11.751,50.

8.3 () Entre R\$ 1.175,16 e R\$ 2.350,30.

8.7 () Entre R\$ 11.751,51 e R\$ 17.627,25.

8.4 () Entre R\$ 2.350,31 e R\$ 3.525,45.

8.8 () Mais de R\$ 17.627,25.

9. Vínculo com o IFRS:

9.1 () TAE.

9.2 () Docente.

9.3 () Discente (Aluno).

10. Você conhece a Lei de Acesso a Informação (Lei nº. 12.527/2011)?

10.1 () Conheço completamente.

10.3 () Conheço pouco.

10.2 () Conheço em grande parte.

10.4 () Não conheço.

11. Para você, quão relevante é a transparência do IFRS?

11.1 () Extremamente relevante.

11.3 () Um pouco relevante.

11.5 () Irrelevante.

11.2 () Muito relevante.

11.4 () Não muito relevante.

12. Em relação aos partidos políticos você?

12.1 () É filiado(a) a um partido

12.2 () É simpatizante de um partido, mas não sou filiado.

12.3 () Não é filiado, nem simpatizante de qualquer partido político.

13. Você participa algum trabalho voluntário?

13.1 () Não.



13.2 () Sim, participo esporadicamente.

13.3 () Sim, participo ativamente.

Indique em que medida você concorda ou discorda das seguintes afirmações.

Marque com um "X" conforme o seu modo de pensar de acordo com a escala ao lado:	Discordo totalmente	Discordo em parte	Indiferente	Concordo em parte	Concordo totalmente	Não estou apto a responder
37. É fácil obter qualquer documento que você queira do IFRS.						
38. Os cidadãos sabem tudo o que o IFRS faz.						
39. Todo cidadão tem acesso completo às informações sobre o IFRS.						
40. A transparência do IFRS contribui para combater a corrupção.						
41. O acesso público às informações do IFRS contribui para o bom funcionamento da instituição.						
42. O IFRS mantém algumas informações em segredo.						
43. Os pedidos dos cidadãos por informações do IFRS atrapalham o trabalho dos servidores públicos.						
44. A transparência do IFRS influencia positivamente a missão, visão e valores da instituição.						
45. A transparência do IFRS fortalece as políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão.						
46. A transparência do IFRS contribui para aumentar a responsabilidade social.						
47. A transparência das ações do IFRS é importante na comunicação com a sociedade.						
48. A transparência das ações do IFRS impacta na organização da instituição.						
49. A transparência impacta diretamente na responsabilidade pelo uso dos recursos financeiros do IFRS.						
50. Os critérios de distribuição de recursos da assistência estudantil são transparentes.						
51. Os programas de mobilidade estudantil do IFRS, são transparentes.						
52. A distribuição de cargos de direção, função do IFRS são transparentes.						
53. Os Processos Seletivos Discentes do IFRS são transparentes.						
54. Os Concursos Públicos do IFRS, são transparentes.						
55. As informações divulgadas pelo IFRS, são suficientes para demonstrar a aplicação dos recursos públicos.						

78. Atribua uma nota de 0 a 10, para o seu nível de satisfação com a resposta recebida.

Nada satisfeito.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Totalmente satisfeito.
												

MUITO OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

APÊNDICE D – ESTUDOS SOBRE O TEMA TRANSPARÊNCIA

ESTUDOS SOBRE O TEMA TRANSPARÊNCIA

(continua)

Autor	Análise realizada	Conclusão
Benesh <i>et al.</i> (2018)	Exploraram a mudança dos votos manuais para o voto eletrônico na Câmara Alta do Parlamento Suíço.	A estrutura torna possível estimar o efeito causal de uma maior transparência nas escolhas dos legisladores. Desde a reforma, os membros da Câmara Alta são menos propensos a se desviar da decisão majoritária de seu partido, também são menos propensos a votar de forma alinhada, sugerindo que os eleitores perdem a confiança sobre seus representantes no parlamento.
Holland <i>et al.</i> (2018)	O conceito de transparência e eficácia promovido na literatura de relações públicas e negócios.	Existem implicações significativas para os profissionais que tentam transmitir transparência organizacional no nível tático por meio de recursos de mensagens.
Jain e Jain (2018)	A preferência pela transparência impulsionada pela crença da distância do poder das pessoas.	Seis estudos em diferentes domínios, transgressões corporativas, configurações de entrevista de emprego e política corporativa, revelam que as pessoas com baixa pontuação expressam maior preferência pela transparência do que aquelas com pontuação mais alta.
Hosseini <i>et al.</i> (2018)	Investigaram a transparência nos sistemas de informação concentrando-se na parte que fornece transparência e sua inter-relação com outros requisitos, como privacidade, segurança e requisitos regulatórios.	A existência de qualidade de modelagem em vários aspectos do TranspLan, contudo, algumas observações também foram feitas pelos engenheiros de software envolvidos no estudo, sobre alguns aspectos gráficos de linguagem e modelagem.
Zhou <i>et al.</i> (2018)	Estudaram sobre os consumidores que abandonam suas compras <i>on-line</i> em um site de comércio eletrônico, em parte devido à falta de transparência das informações do site.	A transparência do produto, do fornecedor e a transação influencia significativamente a transparência da informação percebida, além disso a transparência das informações aumenta significativamente a intenção de compra <i>on-line</i> dos consumidores, e o risco percebido medeia parcialmente os efeitos da transparência da informação percebida na compra.
Liu <i>et al.</i> (2018)	Examinaram o efeito da propriedade institucional sobre informações corporativas transparência nas empresas chinesas cotadas.	Os acionistas institucionais desempenham um papel importante na melhoria da governança corporativa e transparência contábil e são consistentes com a visão de que os investidores institucionais monitoram e protegem os interesses dos acionistas minoritários.
Shambaugh e Shen (2018)	Investigaram sobre aumentar a transparência é uma das mais comuns recomendações de instituições financeiras internacionais a formuladores de políticas em países que vivenciam crises econômicas.	Os efeitos da transparência são ambíguos e podem aumentar a incerteza política, volatilidade, a perspectiva de comportamentos coletivamente autodestrutivos, também diminuir a eficácia da política monetária e efeitos que podem prolongar as crises.

ESTUDOS SOBRE O TEMA TRANSPARÊNCIA

(continuação)

Autor	Análise realizada	Conclusão
Santana e Lima (2018)	Pesquisaram como a transparência fiscal afeta a inflação, a volatilidade da inflação, as expectativas de inflação.	A transparência fiscal tem um efeito mais forte sobre a inflação na amostra contendo inflação para os países em desenvolvimento.
Kartal e Tremewan (2018)	Investigaram os efeitos da transparência na transmissão e tomada de decisões teórica e experimental.	A transparência nunca é prejudicial e, dependendo da seleção de equilíbrio, pode melhorar a precisão dos tomadores de decisão, e a transparência realmente melhora a precisão, especialmente se for obrigatória.
De Mingo e Cerrylo-Marinéz (2018)	Como a regulamentação pode facilitar a incorporação de obrigações de transparência ao ciclo de vida de um registro para evitar a ocorrência de qualquer risco de corrupção associado à gestão da informação criada por uma administração pública.	É necessário atualizar a legislação sobre gestão de arquivos e registros no que diz respeito ao acesso à informação, transparência e responsabilização.
Zhong (2018)	Investigou sobre a inovação firme que impulsiona a competitividade da empresa e o crescimento econômico.	Que a transparência também aumenta a eficiência inovadora por meio de seu papel de governança, facilitando a alocação eficiente de capital de pesquisa e desenvolvimento.
Oxelleim (2018)	Investigou sobre a capacidade de separar as influências macroeconômicas globais temporárias - causadas por flutuações nas taxas de câmbio, taxas de juros e inflação - de desempenho intrínseco - relacionadas a um produto superior, processo de produção ou administração.	Com base numa amostra das 100 maiores empresas públicas europeias, verifica-se que nenhuma empresa forneceu informações a um nível considerado satisfatório pelo acionista externo.
Gardiner <i>et al.</i> (2018)	Pesquisaram os avanços rápidos em processos para coletar, monitorar, divulgar e disseminar informações contribuíram para o desenvolvimento de modos inteiramente novos de governança de sustentabilidade para cadeias globais de fornecimento de <i>commodities</i> .	Tem havido muito pouca avaliação crítica da contribuição feitas por diferentes iniciativas de transparência para a sustentabilidade e as maneiras pelas quais elas podem não pode influenciar os novos arranjos de governança.
Khadjavi <i>et al.</i> (2017)	Exploraram sistematicamente o impacto da transparência e da punição na cooperação na provisão de bens públicos.	A falta de transparência induz um aumento do desvio de fundos na ausência de um mecanismo de punição e o impacto qualitativo da transparência nas contribuições para o bem público é revertido quando um mecanismo de punição é introduzido.
Andrade e Raupp (2017)	Buscou investigar a transparência do Legislativo local à luz da Lei de Acesso à Informação (LAI) a partir de evidências empíricas dos 50 maiores municípios brasileiros.	A maioria das Câmaras Municipais analisadas atende parcialmente aos indicadores de instrumentos de transparência das informações públicas, o que indica a necessidade de repensar as práticas de gestão da informação e da cultura organizacional nesses Legislativos.

ESTUDOS SOBRE O TEMA TRANSPARÊNCIA

(continuação)

Autor	Análise realizada	Conclusão
Kelly (2018)	Explorou as leis de transparência e descreve o que os membros do conselho devem ter conhecimento, uma vez que essas leis dizem respeito às comunicações eletrônicas.	Muitos conselhos de licenciamento profissionais, como os conselhos estaduais de enfermagem, têm membros que trabalham em período parcial e que se correspondem com funcionários e outros membros que usam endereços de e-mail privados e mensagens de texto de telefones particulares.
Zuccolotto e Teixeira (2017),	Partiram da premissa teórica de que a transparência é um princípio fundamental para a consolidação democrática, e que está diferente significativamente entre os entes federados brasileiros, este trabalho buscou identificar porque esses descompassos ocorrem, dado que estão todos sob o mesmo arcabouço legal.	Os fatores que ainda não estavam destacados na literatura e que foram considerados pelos entrevistados foram: rating, crises (institucionais e financeiras), vontade política, <i>enforcement</i> legal, imprensa, decisões colegiadas e burocracia especializada.
Bernardo, Reis, Sedyama (2017)	Quais elementos condicionam o nível de transparência na administração pública dos 66 municípios de médio e grande porte de Minas Gerais, construiu-se o Indicador de Transparência Municipal (ITM) a partir das informações sobre a gestão pública que deveriam ser divulgadas, conforme disposto no artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), nos sites de cada município.	Análise do indicador proposto, que a gestão pública municipal ainda é incipiente na divulgação de informações à sociedade.
Mota, Diniz, Santos (2017)	A execução orçamentária influencia a transparência fiscal ativa nos municípios do estado da Paraíba. Foram coletadas as variáveis independentes na base de dados do TCE/PB.	A maior parte das variáveis estudadas que compõem a estrutura orçamentária impacta o Índice de Transparência Fiscal Ativa dos municípios paraibanos.
Andrade, Raupp e Pinho (2017)	Investigaram a transparência ativa dos portais eletrônicos das câmaras de municípios brasileiros com população superior a duzentos mil habitantes.	A transparência ativa ainda não é uma realidade em câmaras dos maiores municípios brasileiros.
Caleffi e Raupp (2017)	O nível de transparência das assembleias legislativas do Brasil a partir dos sítios eletrônicos.	Os portais das assembleias legislativas no Brasil, em geral e nesse momento, não são espaços abertos à construção da <i>accountability</i> .
Comim, Ramos, Zucchi, Favretto, Fachi (2016)	A relação existente entre o índice de atendimento à Lei de Acesso à Informação dos municípios catarinenses e os seus indicadores socioeconômicos.	Os municípios menores têm divulgado um maior número de informações voluntariamente.
Raupp (2016)	Investigou através de um levantamento a realidade da transparência passiva de prefeituras dos maiores municípios brasileiros.	Que o descumprimento da lei ocorreu na maioria dos municípios, seja por problemas no portal, seja em razão de problemas no retorno às solicitações em que o envio foi possível.

ESTUDOS SOBRE O TEMA TRANSPARÊNCIA

(continuação)

Autor	Análise realizada	Conclusão
Mazzei e Castro (2016)	Mapeamento analítico da estrutura do governo eletrônico do Estado do Paraná, no que se refere à prática da transparência governamental.	Apesar dos avanços conseguidos pelo governo eletrônico paranaense, este se encontra em estágios intermediários de desenvolvimento nas categorias de análise utilizadas para o quesito transparência.
Janhs e Raupp (2016)	Investigaram sobre a transparência do Poder Executivo dos estados brasileiros, a partir dos portais eletrônicos.	A pesquisa possibilitou a estruturação de um ranking dos portais estaduais, no qual Espírito Santo, Ceará e Distrito Federal se apresentam como os destaques positivos, e Bahia, Alagoas e Sergipe os mais passíveis de melhoria.
Abdala e Torres (2016)	Avaliaram a funcionalidade dos portais de transparência dos estados como fonte de acesso à informação e espaços de fortalecimento da participação e do controle social.	Os portais de transparência dos estados continuam sendo espaços que se limitam ao cumprimento da legislação, sem o desenvolvimento de funcionalidades que poderiam fomentar a cultura da política participativa, ainda restrita, em sua dimensão eletrônica, a um processo de espetacularização.
Raupp e Pinho (2016)	Investigaram o atendimento às exigências de transparência passiva pelas câmaras de municípios brasileiros com população superior a 300.000 habitantes.	Há câmaras que descumprem uma sucessão de textos legais que regulamentam a transparência dos atos governamentais.
Campagnoni <i>et al.</i> (2016)	Os níveis de transparência apresentados pelos portais eletrônicos das Câmaras de Vereadores das capitais brasileiras.	Os conteúdos apresentados nos portais da transparência, em geral, tendem a cumprir o mínimo exigido pela lei, mas com pouco indício de maiores incentivos à participação popular e à promoção da <i>accountability</i> .
Silva <i>et al.</i> (2016)	O acesso e consulta aos portais eletrônicos, se os atos da Administração Pública de 30 (trinta) municípios do estado de Minas Gerais, com população acima de 100 (cem) mil habitantes, relativamente à execução financeira e orçamentária, atendem ao disposto na Lei Complementar nº 131/2009, Lei de Transparência, verificando também o <i>disclosure</i> desses municípios	Alguns sítios eletrônicos apresentam períodos constantes de manutenção permanecendo indisponíveis ou desativados por longos espaços de tempo prejudicando o acesso dos cidadãos e dificultando o acompanhamento de informações disponibilizadas em tempo real pelos agentes públicos.
Kreutz e Santos (2016)	Investigaram a transparência dos projetos da Administração Pública no que tange o PAC de uma capital no Estado brasileiro: Porto Alegre.	Concluíram que a transparência aquém do ideal, pouca ou nenhuma preocupação da administração pública na divulgação dos critérios de seleção dos projetos e a deficiência da publicação de informações sobre o andamento dos projetos.
Zuccolotto e Teixeira (2015)	A participação da sociedade pode contribuir para o desenvolvimento da democracia por meio da melhoria dos mecanismos de transparência nos estados brasileiros.	As afirmações teóricas de que a representação não exclui a participação, que se constitui em um grande mecanismo para a gestão pública por permitir canalizar demandas de diversas clivagens sociais e econômicas que deverão construir o consenso coletivamente.

ESTUDOS SOBRE O TEMA TRANSPARÊNCIA

(continuação)

Autor	Análise realizada	Conclusão
Klein <i>et al.</i> (2015)	Pesquisaram sobre os Dados Abertos Governamentais tem o potencial de aumentar a eficiência na prestação de serviços e operações do setor público, bem como proporcionar a inovação em serviços governamentais em novos modelos de negócios e profissões.	Os resultados são relevantes para profissionais e pesquisadores interessados em avaliar a qualidade dos Portais de Dados Abertos Governamentais e desenvolver estratégias para promover um governo aberto.
Macadar <i>et al.</i> (2015)	A centralidade da transparência como elemento fundamental em e-gov, especificamente no debate de cidades inteligentes o objetivo não foi o de encontrar respostas e afirmações verdadeiras, mas expor reflexões sobre o fenômeno em questão.	Evidências teóricas e outras provenientes do arcabouço legal, de modo a contextualizar o objeto de análise e demonstrar a centralidade do elemento transparência sob a lente da teoria institucional.
Silva <i>et al.</i> (2015)	Estudo analisa os mecanismos disponíveis para as administrações públicas da Espanha para o gerenciamento dessas irregularidades no gerenciamento de registros através da grande quantidade de regulamentos que foram aprovados no país.	Os legisladores geralmente ignoram os fundamentos instrumentais e metodológicos do gerenciamento de registros.
Moraes <i>et al.</i> (2015)	Pesquisaram sobre os portais eletrônicos de cinquenta municípios do estado de Rondônia, com o objetivo de identificar o nível de divulgação das exigências legais por meio de um <i>ranking</i> .	O nível identificado nas três dimensões está em descompasso com o presente estágio de desenvolvimento da legislação brasileira.
Paiva <i>et al.</i> (2015)	Buscou analisar a transparência na gestão pública, com suporte na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Acesso à Informação (LAI).	A aplicação da LAI ocorre de dentro para fora, ou seja, do tribunal para a sociedade como também de fora para dentro, quando os municípios enviam informações ao tribunal, tendo em vista que o TCM é um órgão que fiscalizar a prestação de contas dos municípios, mas ele também deve revelar transparência em suas ações.
Abreu <i>et al.</i> (2015)	Investigaram se existe relação entre transparência fiscal e o desenvolvimento local nos estados brasileiros.	A questão regional é fundamental para explicar desenvolvimento social, devendo ser considerada como variável essencial, juntamente com a transparência fiscal, para a elaboração de políticas públicas que objetivam reduzir a pobreza e a desigualdade brasileira.
Lima <i>et al.</i> (2015)	Pesquisaram o conteúdo disponibilizado nos portais de transparência de Porto Alegre e Pelotas.	Os achados indicam que ambas as cidades têm oportunidade de melhorias a realizar em seus portais para uma divulgação mais eficiente, o que poderia se materializar por meio da criação de ferramentas para melhorar a busca dos dados e de estratégias que busquem traçar o perfil do usuário da informação para que esta seja produzida de forma direcionada, ou seja, com linguagem adequada.

ESTUDOS SOBRE O TEMA TRANSPARÊNCIA

(continuação)

Autor	Análise realizada	Conclusão
Leite <i>et al.</i> (2015)	Os maiores municípios mineiros estão cumprindo a LC 131/09 no que diz respeito à disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do município, indagando assim qual o nível de transparência da gestão fiscal pública municipal nestes municípios.	Os municípios investigados não atenderam a totalidade dos preceitos da LC 131/09, pois algumas informações estavam defasadas, não pormenorizadas, indisponíveis e de difícil localização e entendimento.
Bairral <i>et al.</i> (2015)	O nível de transparência pública nos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais e os incentivos que podem afetar a divulgação da informação pública.	O porte, tamanho do núcleo de gestão, receita orçamentária e dependência federal não influenciam a divulgação da informação pública nos relatórios de gestão.
Marques <i>et al.</i> (2015)	Pesquisaram a relação entre a qualidade das informações contábeis e o nível de transparência das empresas brasileiras.	Concluíram que a maior capacidade informacional dos números contábeis das empresas ganhadoras é coerente com a teoria da divulgação.
Zuccolotto <i>et al.</i> (2015)	Pesquisaram sobre os conceitos e as classificações da transparência com o objetivo de proporcionar aos pesquisadores nacionais a ampliação de conhecimento sobre esse campo de investigação e, por consequência, maior precisão conceitual e classificatória aos estudos sobre o tema	Sistematização dos conceitos e classificações permite aos pesquisadores compreender e avançar nas pesquisas, possibilitando ampliar a reflexão sobre transparência no contexto brasileiro, ainda que em perspectiva comparada.
Halkos e Tezeremes (2014)	Pesquisaram com base nos fundamentos teóricos da ligação entre a transparência do setor público dos países e a política ambiental, nosso artigo fornece evidências empíricas para uma amostra de 49 países para o período de 1995-2000.	Existe uma relação invertida em forma de 'U' entre os níveis de transparência do setor público dos países e seu desempenho ambiental.
Zuccolotto e Teixeira (2014)	Investigaram sobre a efetividade dos Institutos Supremos de Auditoria (SAIs) e dos Poderes Legislativos na transparência fiscal dos países.	Países mais transparentes possuem mais e melhores mecanismos de <i>accountability</i> e, conseqüentemente, maior nível de democracia e menos corrupção, evidenciando a importância da transparência no processo de consolidação democrática.
Machado <i>et al.</i> (2014)	Pesquisaram sobre o nível de transparência das Instituições Bancárias com ações negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA.	O nível de transparência das Instituições Bancárias brasileiras pesquisadas, o nível de aderência a recomendação do Basileia II foi de 53,12%, ou seja, ficou aquém da evidenciação recomendada pelo documento em questão.

ESTUDOS SOBRE O TEMA TRANSPARÊNCIA

(continuação)

Autor	Análise realizada	Conclusão
Zuccolotto e Teixeira (2014)	Investiga as relações entre três conjuntos de variáveis e transparência fiscal no contexto subnacional brasileiro.	Fica evidente que a falta de um modelo normativo de transparência no processo orçamentário leva os Estados a divulgarem, em grande parte, informações sobre a execução orçamentária.
De Oliveira <i>et al.</i> (2014)	Pesquisaram sobre a nova lei brasileira de acesso à informação estabeleceu um conjunto de definições, princípios e diretrizes voltado à promoção da transparência e à viabilização do exercício do controle social sobre a ação governamental. Segundo esta lei, os resultados dos programas do Plano Plurianual (PPA) fazem parte do conjunto de informações que precisam ser franqueadas aos cidadãos.	Os resultados são gerados a partir das regras da sistemática de monitoramento e avaliação de programas que deve ser estabelecida no próprio PPA.
Beuren <i>et al.</i> (2014)	Pesquisaram sobre o contexto da administração pública, tendo por objetivo avaliar o nível de transparência dos portais dos municípios que fazem parte da Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR - de Chapecó, no Estado de Santa Catarina /Brasil.	Através da base de modelo de análise os critérios nas quais os portais municipais se mostraram com baixo nível de transparência, possibilitando a geração de oportunidades para seu aperfeiçoamento.
Schommer <i>et al.</i> (2014)	Pesquisaram sobre o processo e as propostas priorizadas na I Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, CONSOCIAL, são analisados à luz dos padrões estadocêntrico e sociocêntrico de relação Estado-sociedade.	Observação participante em seis etapas da CONSOCIAL, acompanhamento da comunicação e análise documental de cadernos de propostas e do relatório final da CONSOCIAL.
Ribeiro e Zuccolotto (2014)	Pesquisaram sobre o nível de transparência eletrônica dos municípios brasileiros. Para tanto foi realizada a avaliação do nível de transparência dos municípios para em seguida identificar, por meio da análise discriminante, os fatores socioeconômicos e fiscais que influenciam o Índice de Transparência Fiscal dos Municípios.	A melhor gestão dos recursos destinados à saúde, educação e geração de emprego e renda são mais relevantes que a quantidade de dinheiro investido nesses itens para discriminação dos municípios analisados, indicando que não importa a quantidade de recurso investido, mas a qualidade do gasto efetuado.

ESTUDOS SOBRE O TEMA TRANSPARÊNCIA

(continuação)

Autor	Análise realizada	Conclusão
Viana de Souza <i>et al.</i> (2014)	A transparência dos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte (RN). Para atingir esse objetivo, foram selecionados os municípios do RN que possuíam mais de 50.000 habitantes, o que resultou numa amostra de oito municípios (Natal, Mossoró, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará-Mirim, Caicó e Açu).	Os municípios pesquisados ainda precisam melhorar o nível de transparência de suas informações, para que os cidadãos possam ter um melhor contato com o que é disponibilizado em seus portais eletrônicos e para que a população possa exercer o controle social mais eficaz perante as ações dos atos da gestão pública.
De Queiroz <i>et al.</i> (2013)	Pesquisaram sobre o atual cenário de transparência dos municípios do Rio Grande do Norte através da construção de um índice de <i>disclosure</i> .	Os municípios com maior nível de desenvolvimento socioeconômico tendem a divulgar uma quantidade maior de informação, no entanto, o nível de <i>disclosure</i> dos municípios encontra-se distante do atual nível de desenvolvimento (TIC) e das exigências da Legislação Brasileira, sobretudo a Lei de Acesso à Informação.
Suzart (2012)	A existência de relações entre as variáveis: nível de independência e nível de atuação de uma Instituição Superior de Auditoria e o nível de transparência de uma nação, utilizando a técnica de regressão logística binária.	Estas constatações validaram parcialmente a hipótese de que bom nível de independência e bom nível de atuação de uma instituição Superior de Auditoria estão associados a um bom nível de transparência fiscal, propiciando a afirmação de que nos países em que as Instituições Superiores de Auditoria são atuantes, os gestores se pre-dispõem a utilizar práticas relacionadas com a transparência fiscal.
Rainaivonson (2012)	As condições econômicas tornaram possíveis os grandes deslocamentos, mas como fica a questão da abertura para o outro.	O autor conclui que esta literatura leva o leitor a um universo que lhe é familiar pela língua e complemento estranho pelos valores. Torna opaca uma realidade seja ocultando os contextos históricos em que esta foi produzida, seja negando os conhecimentos anteriores do leitor para obrigá-lo a entrar num universo apresentado como mais real. Esta postura conduz a simulacros de hospitalidade, a comédias de fraternização e mesmo à radicalização de identidades como autoproteção.
Wanderley <i>et al.</i> (2012)	Investigaram sobre a prestação de contas, transparência e participação por meio de portais eletrônicos de câmaras municipais localizadas em pequenos municípios catarinenses.	Os autores concluíram que a dimensão transparência mostra-se mais ativa que a dimensão prestação de contas no conjunto de portais eletrônicos. Além disso, esta dimensão apresenta-se bastante frágil nos portais analisados. A tecnologia existe, mas não é utilizada com objetivo de interação entre o cidadão e o ente governamental.

ESTUDOS SOBRE O TEMA TRANSPARÊNCIA

(continuação)

Autor	Análise realizada	Conclusão
Cruz <i>et al.</i> (2012)	O nível de transparência das informações acerca da gestão pública divulgadas nos portais eletrônicos de 96 municípios incluídos entre os 100 mais populosos do Brasil e quais características e indicadores socioeconômicos dos municípios podem contribuir para explicar o nível de transparência.	No geral, existe associação entre as condições socioeconômicas dos municípios e os níveis de transparência na divulgação de informações acerca da gestão pública observados nos sites dos grandes municípios brasileiros que compõem a amostra desse estudo.
Raupp e Pinho (2011)	As condições de prestação de contas nos portais eletrônicos de Câmaras Municipais antes e após a Lei da Transparência.	A pesquisa nos portais antes e após a Lei da Transparência demonstrou realidades pouco diferentes. A análise “após” parece reforçar a propensão à baixa capacidade dos portais eletrônicos em prestar contas, identificada “antes”, sem grandes avanços
Keunecke e Flach (2011)	O nível de transparência dos sítios eletrônicos dos cinco municípios catarinenses mais populosos, afim de perquirir se tais municípios estão atendendo satisfatoriamente as obrigações da Lei de Responsabilidade Fiscal.	Todos os municípios atendem a Lei Complementar nº 131 de 2009 e reforça a importância de que as contas públicas sejam divulgadas de forma a facilitar a <i>accountability</i> e a sua compreensão por parte dos cidadãos.
Tinoco <i>et al.</i> (2011)	Pesquisaram sobre a opinião dos membros do conselho fiscal das empresas classificadas na Bolsa de Valores de São Paulo, nos níveis 1, 2 e novo mercado, quanto ao cumprimento (<i>compliance</i>) das práticas de governança corporativa previstas para os conselhos fiscais das Instituições.	As empresas embora cumpram com os conceitos de boa governança não incluem na aplicação desse mecanismo o conselho fiscal, mantendo-o apenas dentro das regras previstas na legislação das sociedades por ações.
Araújo e Souza (2011)	Pesquisaram sobre os dados Governamentais Abertos publicados na Web, contribuindo para a transparência e a sua reutilização.	Apresentar o projeto "Ligado nos Políticos", que utilizou práticas de dados ligados para criar um conjunto de dados abertos de políticos brasileiros com informações coletadas de diferentes fontes.
De Mendonça e Simão (2011)	Pesquisaram sobre os efeitos da transparência do Banco Central do Brasil sobre o mercado financeiro brasileiro.	A transparência do Banco Central do Brasil serve como um guia para o mercado de juros futuros e que as diferentes dimensões da transparência contribuem para uma maior eficiência do mercado.
Rocha (2011)	Desenvolveu um estudo para investigar o potencial da <i>accountability</i> dos pareceres prévios produzidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, tendo em vista as dimensões do mesmo nesses documentos.	Ao término, verificou-se que esse órgão não propicia uma efetiva <i>accountability</i> , uma vez que os pareceres não aprofundam as possibilidades de detalhamento da legislação vigente.

ESTUDOS SOBRE O TEMA TRANSPARÊNCIA

(continuação)

Autor	Análise realizada	Conclusão
Santos e Platt Neto (2010)	Pesquisaram sobre as funcionalidades e limitações no Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul, bem como de outras páginas relacionadas, com vistas a propor aprimoramentos.	Os autores propuseram aprimoramentos nos sítios eletrônicos, organizados por temas, visando a uma adequada divulgação das informações: quanto à publicidade; quanto à compreensibilidade e quanto à utilidade das informações.
Rausch e Soares (2010)	Pesquisaram como a Transparência das Contas Públicas (TCP) pode inibir a prática da corrupção na gestão pública através da influência do controle social. Reconhece-se a TCP como um meio de informação social que deve ser adequado ao entendimento do público-alvo.	O estudo apresenta reflexões sobre a necessidade de que a sociedade exerça sua cidadania, o que levará a pressionar os gestores públicos a atenderem à legalidade e a realizarem uma administração responsável.
Casalecchi e Oliveira (2010)	Pesquisaram a relação entre a transparência dos procedimentos de licitação utilizados pelas administrações municipais e as irregularidades apontadas nestes municípios nos relatórios da Controladoria Geral da União (CGU).	Propuseram uma metodologia de análise da relação entre transparência e qualidade da aplicação de recursos públicos, abrindo a possibilidade de novos debates no estudo de governos locais, e não produzir conclusões robustas e definitivas sobre o tema
Cruz <i>et al.</i> (2010)	Pesquisaram o nível de transparência fiscal eletrônica nos sites dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro, bem como os fatores que, possivelmente, influenciam a transparência eletrônica da gestão fiscal.	As evidências empíricas apontam baixos níveis de transparência fiscal eletrônica, considerados incompatíveis com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios e ainda relações positivas e significativas entre nível de transparência fiscal eletrônica e as variáveis: população, receita orçamentária, taxa de alfabetização, IDH-M, IQM e estágio do site.
Ramalho (2009)	Pesquisou os instrumentos e mecanismos de transparência e <i>accountability</i> das agências reguladoras brasileiras.	<i>Accountability</i> das agências é um contra fluxo à tendência de insulamento, ao mesmo tempo em que se pode configurar um esforço de reconhecimento pela sociedade da chegada de um novo aparato institucional no Estado brasileiro: as agências reguladoras.
Lester <i>et al.</i> (2009)	Pesquisaram sobre variáveis econômico-financeiras associadas às licitações públicas, na modalidade de concorrência, realizadas pelo governo do Estado de Santa Catarina e como as empresas licitantes comprovam a sua saúde financeira.	Não há congruência entre os critérios adotados pelo governo nos editais de licitação.

ESTUDOS SOBRE O TEMA TRANSPARÊNCIA

(continuação)

Autor	Análise realizada	Conclusão
Lyrio <i>et al.</i> (2009)	Investigaram sobre a interface entre dois campos disciplinares – Contabilidade Pública e Contabilidade Financeira – ao tratar da questão da transparência das Demonstrações Financeiras (DFs) publicadas por uma Instituição Pública de Ensino Superior (IPES) brasileira.	Apresentaram a construção de um modelo para avaliar o grau de transparência das informações nas instituições do DFs.
Santana <i>et al.</i> (2009)	Pesquisaram sobre os níveis de transparência fiscal eletrônica observados nos sites dos Poderes/Órgãos dos estados e do Distrito Federal do Brasil e a sua associação com os seus respectivos indicadores econômico-sociais.	Os testes estatísticos demonstraram existir relação entre os níveis de transparência fiscal eletrônica dos Poderes/Órgãos analisados e os seus respectivos indicadores econômicos sociais selecionados, com exceção dos Ministérios Públicos estaduais, cuja associação não foi encontrada em nenhuma das situações examinadas. Tal relação, se por um lado, pode explicar as diferenças de níveis de transparência, por outro lado, não justifica o baixo grau de aderência às exigências legais e evidencia realidades incompatíveis com o desenvolvimento econômico-social local.
Santana Junior (2008)	Analisou os níveis de transparência eletrônica em sites dos Poderes/Órgãos dos Estados e do Distrito Federal e sua relação com indicadores econômicos- sociais.	Ao final da pesquisa, ficou constatado que há um baixo atendimento à integralidade das existências legais no que concerne à transparência eletrônica e que os indicadores utilizados nos estudos justificam essa conjuntura.
Loureiro <i>et al.</i> (2008)	Investigaram sobre a construção de mecanismos de transparência das contas públicas no Brasil contemporâneo.	Seu marco histórico abrange as mudanças trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, relacionadas ao contexto mais amplo de democratização, reformas do Estado e inserção do país na economia global.
Beneditto <i>et al.</i> (2008)	Investigaram sobre os fatores do <i>disclosure</i> adotados nos relatórios anuais das instituições financeiras Brasileiras.	Para tanto, os dados necessários para subsidiar a pesquisa foram obtidos por meio da análise do <i>disclosure</i> praticado pelas instituições financeiras selecionadas e por meio de entrevistas semiestruturadas conduzidas pelo pesquisador com executivos dessas instituições, e analisados à luz da literatura sobre <i>disclosure</i> e das recomendações do acordo de Basiléia II sobre transparência e <i>disclosure</i> .
Carlos <i>et al.</i> (2008)	Pesquisaram sobre estudo realizado pela Receita Federal em 2006, demonstrando que a Carga Tributária Brasileira foi de 34,23% do PIB, correspondendo na parcela relativa à União, a um acréscimo de 2,55 pontos percentual em relação ao ano anterior.	Existem elementos essenciais que precisam ser considerados na construção de indicadores de transparência governamental, observado que além dos requisitos de ampla publicidade, destacando-se a necessidade de utilização da Internet, evidenciando-se necessidade de se desenvolver a sociedade e os demonstrativos e instrumentos de transparência conectados aos conceitos de <i>accountability</i> , normas éticas e interesse público.

ESTUDOS SOBRE O TEMA TRANSPARÊNCIA

(continuação)

Autor	Análise realizada	Conclusão
Cruz e Ferreira (2008)	Identificaram as ações utilizadas pelo município de Feira de Santana (BA) no período de 1997-2004 para tornar transparente o processo de elaboração do orçamento.	A contabilidade desempenha relevante função na divulgação dos resultados do processo e tem o compromisso de evidenciar informações transparentes, contribuindo para o aumento de <i>accountability</i> no trato com os recursos públicos consolidados por meio do processo orçamentário.
Frey <i>et al.</i> (2008)	Pesquisaram sobre uma proposta de Balanço Social para o setor público municipal, como ferramenta de transparência de suas ações.	O modelo proposto possibilita o conhecimento da efetividade das ações executadas para a sociedade, respeitando, através da transparência e da <i>accountability</i> , os princípios da administração pública.
Paixão e Pereira (2008)	Investigaram sobre a pesquisa científica na Serra da Capivara sobre estudos das inscrições rupestres com observações voltadas para a contabilidade.	Os caminhos da transparência e da fidelidade da normatização contábil partem não só da conscientização profissional de todos os contadores, no ensejo da melhoria dos padrões existentes e da busca pela socialização da informação contábil.
Oliveira <i>et al.</i> (2008)	Pesquisaram sobre a relevância da transparência da informação financeira por parte dos emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados que se situem nos Estados membros da União Europeia.	Esta questão da transparência foi também muito impulsionada pela promulgação da <i>Sarbanes-Oxley Act</i> .
Herawaty e Hoque (2007)	A divulgação de relatórios de desempenho, adotada por 56 departamentos do governo australiano, foi pesquisada pôr no período dos anos de 2005 a 2006, os resultados permitiram constatar que o nível de <i>disclosure</i> voluntário é mais elevado do que a divulgação obrigatória nos departamentos analisados.	Ademais, o estudo permitiu constatar que os relatórios anuais apresentam um baixo nível de divulgação nas áreas de recursos humanos, gestão de ativos, controle externo e compras.
Sacramento e Pinho (2007)	Pesquisaram seis municípios da região metropolitana de Salvador/BA, cujo intuito foi de verificar como se encontra o processo de transparência e participação popular após o advento da LRF.	Concluíram que ainda há muito o que evoluir para que a transparência seja efetivamente, concretizada nesses entes.
Styles e Tennyson (2007)	Pesquisaram a divulgação e a acessibilidade dos relatórios financeiros do governo local na internet, numa amostra de 300 municípios norte-americanos.	Os resultados expuseram que a disponibilização de demonstrativos financeiros é mais visualizada nas maiores cidades, bem como as que possuem melhor renda per capita, são as que mais evidenciam informações sobre sua gestão.

ESTUDOS SOBRE O TEMA TRANSPARÊNCIA

(continuação)

Autor	Análise realizada	Conclusão
Prado e Loureiro (2006)	Pesquisaram sobre o papel do governo eletrônico na transparência dos atos públicos, procurando contribuir para a reflexão sobre essa condição fundamental da democracia representativa.	Confrontando os indicadores da literatura sobre o tema, os resultados da presente pesquisa apontam que o governo eletrônico não necessariamente aumenta a transparência administrativa.
Platt Neto <i>et al.</i> (2006)	Pesquisaram sobre a obrigatoriedade e a abrangência dos princípios da publicidade e da transparência na administração pública brasileira, com enfoque na divulgação das contas públicas.	Mais do que garantir o atendimento das normas legais, as iniciativas de transparência na administração pública constituem uma política de gestão responsável que favorece o exercício da cidadania pela população.
Prado (2006)	Pesquisou sobre os mecanismos de transparência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por meio da avaliação da disponibilidade de informações em seu <i>website</i> .	Em relação à estruturação do <i>website</i> , que se relaciona com a transparência na medida em que facilita ou dificulta o acesso às informações, a pesquisa constatou que sua instituição é um pouco confusa, embora em menor grau que outras agências e órgãos da administração direta.
Ferreira e Silva (2006)	Pesquisaram o uso da Contabilidade como forma de transparência, na divulgação de elementos ambientais, das maiores empresas nacionais do setor siderúrgico, quanto a critérios vinculados à gestão ambiental.	A pesquisa demonstrou que das cinco companhias analisadas apenas duas (CSN e CST) incorporaram às suas demonstrações financeiras o uso do relatório como meio de divulgação das informações ambientais.
Jardim (2006)	Pesquisou sobre a gestão da informação e as práticas caracterizadas pela racionalidade formal pelo projeto histórico do Estado contemporâneo.	O tema requer a construção de referenciais analíticos, além do confronto das diversas experiências históricas e das relações entre a gestão da informação e a transparência administrativa.
Platt Neto <i>et al.</i> (2006)	Investigaram sobre a transparência das contas das universidades públicas brasileiras, com enfoque prático no uso da internet como instrumento de publicidade.	Os autores concluíram que a transparência é considerada o princípio da gestão fiscal responsável, ligado ao princípio fiscal da publicidade.
Holzer e Kim (2005)	Construíram um índice para avaliar os websites das cem maiores cidades do mundo, o estudo evidenciou uma crescente necessidade de maior atenção para aspectos relacionados à participação cidadã nos portais municipais.	A pesquisa constatou que existe uma lacuna entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos no que concerne à inclusão digital.
Riccio (2005)	Pesquisou o grau de transparência com que os fatores de risco são evidenciados nos relatórios contábeis anuais das empresas de capital aberto que têm seus títulos negociados no mercado brasileiro.	O autor concluiu que apesar de não existir ainda uma legislação explícita sobre a necessidade de divulgar fatores de riscos no Brasil, os administradores, ao divulgarem os seus resultados, devem fazê-lo em melhor grau de qualidade para facilitar as projeções dos analistas.

ESTUDOS SOBRE O TEMA TRANSPARÊNCIA

(conclusão)

Autor	Análise realizada	Conclusão
Cardoso <i>et al.</i> (2003)	Pesquisaram sobre o grau de transparência com que as informações sobre riscos financeiros e não financeiros.	Foram abordadas nos relatórios contábeis denominados 20-F das empresas de telecomunicações nos anos 2000 e 2001. Além da comprovação da contribuição para a eficiência do mercado.
Ramos <i>et al.</i> (2003)	Investigaram os conteúdos dos planos de contas por alguns sistemas contábeis disponibilizados no mercado, na medida que são estes adquiridos pelas empresas quando da implantação de seus sistemas contábeis informatizados.	O plano de contas é uma ferramenta imprescindível para efetivação das técnicas contábeis, por este meio torna-se possível padronizar lançamentos e reunir dados das movimentações patrimoniais, facilitando assim a confecção e análise das demonstrações contábeis, tendo como consequência primordial auxiliar com maior efetividade a tomada de decisões das partes interessadas.

Fonte: Elaborado pela autora.